

director António Realinho

# VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral  
distribuição gratuita

18 edição

junho . julho . agosto

'11

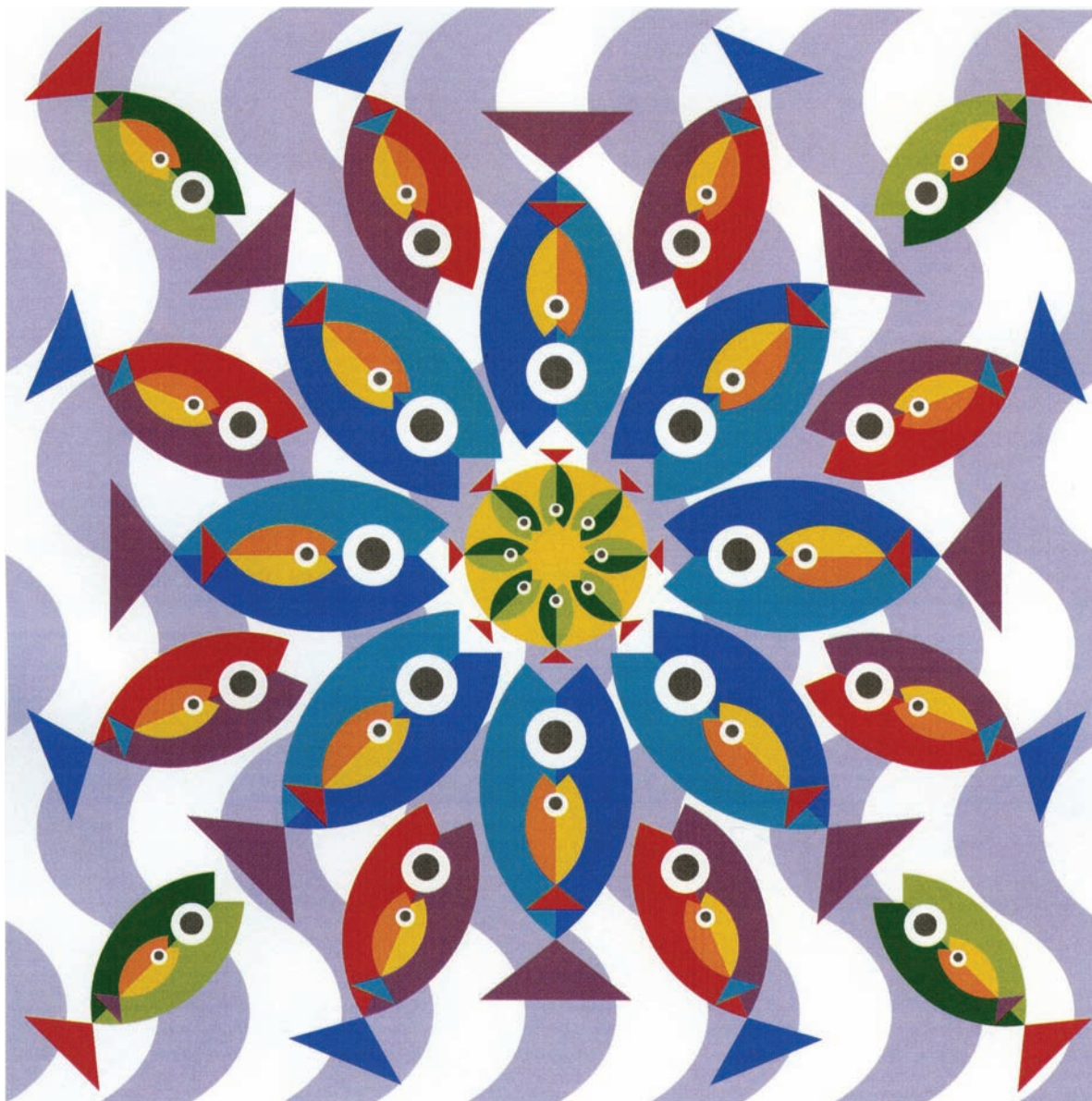
A força da  
união



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul





Está em Penamacor, a exposição Hans Christian Andersen criada há cinco anos por Niels Fischer com o único objetivo de divulgar a obra do autor dinamarquês do séc. XIX que escreveu O patinho feio, A princesa e a ervilha, A polegadinha, A menina dos fósforos, A sereiazinha, Os sapatos vermelhos, entre cerca de centena e meia de contos. A exposição abrange a literatura, as artes visuais, a cerâmica, a animação criativa, o teatro, e apela à participação da comunidade na confeção de uma tapeçaria - ver imagem. A exposição está patente na Câmara Municipal, Biblioteca, Museu e Casa do Castelo (posto de turismo), até ao dia 30 de setembro.

**VIVER**  
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

18 edição | junho . julho . agosto '11

Estatuto Editorial e Estatuto Redactorial da Revista VIVER  
Consulte a página:  
[www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65](http://www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65)

# EM BOA COMPANHIA

António Realinho

[O Director]

A décima oitava edição desta nossa pequena - grande obra coletiva, está cada vez mais coletiva e menos nossa. Tal como sempre o desejamos, este número alarga significativamente o leque de pessoas que nos honram com a sua colaboração. Em nome da BIS, a todos agradecemos a disponibilidade.

Por um lado, poder de algum modo colocar a BIS na agenda de tão reconhecidas e ilustres pessoas, merecer-lhes a atenção e a disponibilidade de tempo para nos falarem das suas experiências e conhecimentos; pelo outro, levar para fora da BIS até aos distantes centros políticos, económicos e sociais desta Europa (que, apesar de tudo, se vai construindo) os autênticos testemunhos de tantos protagonistas do nosso viver coletivo e as múltiplas abordagens das nossas realidades como sub-região raiana com forte presença na matriz histórica e cultural deste Portugal milenar; é trabalho que fazemos com gosto.

A lentidão exasperante da manifestação dos resultados provoca-nos por vezes momentos de algum desalento logo compensado pelos exemplos destas pessoas que solidariamente se disponibilizam para nos ajudar, algumas delas sobrecarregadas com agendas profissionais de alta complexidade e responsabilidade como é o caso do Senhor Juiz, Presidente do Tribunal Europeu de Contas, Dr. Vítor Caldeira, a quem, por essa razão, desejamos expressar os nossos agradecimentos.

Mas, se agradecemos aos de fora, justo é estender e redobrar o nosso reconhecimento e consideração a todos os que cá dentro nos acompanham nesta bela “UTOPIA” de querer promover a União, a força, a diversidade, a riqueza, a cultura e a evolução das nossas ricas tradições.

De nós todos depende a melhoria das nossas condições de vida, do futuro dos nossos vindouros. Dizem os nossos vizinhos de além Tejo que - Ai de mim, se não for eu -, é bom que digamos o mesmo: Ai de nós, se não formos nós! Face aos “ventos adversos” dos tempos em que nos é dado viver, só dando-nos os braços, bem firmemente apertados, em redes de malhas sólidas, conseguiremos não ser arrastados pelas tempestades que certos homens, disfarçados de Humanos, estão espalhando pelo Mundo, no intuito dele se apropriarem!

**Pela BIS e por todas as “BIS” do Mundo, Solidários e unidos seremos mais fortes!**



edição **18**  
junho . julho . agosto  
'11

# VIVER

## ficha técnica

Director António Realinho

Director Adjunto Teresa Magalhães

Editor Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Teresa Riscado, Clarisse Santos e Filipa Minhós

Redacção Teresa Magalhães; Rui Miguel; Clarisse Santos; Teresa Riscado; Filipa Minhós; Sandra Vicente; Paulo Pinto

Design e Direcção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Colaboradores Abel Cuncas, Aida Rechena, Amândio Silva, Ana Paula Fitas, Ana Vale, Anibal de Almeida, António Canoso, António Covas, António de Abruñosa, António Salvado, Armindo Jacinto, Assunção Pedrosa, Calisto Tamor, Carlos Maia, Carlos Rosa, Domingos Santos, Élia Afonso, Elsa Ligeiro, Emilio Magro Martins, Fernando Paulouro, Fernando Raposo, Filipa Carvalho, Francisco Fragoso, Géraldine Lechevalier, Gérard Bravis, Gérard Pelre, Guilherme Pereira, Hélder Henriques, Inês Pedrosa, Isabel Adónis, Jaime Novais, Jaime Pires, Jean Charles Lollier, Joana Barros, Joaquim Cabral Rolo, Joaquim Alberto Simões, Joaquim Manuel da Fonseca, João Andrade Santos, João José Fernandes, João Mário Amaral, João Miguel Pereira, João Ludgero, João Carlos Pinho, João Manuel Duarte, João Queiroz, Jolon, Jorge Brandão, Jorge Gaspar, Jorge Gouveia, José Almeida, José Carlos Costa Marques, José Joaquim Antunes, José Nuno Martins, José Portela, Josy Richez, Juan Manuel Gutiérrez, Lauro Moreira, Lopes Marcelo, Lorenzo Barbera, Luís Domingo Sabonete, Luís Rocha, Luís Soares, Luís Valadares, Manuel Santos Jorge, Manuel Gomes, Marco Domingues, Mário Moutinho, Maria José Martins, Maria de Lurdes Quaresma, Maria de Lurdes Santos, Maria Inês Rodrigues, Marie Noelle Hessel, Martine Theveniaut, Matilde Pedrosa, Miguel Freitas, Miguel Nascimento, Moisés Espírito Santo, Paula Gentil Santos, Paulo Águas, Paulo Almeida, Paulo Pinto, Pedro Rego, Rui Morais, Rui Veríssimo Batista, Sandra Vicente, Sílvia Vale, Soraia Barroca, Vergílio A. Pinto de Andrade, Velha Gaiteira, Víctor Santiago Tabares, Vítor Caldeira

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 8000 exemplares

Textos escritos ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Propriedade

ADRACES

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul  
[www.adraces.pt](http://www.adraces.pt)

Rua de Santana, 277  
6030-230 Vila Velha de Ródão  
Telef. +351-272540200  
Fax. +351-272540209

Número de Identificação Fiscal (NIF) 502706759

Sede da Redacção Rua de Santana, 277  
6030-230 Vila Velha de Ródão  
Email [viver@adraces.pt](mailto:viver@adraces.pt)

## conteúdos

### 01 DO DIRECTOR

Em boa companhia

### 03 DO EDITOR

São nossos os muros da indiferença!

### 04 ONDAS CURTAS EUROPEIAS

“Por uma UE mais solidária: o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020”, por Vítor Caldeira

### 07 ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

“Portugal visto de longe - A União Faz a Força”, por Joaquim Alberto

### 08 ROTUNDA DA VIDA

“Apresento-me como testemunha e confirmo... Mataram o LEADER!”

### 16 GRANDE TEMA

A Força da União

### 36 NÓS ADRACES

PRODER. Eixo III - Gal Bis (1º aviso) - Os Números PRODER. Eixo III - Gal Bis (1º aviso) - Os Projectos Em Alameda... o linho está vivo e recomenda-se! Notícias várias.

### 44 ROSTOS E EXPRESSÕES DA BIS

### 48 HISTÓRIAS SIMPLES DE GENTE ANÓNIMA

Tecendo histórias: do Padrão para o mundo

### 51 AO SABOR DA PENA

“O Estado local”, por Domingos Santos

### 52 TEM A PALAVRA

Entrevista ao Presidente da Junta de Lousa

### 54 SENTIR A BEIRA

“Individualismo e ADN”, por Lopes Marcelo

### 56 QUIOSQUE DA BIS





# SÃO NOSSOS OS MUROS DA INDIFERENÇA!

Camilo Mortágua

[O Editor]

Para guardar o que é nosso, construímos muros, vedações, paredes e portões, portas e grades, para bem fechar os nossos quintais, para bem esconder de vistas alheias, as manchas dos nossos “lustres” sociais.

Escondendo-nos dos outros, ficamos a olhar para o nosso umbigo, para o nosso quintal, sem nada enxergar do que se passa para lá dos nossos muros, dos muros que construímos para não nos desassossegarmos com o que se possa passar para além deles!

Os nossos muros, muros de todos os tipos materiais e imateriais... dão-nos o sossego da indiferença, o sossego da ignorância, da absoluta falta de referências para entender e relativizar as imagens e palavras que por mágicas artes nos entram portas a dentro.

Cada um a seu nível, simples cidadão ou chefe de família, empresário ou trabalhador por conta de outrem, eleitores ou eleitos; cada um, em sua casa, na sua freguesia ou no seu município, pretende distinguir o SEU do dos outros, nem que para tal tenha que empobrecer o vizinho!



Nesta “guerra”, por pequeninos protagonismos egoístas que impedem ver para além do “SEU”, consomem-se as energias e os recursos que, se postos conjuntamente ao serviço do bem comum, a todos proporcionaria melhor viver, tanto material como espiritual.

A utopia de poder contribuir para que um dia o território da BIS se afirme como um território unido e coeso em torno de objetivos democraticamente escolhidos pela maioria da sua população, com uma estratégia de longo prazo aceite, sufragada e apoiada por todos os poderes regionais e locais: foi a razão maior deste projeto editorial.

Sabíamos que a caminhada tinha de ser necessariamente longa, porém sempre a imaginamos mais participada. Decorridos estes anos e os primeiros 18 números da VIVER, ao olhar para trás, estamos relativamente satisfeitos com a qualidade do “instrumento”, mas muito céticos quanto aos resultados da sua utilização.

Face aos escassos resultados, temos que aceitar as nossas próprias responsabilidades.

A culpa nunca é só dos outros, ou de “todos” para não ser de ninguém; o editor, como cada um dos que têm a responsabilidade de produzir e UTILIZAR a VIVER como instrumento de animação para o desenvolvimento da BIS, tem uma grande responsabilidade própria. A ele compete descobrir as razões da insuficiente penetração da VIVER na opinião pública do território e retirar daí as devidas consequências, não impedindo, se necessário, que outras ideias e abordagens sejam postas em prática.

O importante ... “C’est la rose...et le lilás...” com a flor de laranjeira!

Não nos assustemos! ... Somos da BIS, das terras do Rei Wamba!



# “POR UMA UE MAIS SOLIDÁRIA: O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2014-2020”

Vítor Caldeira

[Presidente do Tribunal de  
Contas Europeu]

A “VIVER” desafiou-me a dar o meu contributo para uma edição cujo tema central é “A União faz a força”. Com muito gosto o faço partindo de meu “posto de observação” no Tribunal de Contas Europeu (TCE), aqui no Luxemburgo.

O Tribunal de Contas é a instituição da União Europeia (UE) criada pelo Tratado de Bruxelas em 1975 para realizar a auditoria das finanças da União. Enquanto auditor externo da UE, contribuí para melhorar a gestão financeira e atua como guardião independente dos interesses financeiros dos cidadãos da União, fomentando a prestação de contas e a transparência na utilização dos fundos públicos da União e, deste modo, a confiança dos cidadãos nas respetivas instituições.

Ao longo de mais de 30 anos, o trabalho do TCE conferiu acrescentado valor ao domínio da auditoria pública da União, através dos seus relatórios e pareceres. Exemplo disso é o contributo dado nos últimos anos pelo Tribunal no contexto da reforma do orçamento da União. O Tribunal pronunciou-se sobre os principais riscos e desafios que se colocam à melhoria da gestão financeira da UE, sobre a revisão do Regulamento Financeiro Geral aplicável ao orçamento da União, bem como sobre as consequências da crise financeira e económica para a prestação de contas e a auditoria pública na UE e o papel do Tribunal de Contas Europeu. Atualmente, o Tribunal acompanha de perto os desenvolvimentos relativos à governação económica europeia na sequência da crise económica e financeira que afeta a União, bem como as novas propostas legislativas sobre a gestão financeira da UE a partir de 2013.

Estes dois últimos aspetos revestem-se da maior relevância para realizar plenamente os valores fundamentais da União Europeia. Uma União solidária, próspera, pacífica e justa com um papel essencial no contexto global. Enfim, valores que traduzem efetivamente a ideia de que “a união faz a força”.



A crise financeira e económica mundial teve consequências de grande importância para a UE. Em resposta à crise, a União adotou medidas destinadas a apoiar a sustentabilidade do setor financeiro, a promover a recuperação e o crescimento económicos, a prestar apoio financeiro aos Estados Membros, bem como a reforçar a coordenação da política orçamental e económica dos Estados Membros. Tais medidas alteraram a condução da política económica e monetária, criaram novos organismos e instrumentos, tendo ainda conduzido ao estabelecimento de novas estruturas e processos políticos. Por sua vez, o aumento dos fundos públicos dirigidos à recuperação da economia colocou novos desafios em matéria de prestação de contas, transparência e auditoria pública.

Em 2008, a Comissão Europeia avançou com o Plano de Relançamento da Economia Europeia, destinado a apoiar a economia real e a reforçar a confiança. O orçamento da UE desempenhou um papel importante nesta iniciativa, concedendo nomeadamente adiantamentos suplementares no âmbito da política de coesão, que atingiram um montante de 11 mil milhões de euros. Além disso, o Banco Europeu de Investimentos reforçou as suas possibilidades de concessão de empréstimos às PME em 15 mil milhões de euros.

Em 2010, o Conselho Europeu adotou a estratégia “Europa 2020” que estabelece metas concretas a atingir durante a próxima década em áreas como o emprego, a educação, a utilização da energia e a inovação, a fim de ultrapassar o impacto da crise económica e colocar a União Europeia na via do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Estas linhas de orientação informam as propostas apresentadas recentemente pela Comissão Europeia para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE para o período 2014-2020, incluindo a proposta de um novo sistema de recursos próprios. Com estas propostas, a Comissão pretende que os recursos públicos da UE gerem sinergias e economias de escala que façam a diferença em relação ao plano nacional. Trata-se do princípio do valor acrescentado europeu, vetor chave de um orçamento inovador cujas prioridades em matéria de despesas, em sintonia com as novas realidades da globalização, deverão centrar-se nas infraestruturas pan-europeias de energia e transporte, na investigação e inovação, na segurança nas fronteiras externas da EU, na proteção do ambiente e na luta contra as alterações climáticas.

A solidariedade constitui igualmente uma prioridade transversal da proposta de QFP: a solidariedade com os Estados Membros e as regiões mais pobres, neles concentrando a maior parte das despesas de Coesão, como se verá mais adiante; a solidariedade na resposta comum ao desafio da migração e a catástrofes; a solidariedade em termos de segurança energética e a solidariedade com países terceiros.

Ao contrário dos orçamentos nacionais, o orçamento da União tem uma lógica pan-europeia e é, na sua quase totalidade, um orçamento de investimento, que tem a sua razão de ser no facto de existirem políticas de índole comunitária (políticas comuns, como a política agrícola comum). O financiamento destas políticas carece obviamente de financiamento adequado. As propostas da Comissão pre-

veem um aumento de 5% de recursos para o próximo QFP, tendo em consideração os esforços de consolidação orçamental que estão a ser desenvolvidos pelos Estados Membros, bem como a necessidade de cumprir os objetivos de crescimento da estratégia “Europa 2020”.

Um total de 1.025 mil milhões de euros é previsto para o período em causa (376 mil milhões correspondem à Coesão social, económica e territorial, e 282 mil milhões à Política agrícola comum e ao Desenvolvimento rural). Este montante de 1.025 mil milhões corresponde a cerca de 1,05% do produto nacional bruto (PNB) do conjunto dos Estados Membros. Para o financiar, a Comissão propõe a possibilidade de gerar novas receitas (verdadeiros recursos próprios), bem como a mobilização do financiamento privado (“efeito alavanca”).

Os programas e instrumentos financeiros do próximo QFP deverão, segundo a Comissão, caracterizar-se pelos seguintes quatro eixos fundamentais:

- **Enfoque nos resultados:** trata-se de concentrar os programas num número limitado de prioridades, o que passa nomeadamente pela reformulação dos programas em domínios como os da investigação e da coesão, a fim de garantir uma programação integrada e um único conjunto de procedimentos de gestão e controlo;
- **Simplificação:** regras complexas são difíceis de aplicar e controlar. Os trabalhos atualmente em curso de revisão do Regulamento Financeiro Geral e das regulamentações sectoriais, que visam nomeadamente a sua simplificação, não produzirão efeito útil se não forem acompanhadas por esforços de idêntica natureza, ao nível nacional, nos domínios de gestão partilhada (ex. Coesão);
- **Condicionabilidade:** os Estados Membros e os beneficiários terão que demonstrar que os fundos recebidos são utilizados na realização das prioridades da política da União, o que se revela particularmente pertinente nas áreas mais importantes em termos financeiros (Coesão e Agricultura);
- **Efeito de alavanca dos investimentos:** a cooperação com o setor privado no que respeita a instrumentos financeiros inovadores (ex. obrigações-projeto, parcerias público-privadas) permitirá aumentar o impacto do orçamento da UE e, deste modo, o potencial de crescimento da União.

Como acima referi, a política de Coesão é uma importante manifestação de solidariedade, tendo contribuído para o crescimento dos Estados membros e das regiões mais pobres e desfavorecidas da União, bem como para a melhoria do nível de vida dos seus cidadãos. Os efeitos sociais devastadores provocados pela crise em alguns Estados membros e regiões da União exigem que os investimentos favoráveis ao crescimento nos domínios das infraestruturas, da competitividade regional e do desenvolvimento empresarial sejam acompanhados, entre outras, de medidas relacionadas com a educação, a formação, bem como a capacidade de adaptação dos trabalhadores, das empresas e das autoridades públicas.

A fim de reforçar a eficácia das despesas de Coesão e em conformidade com a abordagem territorial consagrada pelo Tratado de Lisboa, a Comissão propõe estabelecer um Quadro Estratégico Comum para todos os Fundos Estruturais (FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER e o futuro fundo europeu das questões marítimas e das pescas), que traduz os objetivos da estratégia “Europa 2020” em prioridades de investimento.

Em termos operacionais, a Comissão Europeia propõe a celebração de um contrato de parceria com cada Estado Membro, que definirá o compromisso, assumido pelos parceiros a nível nacional e regional, de consagrar os fundos afetados à aplicação da estratégia “Europa 2020”, e incluirá um quadro de resultados que permitirá avaliar os progressos alcançados (condicionalidade *ex ante* e *ex post*).

O financiamento visará um número limitado de prioridades: as regiões de competitividade e as regiões de transição (mais ricas) afetarão prioritariamente a totalidade dos fundos, com exceção do FSE, à eficiência energética, às energias renováveis, à competitividade e inovação das PME, enquanto as regiões da convergência (mais pobres) consagrarão os seus fundos a um leque mais alargado de prioridades (que incluem, quando necessário, o reforço da sua capacidade institucional).

Dadas as políticas fortemente restritivas seguidas no plano orçamental por alguns Estados Membros, o que dificultará a disponibilização da contrapartida nacional, a Comissão propõe um conjunto de medidas destinadas a aumentar a capacidade de absorção dos fundos de Coesão, nomeadamente a possibilidade de poder ser autorizado um aumento temporário da taxa de cofinanciamento comunitário (de 5 a 10 pontos percentuais), sempre que um Estado Membro beneficie da assistência financeira da União, limitando assim os esforços exigidos por parte dos orçamentos nacionais em períodos de consolidação orçamental.

A Comissão propõe afetar a maior parte dos fundos de Coesão no período 2014-2020 aos Estados Membros e regiões mais pobres (zonas rurais, desertificadas, fronteiriças, ultraperiféricas), sendo proposto afetar 163 mil milhões de euros às regiões de convergência e 53 mil milhões às regiões de competitividade (mais ricas).

A afirmação dos princípios da solidariedade e do valor acrescentado europeu constituem o fio condutor da proposta de Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020. Efetivamente, numa economia global a única possibilidade para defender o bem-estar e os valores da Europa consiste em promover, de acordo com o espírito (e a letra) dos Tratados, a cooperação entre Estados Membros e regiões e a solidariedade, através nomeadamente de uma política eficaz de Coesão.

Independentemente das decisões finais que o Conselho e o Parlamento Europeu venham a tomar na sequência destas propostas, o certo é que a União Europeia necessita de forma vital de reafirmar inequivocamente o adágio “a união faz a força”, ao mesmo tempo que se adapta às realidades do mundo de hoje.

A atual crise do Euro é ilustrativa das lições a tirar. Uma nova estratégia de crescimento da União Europeia deve ser ancorada numa combinação ótima entre disciplina orçamental e ações concretas e efetivas que tornem a UE mais competitiva através do aprofundamento da integração económica e de instrumentos que a tornem mais coesa e solidária.

Sem esta perspetiva não será possível à União promover a sua competitividade no mercado global e, por essa via, melhor assegurar um futuro sustentável para os seus cidadãos. Salvaguardar este futuro implica igualmente restaurar a confiança dos cidadãos europeus nas respetivas instituições. O Tribunal de Contas Europeu tem aqui um papel muito importante através das suas auditorias e relatórios independentes, através dos quais fomenta a prestação de contas e a transparência na utilização dos fundos públicos da União.

Este é um momento em que convém recordar Jean Monnet, um dos fundadores do projeto europeu, para quem, mais do que uma coligação de Estados, a construção europeia deve ser vista como uma união que tem na base os seus cidadãos: «*nous ne coalisons pas des États, nous unissons des hommes*». Não esqueçamos que sem a confiança dos cidadãos será muito mais difícil demonstrar que, na União Europeia, a união também faz a força. ■





NAMPULA – MOÇAMBIQUE

PORTUGAL VISTO DE LONGE

# A UNIÃO FAZ A FORÇA

Joaquim Alberto

[Animador de vidas úteis]

É um ditado muito antigo. Mas a UNIÃO que faz a força, não é a unanimidade de pontos de vista. Quando parece que todos estão de acordo em tudo, é porque a força se impõe à livre discussão. Não há UNIÃO sem diversidade de ideias, de projetos, de percursos.

Não é a imposição, nem o domínio de um pequeno grupo sobre a maioria, nem a submissão da maioria a um ou vários grupos, que constrói a UNIÃO.

O que constrói a União é ter um objetivo comum, mas vários caminhos para o atingir. É a capacidade de todos os problemas serem debatidos por um máximo de pessoas, para mobilizar a maioria na realização do(s) objetivo(s) comum(s). É a capacidade de discutir para chegar a acordo, não é discutir por discutir, para fazer de conta. É discutir para encontrar soluções coletivas, que mobilizem a maioria.

Para isso é preciso grande capacidade de diálogo, capacidade para compreender os pontos de vista diferentes, capacidade de colaborar com os outros nas soluções e não apenas capacidade de se impor.

A União pode ser dentro de um grupo pequeno (como a família ou uma associação), pode ser a nível local, regional, nacional, ou entre várias nações (como a União Europeia).

Mas são sempre as pessoas que fazem os grupos ou os países, por isso só é possível haver mudanças se as pessoas mudarem. Há um ditado muito antigo que diz mais ou menos isto: diz-me como vives e dir-te-ei quem és e como pensas. Para transformar mentalidades, é preciso mudar a maneira de viver.

É aqui que a crise se pode transformar numa ótima ocasião. Porque obriga à mudança. Porque, com o fim do dinheiro fácil e barato, obriga as pessoas a terem ideias e projetos. O dinheiro fácil nunca foi bom para o desenvolvimento das sociedades humanas. Pode dar origem a progresso, mas dificilmente cria desenvolvimento. Porque pode haver progresso fácil, mas nunca há desenvolvimento que seja fácil.

Um exemplo disso é este imposto dito extraordinário. O governo optou pelo mais fácil. Em vez de cobrar a todas as pessoas de maneira equitativa, vai cobrar às pessoas que são obrigadas a pagar, que não podem fugir. Por isso é um imposto que incide apenas sobre as receitas do trabalho. As receitas de capital não estão sujeitas a este imposto por uma questão de ideologia, mas também porque o governo sabe que não tem capacidade para o receber. Tem medo que o capital fuja do país, e tem medo que os investidores não entrem com mais dinheiro. O capital faz as dívidas e o trabalho tem que as pagar. Só há uma maneira de resolver esta crise, é haver mais e melhor trabalho. Não há outra.

O problema português é a falta de investidores/empreendedores. Há muitos e bons trabalhadores, o que não há, nem nunca houve, é empreendedores em número e capacidade suficientes. E os que há têm pouca capacidade para se associarem. Por isso não há grandes empresas em Portugal, e as que têm alguma dimensão, ou são estatais ou são estrangeiras. E aqui entra a tal mudança de mentalidades. Ou Portugal consegue empreendedores em número e capacidade suficientes, ou será sempre um país pobre e como pobre terá que viver. Por isso é que a sociedade dita civil depende tanto do Estado. Porque não tem capacidade de autonomia.

Uma coisa que eu não cheguei a compreender no anterior governo foi a sua incapacidade em perceber que havia crise. Continuava a governar como se o dinheiro ainda fosse fácil e barato. Também nunca entendi como é que as autarquias defendem quase todas a regionalização, e têm tanta dificuldade em se associarem livremente entre elas. A falta de capacidade em Portugal não é só por falta de dinheiro. Há muitas outras razões, como, por exemplo, não sermos capazes de assumir compromissos e muito menos cumpri-los. ■

NUNO JORDÃO, EX-GESTOR DO PROGRAMA LEADER, DIZ: – MATARAM O LEADER!

VOLUNTARIAMENTE,  
APRESENTO-ME COMO TESTEMUNHA E CONFIRMO... MATARAM O LEADER!

OU, PELO MENOS... VIOLARAM O BEM-AMADO!

Camilo Mortágua

## 1. Contextualização

Abusaram e continuam a abusar dele. Da sua pureza e da ingenuidade de muitos dos seus defensores.

Anda para aí muita boa gente a falar dele, falando dele como quem fala da virtude para melhor praticar o vício, a evocar os seus méritos, a sua eficácia, o seu decisivo contributo para o Desenvolvimento Rural da Europa, a encher páginas e páginas de banalidades sobre o LEADER, sem ousar explicitar publicamente os atentados e abusos cometidos contra ele.

A aceitar que se chame “abordagem LEADER” a qualquer coisa que, na prática, é a sua absoluta negação! Bem sei que somos todos dependentes da necessidade de nos alimentarmos! Mas, comer e calar contrariados, pode provocar indigestão! Como dizia Torga:

*“Livre não sou que nem a própria vida mo consente  
Mas a minha aguerrida teimosia  
É quebrar no dia a dia  
Um grilhão da corrente”*

Têm sido poucos, muito poucos, a ousarem quebrar no dia a dia o grilhão da corrente que vem estrangulando o LEADER.

Por isso... obrigado Nuno Jordão, a tua atitude veio demonstrar que estivemos enganados a teu respeito... afinal não eras o tal “mexe migas!”

O programa de “*Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural - L.E.A.D.E.R.*” teve que enfrentar fortes inimigos desde a nascença, tanto internos como externos. Inimigos poderosos bem entrincheirados nos grandes conglomerados mundiais presentes a nível europeu e nacional, sobretudo a nível da produção cerealífera e leiteira, mas não só, também nos “polvos mundiais” da transformação agroalimentar e nas omnipresentes cadeias de dis-

tribuição alimentar, humana e animal; a quem não interessava o êxito dum programa destinado a democratizar o acesso dos pequenos e médios empresários e agricultores ao grande mercado europeu.

Muitos dos pequenos e médios agricultores nacionais e europeus, manipulados por esses interesses, deixaram-se enganar e foram inconscientes aliados desse combate que acabou por favorecer ainda mais as concentrações e o poder daqueles que têm por objetivo eliminar toda a possibilidade de concorrência, toda a possibilidade de acesso ao mercado, aos que “não têm escala” para competir!

Mas, porquê essa agressividade específica contra este Programa?

- porque o LEADER... de maneira subliminar, procurava abrir uma brecha na estratégia monopolista dos tubarões do agroalimentar. O LEADER era um programa de apoio ao desenvolvimento das ligações entre as ações da economia rural. Ou, por outras palavras, era um programa para ajudar os pequenos e médios produtores e/ou transformadores a se associarem para ganhar a escala necessária para também eles poderem aceder aos mercados, garantindo dessa forma o desenvolvimento das parcerias sociais e económicas indispensáveis ao desenvolvimento rural! Era um programa mais destinado a desenvolver as pessoas que as coisas!

*“O Desenvolvimento Rural é muito mais uma  
atitude cultural que um conjunto de projetos”*

*Eng. Goulart Carrinho*

Pela primeira vez se colocavam as verdadeiras questões do Desenvolvimento (desenvolver as pessoas e a globalidade das suas relações) à frente dos investimentos materiais, o crescimento cultural das sociedades rurais como condição prévia ao desenvolvimento rural.





Sendo esta a finalidade última, essencial e suprema do Programa, no espírito do seu criador<sup>1</sup>, os aplicadores do programa, em particular a nível dos estados membros e, sobretudo a nível dos serviços desconcentrados das administrações públicas regionais, por incapacidade ou meros interesses eleitoralistas, quase apagaram esta valência nuclear do Programa, transformando-o num simples programa de apoio financeiro ao investimento material, às obras físicas, às infraestruturas, pela sua visibilidade, mais apetecidas por políticos locais e potenciais beneficiários finais do Programa.

Perdeu-se aqui (pela falta de experiência e facilitismo de muitos de nós) a grande oportunidade de fazer evoluir (Desenvolver) a mentalidade dos rurais europeus, portugueses em particular, mostrando-lhes com persistente pedagogia e na prática, o caminho da sua emancipação, através do associativismo.

Hoje, queixamo-nos que já não é possível fazer animação local, que já é quase impossível manter equipas técnicas, que os grupos de ação local - GAL - perderam toda a autonomia, e estão permanentemente à mercê dos caprichos de tecnocratas sem qualquer formação ou experiência em intervenções de Desenvolvimento Rural de âmbito Local - integrado e territorial. Hoje, lamentamo-nos, mas não passamos dos desabafos coloquiais de circunstância.

Tivemos, todos os que nos dedicamos a esta causa, a nossa oportunidade, uma oportunidade que não soubemos ou não podemos aproveitar plenamente, embora seja justo reconhecer que o que se conseguiu, mesmo assim, foi tão importante, que ainda hoje é incontestável ter sido a melhor coisa que a Europa fez acontecer no seu mundo rural.

<sup>1</sup> Michel Laine, ignorado criador do LEADER, não chegou à conceção da sua tão aplaudida criação por acaso. Agente e animador de Desenvolvimento Rural no Sul da França, da sua experiência de terreno soube retirar (esse o seu grande mérito) as linhas mestras da arquitetura programática do LEADER. Também ele, certamente desiludido com o "aviltamento" da sua obra, passou por difíceis momentos de descrença na utilidade de pensar e propor responsabilmente iniciativas para a resolução os problemas deste mundo. Lutador persistente, apanágio das pessoas habituadas a conviver com o real concreto da ruralidade, partiu para outra e deu vida a um outro singular e excelente instrumento de desenvolvimento humano chamado EQUAL. É tempo dos rurais de toda a Europa organizarem uma homenagem europeia a este Homem; que bem nos ficava a nós, Portugueses, se de nós partisse uma tal iniciativa.

Nuno Jordão, sucessor de Goulart Carrinho à frente da Comissão Nacional LEADER, sabe do que fala, e ainda bem que teve a oportunidade de o dizer. Mas muito mais está por dizer e terá que ser dito pelos diferentes protagonistas desses primeiros 10 anos da introdução do LEADER em Portugal e na Europa.

A verdade, como a Liberdade, só é perigosa para quem as defende.

Quem por elas não toma partido pode longamente viver prisioneiro e contente.

Por isso, em todos os processos reivindicativos de mudanças sociais a maioria cala e consente até ser pessoalmente atingida.

Como dizia o célebre humorista brasileiro, Stanislau Ponte Preta, a propósito dos "Mineiros" (Habitantes de Minas Gerais - Brasil) - "mineiro só é solidário na morte"!

Anda por aí muita gente que só consegue ser solidária na morte, ou seja, quando o ato passou a virtual/social, só para os outros verem.

Esta é uma questão que tem tudo a ver com a capacidade de cooperar com os outros em benefício de todos, com a tal União que pode fazer a diferença, enquanto é tempo, enquanto podemos juntar a nossa força à força dos outros, pelo bem comum, e isto é que é a pura essência daquilo que agora, aviltada e abusivamente, chamam de abordagem LEADER!

Bem sei que o que aconteceu e acontece com a deturpação dos princípios e valores do LEADER, acontece igualmente com tudo o que faz mover as sociedades contemporâneas... a velocidade é a "maçã" da nossa era, o "pecado maior" ao qual, sem nos darmos conta, sacrificamos mesmo o correto aproveitamento daquilo que vamos fazendo de bom. Velocidade para tudo, mas essencialmente para enriquecer!

O que acabamos de fazer, independentemente do seu valor, é passado! É preciso esquecer rapidamente o que está feito, para poder dar valor absoluto ao que faremos, mesmo que sejam asneiras, só verificáveis a posteriori.

O que hoje se escreve, fundamenta ou explica, entra imediatamente na fogueira do tempo, desaparece! Só sobrevive se travestido de coisa nova, aparentemente não dita anteriormente.

Como diria o poeta: "navegar é preciso"- eu digo: aprender com o passado é preciso, porque é a forma mais segura e barata de navegar para um futuro melhor.



## 2. 20 anos de LEADER

O meu discorrer sobre este assunto é motivado pela rápida leitura - que espero aprofundar proximamente - da publicação editada pela Federação Minha Terra

Do primeiro número da terceira série do jornal “Pessoas e Lugares” sobre - VINTE ANOS LEADER, O QUE MUDOU NO MUNDO RURAL.

O meu entusiasmo por este combate reanima-se. Saúdo a iniciativa e dou os parabéns à equipa pela conceção global desta edição. Sem para tal pedir licença, junto-me às celebrações dos “20 anos LEADER”, para tentar modestamente colmatar aquilo que penso terem sido alguns lapsos de memória no alinhamento dos conteúdos, ou falta de conhecimento direto da génese do programa LEADER em Portugal e na Europa.

Tentemos ser justos. Lapsos que provavelmente se devem ao facto de já não serem muitos os protagonistas vivos dessa fase inicial do desenvolvimento local em meio rural em Portugal e na Europa.

Ao fazer a seleção dos personagens evocados nesta edição sobre os 20 anos do LEADER, os critérios seguidos deixam de fora dessa evocação nomes e contributos que, em minha opinião, não podem, nem devem, ser apagados da memória coletiva de quem se interessa por estes assuntos.

Porque assim penso, não me contive e predispos-me, com a devida autorização e sob a minha inteira e única responsabilidade, a trazer para as páginas da VIVER a expressão bem sentida da nossa (nossa de todos nós aqui da VIVER) homenagem ao GRANDE IMPULSIONADOR DO LEADER

em Portugal, aquele que com exemplar energia e competência soube interpretar com virtuosismo a “partitura” LEADER” e desenvolver a pedagogia que, apesar das dificuldades, muito enriqueceu as práticas das equipas técnicas dos GAL executantes do LEADER I e II.

Considero o seu prematuro desaparecimento consequência do seu profundo sentido de justiça empenhado em não deixar corromper os procedimentos LEADER por interesses estranhos e até contraditórios com os princípios do programa que jurou defender. *“A verdade só é perigosa para quem a defende”.*

É absolutamente necessário que o exemplo deste Homem seja sempre associado à história do Desenvolvimento Local em meio Rural em Portugal. Para além de Goulart Carrinho, não podemos esquecer contributos tão fundamentais como o de Alberto Melo. De entre os que já partiram, trazer de novo às nossas memórias, entre outros: Francisco Botelho, Chaves Medeiros, Nuno Vaz Pinto, e todos aqueles que de momento não me vêm à memória. Que os esquecidos sejam lembrados e que os vivos se façam lembrar.

Assumo que também eu estou aqui incorrendo em “lapsos de memória” ao deixar de mencionar tanta gente merecedora de ser associada a esta causa.

Se a tanto conseguir chegar, e a ADRACES mo permitir, voltarei ao assunto para de forma mais detalhada tentar contribuir para a História do Desenvolvimento Rural de âmbito Local no nosso País.

# 20 ANOS LEADER





### 3. O “Pessoas e Lugares”

Depois de sucintamente me referir a pessoas, porque são elas que dão vida e caráter às estruturas, falemos dos instrumentos e, no presente caso, do “PESSOAS E LUGARES”.

Pessoas e Lugares foi o nome surgido numa reflexão coletiva quando se pensou num jornal de animação para a Rede LEADER, não foi uma escolha casuística, nas duas palavras deste título, está bem explícita a preocupação e a solidariedade efetiva com os dois universos essenciais do LEADER. As pessoas e os seus territórios, as pessoas nos seus territórios. Entre os muitos “afilhados” deixados por esse mundo fora, tenho por este especial estima.

O “Pessoas e Lugares” publicou-se pela primeira vez, número 0, em finais de junho de 1999. Tinha como diretor outra figura a quem o Desenvolvimento Local e o LEADER muito deve, Samuel Thirion, diretor da INDE, como editor Camilo Mortágua e como chefe de Redação o saudoso Francisco Botelho, apaixonado pela vida que bem cedo lhe fugiu e dedicado lutador pelo DLR.

Após este número de ensaio, em outubro desse mesmo ano saiu o número um desta primeira série, com um grande título num momento excepcionalmente empolgante da nossa vida coletiva - SOMOS TODOS TIMORENSES!

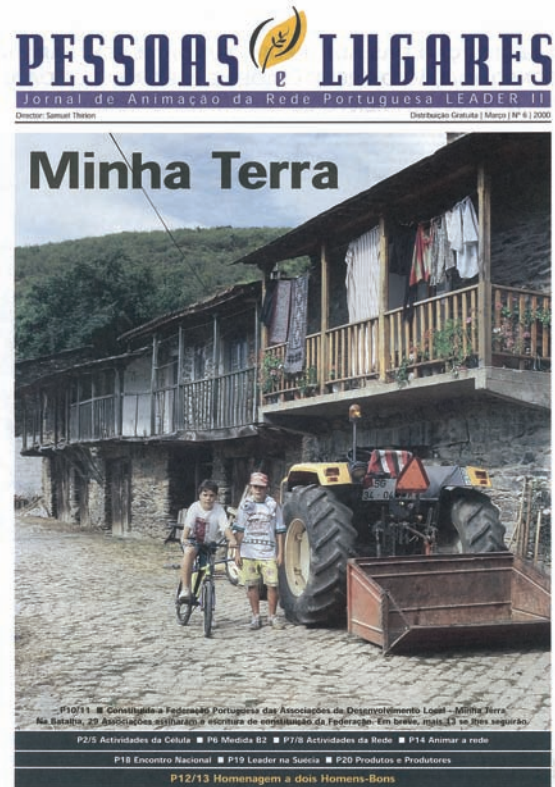
Desta primeira série publicaram-se vinte e seis números, o último em janeiro de 2002.

Seis meses depois veio a segunda série, com 50 números publicados de agosto de 2002 a meados de 2008, sob a Direção de Cristina Cavaco e a orientação de um circunstancial Conselho Editorial onde pautava a Direção Geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural por intermédio da Dra. Maria do Rosário Serafim, com a colaboração de Paula Matos dos Santos, João Limão, Maria do Rosário Aranha da INDE e ainda Luís Chaves da Federação Minha Terra, assim como dos gestores do LEADER +.

Numa sociedade maioritariamente avessa à leitura, estou convicto que a enorme diversidade e riqueza dos textos publicados nestes setenta e seis números, agora 77, do Pessoas e Lugares, permanecem virgens de leituras. Considero que uma seleção criteriosa dos textos publicados (enorme tarefa) podia dar origem à publicação de uma excelente coleção temática de alto valor didático para todos os que, recém chegados ao DLR, queiram adquirir referências sólidas para as suas intervenções.

Para que se possa avaliar dessa riqueza e variedade, atendem na reprodução de algumas das capas das séries já publicadas.

O Pessoas e Lugares, conjuntamente com outras excelentes e inúmeras publicações levadas a cabo pelos diferentes organismos nacionais e europeus, das quais me permito destacar pela sua beleza e conteúdos: “20 valores do mundo rural”, dedicado aos 20 GAL executantes do LEADER I - Ministério da Agricultura, Instituto de Estruturas Agrárias e



de Desenvolvimento Rural, Serviços Técnicos da Comissão Nacional de Gestão do LEADER, design e direção gráfica de Adriano Rangel - 1995; e a extensa e completíssima obra “O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MEIO RURAL FACE AO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE”- os ensinamentos de 10 anos de iniciativa Comunitária LEADER em Portugal, através de 16 cadernos temáticos, produzidos no quadro das atividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II; e igualmente a enorme coleção de “LEADERS magazine” realizadas pela AEIDL de Bruxelas, entidade que funcionou como célula europeia de animação do LEADER I.

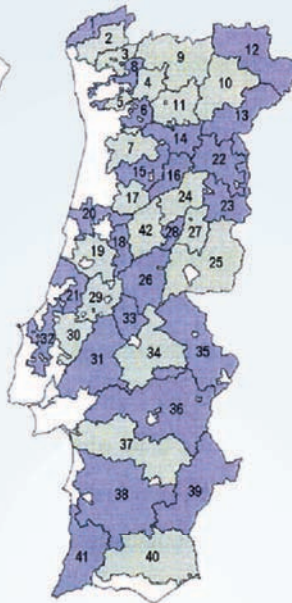
Permito-me sugerir que alguém meta mãos à obra e se constitua algures no País um centro de documentação LEADER que, através dum projeto apropriado possa ir digitalizando e colocando à disposição do público interessado, sobretudo investigadores e estudantes destas matérias, a já substancial bibliografia existente.

## O Leader em Portugal

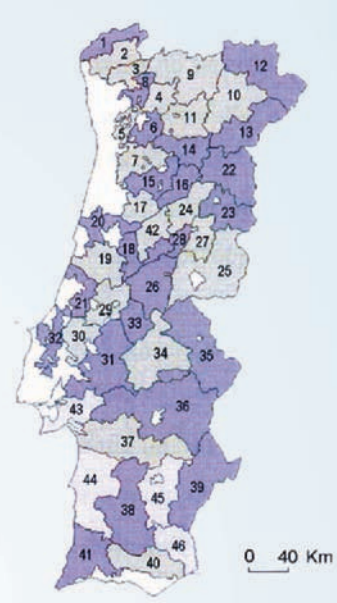
**LEADER I \***



**LEADER II \***



**LEADER + \*\***



\* Adaptado de Moreno (2002)

\*\* Adaptado de DGDRural (2002)

## O Leader na Europa



## O Leader na Península Ibérica





## 4. O “LEADER”, a Europa e as Associações de Desenvolvimento Local – ADL

Importa relembrar que, antes do aparecimento do Programa LEADER, não existia em Portugal o tipo de Associações ditas de Desenvolvimento Local. Embora existisse uma escassa meia dúzia de Associações dedicadas a iniciativas de desenvolvimento dos territórios em que se inseriam (Casos da Associação INLOCO no Algarve e Esdime e Terras Dentro no Alentejo, e pouco mais), é com o aparecimento do Programa LEADER, propondo a formação de Grupos de Ação Local, a quem seria entregue a gestão de “Planos de Desenvolvimento Local” por si financiados, que se reorganizam ou criam as ADL que hoje existem, mais algumas, muito poucas, que eventualmente tenham já desaparecido, vítimas da própria doença do LEADER.

Como o LEADER não permitia que as autarquias locais se candidatassem diretamente ao Programa, reservando esse direito a parcerias locais mistas, chegando a determinar que essas parcerias deviam ser maioritariamente compostas por entidades ou indivíduos da Sociedade Civil, as Câmaras Municipais, na ausência de iniciativas da Sociedade Civil (já o tal défice da cultura associativa da nossa sociedade a fazer-se sentir), na eminência de perder os recursos financeiros para o desenvolvimento dos seus municípios, tomaram, e bem, a iniciativa de prover à criação de Associações que pudessem substituí-las nessa função.

Assim foram criadas a maioria das ADL do Centro, Norte de Portugal e Ilhas, à exceção do Algarve e Alentejo, aqui com grupos formados por iniciativas inteiramente privadas.

Inicialmente, foram reconhecidos e aceites 20 Grupos de Ação Local para a execução do LEADER I.

O sucesso foi tal, que a Comissão Europeia, pela voz do Comissário da Direção Geral para a Agricultura, Franco Milano, reconheceu que o “impacto do LEADER no mundo rural português iria servir de orientação e estímulo para o desenvolvimento do LEADER II em toda a Europa” (*texto de Franco Milano a prefaciá-lo livro “20 valores do mundo rural”*).

A nível Nacional, como a nível Europeu, a “crise de crescimento” teve algumas consequências negativas. A generalização foi demasiado extensiva; à indiferença inicial da maioria dos governos dos Estados membros sucedeu uma exigência geral de incluir todos os territórios rurais de cada Estado no Programa. Mas, como o orçamento europeu não crescia o suficiente para satisfazer a todos aos mesmos níveis do LEADER I, a quantidade prejudicou a qualidade.

Em Portugal, passamos de 20 grupos no LEADER I para 48 grupos no LEADER II e chegamos aos 52 no LEADER +. Ao mesmo tempo, a Europa passava de cerca de 200 grupos no LEADER I para 800 no LEADER II, ultrapassando esse número com o LEADER +!

O LEADER tornou-se tão desejado, que não foi capaz de resistir à violação. Só que, quem o desejava, não era motivado pelas suas “virtudes”, pela sua “beleza”, mas sim e apenas pelos seus “dinheiros”.

Uma das questões sobre a qual me parece não existir desenvolvida reflexão é a da questão do LEADER ser um Programa PIC - Programa de Iniciativa Comunitária.

A que se deverá o facto de alguns destes Programas de iniciativa comunitária serem reconhecidos como os de maior sucesso em toda a Europa?

Porque não saiu de nenhum dos Estados membros as propostas para programas como LEADER, NOW, EQUAL, INTERREG, e tantos outros, que provaram ser instrumentos adequados aos objetivos para que foram concebidos?

Porque é que os Estados membros gostam tão pouco destes PIC(os)? Será porque os Governos dos Estados membros sentem mais dificuldades em instrumentalizar estes programas, que as iniciativas inseridas nos ditos Quadros Comunitários de Apoio e apenas sujeitas aos regulamentos dos fundos estruturais?



## 5. As razões do “Crime”

Falta-me falar das concretas razões do “assassínio” do LEADER. Mesmo tendo em conta que, entre tudo o que a mente humana concebe e aquilo que a vida permite realizar, existirão sempre desvios e alterações inevitáveis, não é possível, no caso do LEADER, aceitar como involuntárias as principais causas da sua morte.

O desaparecimento do LEADER como iniciativa comunitária, de maneira factual, deve-se ao desinteresse dos Estados membros da União Europeia em manter o Programa.

Mas... esse desinteresse pôde transformar-se em decisão prática, sem grandes movimentações da opinião pública, graças a um prolongado e progressivo processo de degradação, preparatório duma tal decisão.

Para tentar facilitar a compreensão do que venho afirmando, vou referir-me apenas a duas das causas dessa degradação:

- A) - A perda total da autonomia dos GAL na conceção e execução dos planos de desenvolvimento local.
- B) - A mudança drástica das prioridades de enquadramento. Abandono das preocupações com o Desenvolvimento, passando a preocupar-se tão só com o dinheiro.

### DE INÍCIO,

Em relação à perda de autonomia, recordemos que no LEADER I as equipas técnicas dos GAL elaboravam o seu Plano de Ação Local (PAL), com inteira autonomia e em diálogo com as “forças” organizadas da sociedade civil do seu território.

Esses planos, onde estavam definidos os objetivos e os montantes dos investimentos a realizar ao longo da vigência do respetivo quadro comunitário de apoio, eram entregues à autoridade nacional de tutela (Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa LEADER), presidida por um representante do Ministério da Agricultura (Eng. Manuel Goulart Carrinho) e da qual faziam parte todos os coordenadores dos GAL, para uma primeira compatibilização e parecer.

Após receção, a equipa técnica da Comissão de Acompanhamento, se tinha dúvidas, iniciava um diálogo sério e presencial com os preponentes no sentido de acertar opiniões (sem imposições). Com o parecer favorável da Comissão Nacional de Acompanhamento, o plano era enviado a Bruxelas para homologação da Direção do Programa na Direção Geral de Agricultura da Comissão Europeia encarregada de dar a aprovação final.

Por vezes, as aprovações implicavam cortes orçamentais, mas as decisões e respetivas consequências eram sempre analisadas de forma a estabelecer um quadro seguro e credível de ação.

Todos os PAL, uma vez aprovados a nível europeu, eram leis para cumprir, e não havia a possibilidade de serem alterados por uma qualquer decisão de circunstância a nível Nacional.

A cada GAL era-lhe atribuída uma “subvenção global” para executar o seu PAL.

As ADL trabalhavam com segurança, conhecendo perfeitamente as regras por elas próprias estabelecidas e aprovadas superiormente.

Naquele tempo, o LEADER permitia apoiar financeiramente todas as ações que o respetivo GAL tivesse julgado úteis para a especificidade do seu território e incluído no respetivo PAL.

Quem definia a tipologia das ações a apoiar e até os níveis de comparticipação das componentes de cada ação, eram pessoas das equipas técnicas locais, conhecedoras do seu território.

### HOJE,

Chamam de abordagem LEADER a medidas integradas em programas, cuja filosofia de ação nada tem que ver com os princípios LEADER. O LEADER nunca admitiu a inclusão das atividades de produção agrícola, já apoiadas através da PAC - Política Agrícola Comum; a dita abordagem LEADER, integrada no FEADER, passou a uma simples medida subsidiária, “recomendada” aos Estados membros e suscetível de adaptações a “la carte” segundo a força dos “lóbis agrícolas” sectoriais ou regionais.

A autonomia dos Grupos de Ação Local acabou e, pior do que isso, ensaiaram-se subterfúgios causadores de graves prejuízos à estabilidade das equipas existentes obrigando a desfazer muitas dessas equipas, destruindo conscientemente aquilo que tinha levado dez anos a construir e constituía uma das mais poderosas e úteis mais-valias do LEADER.

As equipas técnicas dos Grupos de Ação Local, que eram as verdadeiras “tasks Forces” do LEADER e autênticos centros multidisciplinares de excelência para as frágeis capacidades dos territórios rurais de projetarem o seu próprio desenvolvimento numa perspetiva territorial e integrada.

Para bem nos darmos conta da irresponsabilidade e prepotência das práticas utilizadas, basta atentar no que se passou com o lançamento da “abordagem LEADER” do FEADER.



O Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de Portugal por intermédio das suas estruturas pediu a todos os grupos LEADER do Continente e Ilhas que elaborassem um documento com a estratégia de desenvolvimento para o seu território, dando prazo e anunciando publicamente que esses documentos seriam submetidos a um júri e classificados segundo o seu mérito, para posterior atribuição da condição de gestores da “abordagem Leader” do FEADER.

Os Grupos de Ação Local puseram as suas equipas técnicas em marcha (alguns voltaram a readmitir antigos técnicos) e, em parceria com os agentes económicos do seu território, comprometeram-se a desenvolver a estratégia concertada. Apresentaram os seus documentos de estratégia, a classificação do mérito desses trabalhos chegou a ser divulgada.

Nesses documentos, os grupos, depois de muitas reuniões com as populações e com empresários do seu território, depois de vários meses de trabalho, definiram os seus objectivos e meios para os alcançar.

Simplesmente (talvez as mudanças de responsáveis seja a explicação), o Ministério fez tábua rasa do solicitado, mandou os compromissos e as estratégias locais para o lixo, calou as insatisfações autorizando a apresentação de trinta e cinco mil euros de despesas das verbas do LEADER + e, numa atitude de quem “quer pode e manda”, alterou as regras e chamou a si a interpretação exclusiva dos regulamentos da comissão, impondo a cada grupo a função de meros “moços de recado” dos técnicos ministeriais recrutados à pressa, para exercerem funções de espertos contábeis, porque de Desenvolvimento Rural de âmbito local, nem sequer tinham ouvido falar!

Sobre a questão da mudança de prioridades do enquadramento:

A partir do LEADER II, foi-se abandonando por completo o controlo e valorização do mérito do trabalho desenvolvido, para passar a exercer, exclusivamente, a análise e correção dos documentos contábeis, único critério para avaliar a bondade das estratégias de desenvolvimento aplicadas. Deixou de haver preocupação alguma com a qualidade das intervenções e passou-se a cuidar da correção dos papéis contábeis, nem sequer da boa aplicação do dinheiro! O Desenvolvimento Rural passou a medir-se pela capacidade de apresentar papéis justificativos das despesas feitas e da elegibilidade formal das despesas, independentemente do seu valor intrínseco para o desenvolvimento desse território.

Tem razão o Nuno Jordão, tanto banalizaram o LEADER, tanto o despiram da sua substância que chegou o dia em que os seus manipuladores de todas as instâncias do poder, de todos os níveis, do europeu ao regional - nacional, de tão normalizado que tinha ficado, resolveram metê-lo num formulário informático e mandá-lo para o “limbo” dos programas de desenvolvimento rural.

Passou a pretender fazer-se “desenvolvimento local em meio rural” com Grupos de Ação Local (que deveriam fundar o seu trabalho no conhecimento direto dos níveis culturais e de motivação dos candidatos a investidores e das necessidades específicas de cada território), obrigando esses grupos a configurar, formatar, normalizar, em formulários concebidos para facilitar o trabalho de análise à distância pelos analistas de gabinete, incapazes de distinguir o trigo do joio. Foi a machadada final, a evidência última da total falta de compreensão da complexidade e riqueza do trabalho de animação/dinamização do Desenvolvimento Rural de âmbito local, tal como o LEADER original o tinha perspectivado e praticado. ■

# LEADER





# A FORÇA DA UNIÃO

## OS “TARZANS” DA BIS

Bater no peito e lançar o grito de que sou eu o melhor poderá aliviar o ego de cada um, mas não contribui para a “UNIÃO QUE FAZ A FORÇA.”

Ao lançar, como “grande tema” deste número, a questão da União entre pessoas e entidades da BIS em torno de objetivos comuns e democraticamente concertados, como o mais seguro dos caminhos para afirmar e valorizar as nossas vidas e patrimónios, não tínhamos em mente promover individualmente ninguém, pessoa ou instituição.

Queríamos e continuaremos a lutar pelos maiores consensos possíveis sobre o nosso futuro coletivo. Para tornar isso possível... os mais fortes, mais rápidos, mais competentes, mais sábios, etc., os que querem ser sempre os primeiros, sob pena de ficarem sozinhos, têm de saber esperar pelos que vêm atrás!

Os primeiros, os que vão “mais longe e mais alto”, não podem gritar contra a exclusão social e praticá-la no dia a dia!

Da diversidade de textos incluídos, saberão os nossos leitores tirar as suas conclusões sobre o nível de desenvolvimento das nossas consciências em relação à necessidade da União para fazer a força da BIS.

O Editor





# UNIR O QUÊ?

*Do catálogo “Manto de Cêres”, edição do Centro Cultural Raiano de 1997, transcrevemos, com os devidos agradecimentos, dois curtos textos da autoria do Prof. Jorge Gaspar, Geógrafo eminente e conceituado investigador das pegadas e efeitos do nosso viver coletivo, na modelação da terra a que chamamos nossa.*

*Que a BIS nunca perca o seu “manto de Cêres” símbolo e garante da sua ascensão à glória dum futuro de felicidade.*

**1.** O tempo e o Tempo atacam os homens e as rochas, movimentam-nos através dos espaços, modelam culturas e paisagens. Quantas toneladas de ouro já transportou o Tejo nas suas águas, ora calmas ora revoltosas, até à Lisboa prometida?! Ouro arrancado aos filões mais escondidos, em rochas profundas. A erosão. Ficaram os depósitos argilosos, os calhaus, os relevos residuais, as terras aplanadas. As formas.

A erosão modela e afeiçoa as formas mais brutais resultantes dos movimentos, bruscos ou lentos, da crosta terrestre. Assim também com os homens. Em consequência de bruscas alterações na esfera planetária que representam subidas ou descidas nas suas oportunidades de vida. Por isso, também os lugares habitados ora acumulam ora sofrem erosões e os homens empreendem movimentos.

De tudo ficam marcas, vestígios; vazios ou depósitos, que podem ser concordantes ou discordantes com as correlações de forças em cada momento: do tempo histórico ao tempo geológico.

As imagens, a terra e os homens, o pó e as rochas, tudo se verte em memórias.

**2.** Entre a grande Cordilheira e o grande Rio, nos interiores, ao longo dos tempos, desenharam-se espaços de fronteira. Não linhas divisórias, naturais ou artificiais, mas domínios de posse incerta, onde instalaram as inseguranças.

As lonjuras favoreceram as resistências e os arcaísmos: das economias, dos falares, das religiões. Erges, nome de rio/fronteira linear, também é nome de lugar e de cultura de cá, no lado de lá: Eljas. Viajar na toponímia da frontierland : Campo, Monsanto, Hurdes, Hiervas, Orca, Medelim, Zarza (La MaYor), Coria, Egítania, Alcântara, Salvaterra (do extremo).

Campos – que llaman Tierra de Campos lo que son campos de tierra -, campinas, charnecas, serras, cristas e cerros, penhas e penhascos, desfiladeiros e angústias; ao longe as cordilheiras, para além dos rios. São percursos do heroico para o arqueológico.

Este é o genérico, faltam-nos os atores. Multidões que passaram deixando estes sinais e esta cultura, que apercebemos apenas em vestígios persistentes, do lado da arqueologia. O heroico passou, mas pode adivinhar-se em referências na ficha técnica: lusitanos, romanos, judeus, godos, mouros, cristãos e cristãos novos.

Com a história a definir-se crescem o espaço e o tempo, produzem-se paisagens deslocadas, às vezes também desfocadas. Só o exercício metódico da reconstrução permite colocar marcos, encontrar referências.

A solidão do retorno à natureza avança sobre as paisagens que foram humanizadas por acumulação de sonhos e frustrações. Os retardatários de êxodo perscrutam os horizontes do céu e da terra. Há ainda memórias que justificam o espanto que cresce com o cair do pano, cada dia em que se sobrevive, porque nasce o sol e ainda se mantém o rasto luminoso do caminho dos homens. ■

# UNIR ESFORÇOS... PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL!

Ana Paula Fitas

[Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses -  
Cultura Portuguesa do Século XX]

A guerra dos mercados eclodiu e o rosto mais visível desta guerra tem sido, desde 2008, a União Europeia, enquanto bloco regional da macro-economia mundial, aparentemente liderada até há pouco, pelos EUA. O ritmo vertiginoso a que as mudanças e as clivagens reveladoras de ruturas das economias nacionais se têm sucedido, deflagrou com a declaração de incumprimento e o pedido de intervenção externa das instituições financeiras internacionais, na Grécia, na Irlanda e em Portugal, cujas realidades sócio-económicas se têm vindo a agravar, nomeadamente no que se refere às taxas de desemprego e de endividamento. Contudo, o problema não se confina às dívidas soberanas destes Estados-membros da UE e o risco de incumprimento com ameaça de necessidade de intervenção financeira externa ameaça as economias de países como a Itália, a Espanha e a Bélgica, afetando já outras economias até há pouco consideradas “fortes”, como é o caso da França e da Alemanha, onde as medidas de austeridade integram as respetivas orientações políticas. A gravidade e extensão da crise é de tal ordem que, finalmente, após, meses e anos de recomendações e decisões políticas no sentido de reforçar as medidas de austeridade em cada Estado membro, os órgãos centrais da UE, Conselho e Comissão decidiram reformular os prazos de pagamento das dívidas soberanas e, conseqüentemente, baixar as taxas de juros que atingem níveis insustentáveis, dada a especulação promovida pela avaliação do “rating” das agências de notação financeira. Desta vez, depois de muitos avisos de boa parte da sociedade, o fantasma da especulação abateu-se sobre os mercados como uma realidade incontornável, obrigando as economias “fortes” à cooperação com as dos chamados “países periféricos”, de modo a “travarem”, quer ao nível dos próprios mercados, quer dos cidadãos, uma nova e muito empobrecida imagem do estádio de desenvolvimento dos seus países e das suas economias, reveladora de uma situação social deficitária no que se refere à qualidade e condições de vida das populações.

O culminar desta crise ficou expresso recentemente com o acordo do Senado norte-americano em que, mais uma vez, foi aprovada uma “subida do teto” do endividamento da dívida dos EUA, de modo a evitar que a “maior economia do mundo” entrasse, também ela!, em incumprimento relativamente às exigências que os compromissos financeiros internacionais impõem. E se, neste momento, começo por gastar o espaço que me é reservado para escrever neste extraordinário testemunho da realidade social portuguesa que é a revista “VIVER”, desta vez dedicada ao tema “A União É a Força”, é para lançar o alerta: quando os blocos económico-políticos “mais poderosos” estão em profunda crise (apesar da resistência dos “lobbies” de cada um dos seus membros), precisam de recorrer à união de esforços para fazer face ao inimigo comum (no caso, as agências de rating, isto é, de notação financeira dos mercados), torna-se óbvia e indispensável a consolidação dos esforços regionais e locais a nível micro-económico, para que as economias locais e regionais não sejam extintas pelo efeito “dominó” causado internamente pela dinâmica de afundamento da economia nacional. Cabe, por isso, aos agentes políticos, económicos, sociais e culturais locais e regionais, a responsabilidade de desencadear mecanismos de sustentabilidade capazes de reforçar as incipientes dinâmicas locais de desenvolvimento, tornando-as muito mais autónomas do que são no presente em relação ao poder central e conseguindo deste poder e do poder europeu (designadamente, pelo recurso aos fundos comunitários) apoio para a consolidação desta autonomia, de que depende, afinal, a sobrevivência das regiões - e, em última análise, a qualidade de vida das populações, cujo nível decorre das taxas de produtividade e de emprego que conseguirmos sustentar local e regionalmente! Por isso, a palavra de ordem, nos tempos que correm, é: **Unir Esforços para o Desenvolvimento!** ■







# A SOLIDÃO E A SOLIDARIEDADE

António de Abrunhosa

[Presidente da AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior]

Eu vivo há muitos anos sem conseguir optar por uma de duas teses antagónicas que encontrei num conto admirável de Herberto Helder e na lombada da primeira tradução portuguesa do Cem Anos de Solidão de Garcia Marquez.

No primeiro Herberto Helder põe uma ideia que concentra muito do que eu próprio tinha pensado sobre o assunto: “A força que um homem apenas consegue na sua solidão”.

Na segunda, Garcia Marquez diz que nenhum dos milhares de artigos escritos sobre o seu livro tinham referido a ideia que o levou a escrevê-lo: “A solidão é o oposto da solidariedade”.

Palpita-me que essa indecisão é a minha herança genética como Beirão. Os beirões têm dado numerosos exemplos de grandes solitários capazes de grandes façanhas assentes na força que conquistaram com a sua solidão. E nisso têm confirmado a tese de Garcia Marquez. A dificuldade de se juntarem para realizarem tarefas apenas possíveis quando feitas solidariamente por muitos, é lendária.

Infelizmente, a questão não é tão só, ou sobretudo, filosófica ou antropológica. As consequências práticas da coisa são bem mais importantes.

A Beira Baixa, sobretudo na agricultura, é uma das zonas mais pobres do país: da pobreza dos solos ao clima destemperado, da falta de água à falta de gente, há todo um rol de carências de aquilo que os economistas chamam a dotação básica de fatores. Paradoxalmente, essa pobreza produziu alguns produtos emblemáticos da gastronomia portuguesa como o azeite, o queijo de ovelha, o borrego e o cabrito, o requeijão e a fruta.

Confirmando Garcia Marquez, a solidão dos Beirões impediu a solidariedade naquilo que era economicamente mais relevante: o associativismo com propósitos comerciais.

A Beira Baixa tem uma baixa densidade de cooperativismo e, pior, viu degradar muitas dessas estruturas por excesso de solidão na sua vertente pior, a dos que gerem solitariamente e em seu próprio proveito, essas estruturas.

Tudo isto tem um resultado demasiado visível: quem viaje de Bragança a Mértola verificará, com surpresa, que a região onde menos se aproveitaram os fundos europeus de apoio à agricultura é a região que vai da Gardunha ao Tejo.

O contraste é sobretudo gritante quando se compara essa região com a do interior do Norte Alentejano, região em tudo semelhante, menos no associativismo.

É sabido que, como dizia Saramago, é raro ver um Alentejano cantar sozinho. Por extensão poder-se-ia dizer que é raro ver um Beirão cantar acompanhado. Sendo esta uma questão cultural, não estou certo de que tenha ajudado os Beirões a produzir mais barítonos ou sopranos. Mas não tenho qualquer dúvida que os deixou a anos-luz do êxito do Alentejo que, de uma das regiões mais pobres do país, passou a uma das mais desenvolvidas agricolamente.

E também tenho poucas dúvidas que isso se deve à capacidade de união dos Alentejanos que já iam no 5º Congresso do Alentejo quando a Beira Baixa ainda andava a sonhar com o primeiro, que nunca chegou a fazer.

O individualismo dos Beirões é reforçado pelo seu individualismo institucional. Não conheço outra região do país onde seja mais flagrante o divórcio entre os agricultores e as instituições que supostamente existem para servir a agricultura.

O individualismo é visto como uma evolução decisiva iniciada pelos Gregos de há 2500 anos, muito diferentes dos de hoje, contra as estruturas despóticas de poder da Ásia e do Médio Oriente. Tal individualismo foi reforçado, decisivamente, pela Revolução Francesa que promoveu, com estrondo, a estruturação democrática do poder que caracteriza as sociedades desenvolvidas do Ocidente.

Face aos resultados do individualismo da Beira Baixa, tendo a questionar-me se a razão não estaria com Zhou-en-lai que, quando perguntado por Kessinger se a revolução francesa não era o acontecimento histórico mais relevante para o desenvolvimento do mundo moderno, respondeu: Ainda é cedo para tirar conclusões. ■



# ESTES TEMPOS

António Canoso

[Professor de História da Escola  
Ribeiro Sanches de Penamacor]

*“A nossa felicidade depende  
mais do que temos nas nossas  
cabeças, do que nos nossos  
bolsos.”*

**Arthur Schopenhauer**

Cada qual vive o tempo que lhe coube em fortuna. Dos coevos quase todos se queixam. Todavia, sempre ouvimos dizer que isto está mau. Profecias apocalípticas centralizam o discurso dos arautos da desgraça que, sentados à mesa da inércia, creem egoisticamente que tudo lhes é devido sem que nada lhes seja exigido. “*Não se governam nem se deixam governar*”, já se queixava o conquistador romano. Continuamos na mesma, fantasiando redenções e declinando realizações, desejando líderes providenciais que nos libertem da árdua tarefa de pensar e executar, submetendo-nos voluntariamente à prestação de vassalagem a senhores de ocasião, arvorados em divindades protetoras. Império da subserviência, à pala da lei do menor esforço. Perseguindo interesses próprios, tornámo-nos soberbos solitários à ordem de oportunistas que nos empobrecem e iludem com promessas jamais cumpridas, convertendo-nos em marionetas de inconfessáveis interesses, comprometedores do futuro e bloqueadores do presente. E a realidade confirma as suspeitas. Os mesmos que nos alienaram o sonho da felicidade fácil, baseada no crédito barato que permitiria subir na vida sem esforço, apresentam agora a fatura para as massas amargarem, continuando desafogados. E nós, deslumbrados pelos nossos “sucessos”, ao invés de lhes respondermos com Fernando Pessoa, “*A renúncia é a libertação. Não querer é poder*”, olvidamos o trambolhão, permitindo que aumentassem a sua riqueza na proporção inversa da penúria geral.



## “A RENÚNCIA É A LIBERTAÇÃO. NÃO QUERER É PODER”

FERNANDO PESSOA

O desafio é colossal, porém inadiável. Urge reformar o presente, passando do isolamento ao relacionamento, do valor aos valores, do tangível aos talentos, da submissão à emancipação. Urge renovar o arquétipo socioeconómico, sob pena de transformar consumidores em consumidos. Urge contemplar além do microcosmo da nossa insignificância. Urge colocarmo-nos permanentemente em causa. Urge mudar, porque esperar pela mudança do outro é não mudar. Urge agir para transformar, sem receios nem autocensuras. O futuro exige audácia e emancipação de enfileiramentos carreiristas que, ao som de mágicas flautas sopradas pelos suspeitos do costume, apenas conduzem a becos sem saída. Já Saramago lamentava *“ser mais fácil chegar à lua que ao nosso semelhante”*, porque (...) *alguém não anda a cumprir o seu dever. Seja porque não sabe, seja porque não pode...* Mas pode, basta abandonar a cultura egocêntrica de autossatisfação, de busca do sucesso a qualquer preço, cuja prova evidente do fracasso reside nas atuais gerações de autoinsatisfeitos, frustrados e decepcionados. Cada um no seu pequeno universo faz a diferença. Não podendo mudar o mundo, pode mudar a vida de alguém. E só se é alguém ajudando outros a ser gente, renunciando ao “eu” em prol dos “nós”. Paraphraseando a minha aluna Cláudia Salvado *“importante é estabelecermos laços. A internet isola dando a sensação de companhia, a vida moderna gerou idosos solitários e cadáveres descobertos longo tempo depois da morte”*.

Estes tempos que vivemos, e que vamos ter de continuar a viver, não se compadecem com a atitude mesquinha de quem assobia para o lado à desgraça alheia. Exigem a verdadeira solidariedade, a inclusiva, discreta e respeitadora da dignidade do outro. A verdadeira solidariedade não alivia consciências nem rima com caridadezinha mediática ao serviço de vidas fúteis e insignificantes, desejosas de um momento de fama ao lado dos desgraçados da moda. Criaturas pedantes, repletas de nada, que deambulam pelas passarelas do infortúnio com a convívência da comunicação social que melhor faria se buscasse quem não aparecendo, diligência para que outros não desapareçam.

Unidos numa outra forma de pensar, sentir e agir conseguiremos cumprir o nosso dever - deixar às gerações vindouras mais e melhor do que temos. E não chega ficar pelas intenções. Tem de assumir a forma de desígnio. É infame presentear os recém-nascidos com um fardo de calotes resultantes da irresponsabilidade coletiva e do conformismo autista. Esquizofrénica mentalidade que inverteu a ordem das coisas. Ao invés de deixar ativos, lega passivos. Modificá-la exige empenho e persistência de todos sem exceção, pessoas singulares, autarquias, instituições diversas, clubes, associações, associações, igrejas, escolas, partidos políticos, empresas, Estados... Ninguém pode ficar à margem desta profunda revolução.



Encarar o próximo como gente com direito à dignidade, zelar pelo património cuja preservação é imperiosa, cuidar de forma firme e determinada da formação dos jovens, sem cedências nem intransigências, visando gerações de adultos responsáveis e dotados de saberes e valores. Todos, sem exceção, temos que olhar para nós próprios e colocar a questão de Saramago: *estaremos a cumprir o nosso dever?*

Com a sabedoria do Dalai Lama, refundemos o conceito de felicidade: *“O que mais me surpreende é o homem, pois perde a saúde para juntar dinheiro, depois perde o dinheiro para recuperar a saúde. Vive pensando ansiosamente no futuro, de tal forma que acaba por não viver nem o presente nem o futuro. Vive como se nunca fosse morrer e morre como se nunca tivesse vivido.”* E conclui: *“Não precisamos de mais dinheiro, não precisamos de mais sucesso ou fama, não precisamos do corpo perfeito, nem mesmo do parceiro perfeito, agora mesmo, neste momento exato, dispomos da mente, que é todo o equipamento básico de que precisamos para alcançar a plena felicidade.”* ■

# AZEITES DA BEIRA BAIXA

## TERRAS E GENTES:

### CAMINHOS QUE SE CRUZAM, UNEM!

João Miguel Pereira

[Engenheiro Agrónomo;  
Responsável Técnico da  
Cooperativa Agrícola dos  
Olivicultores de Malpica do Tejo;  
Presidente da APABI (Associação  
de Produtores de Azeite da  
Beira Interior); Consultor da  
TerraProjectos - Consultoria  
Agrária, Agroalimentar e  
Ambiental]

Escrevo este texto a partir de Malpica do Tejo (aldeia a 20 km a sul de Castelo Branco, “sem saída”), terra que me inspira profundamente, embrião da minha ligação ao setor do azeite na Beira Baixa e sobretudo às suas gentes.

São 8 h da manhã, início de verão e acabo de chegar de uma volta pelos olivais frutificados da aldeia, à primeira vista parece-me ser um ano de safra (embora as previsões na atividade agrícola sejam sempre difíceis). Aquilo que sempre me impressionou na oliveira é a sua incedível capacidade de resistência à secura – primeiro mote para o tema central da edição desta revista – a união faz a força. É indiscutível a força da união das células desta árvore magnífica que é a oliveira para resistir em condições climáticas tão adversas como esta região da Beira Baixa, em que a maioria dos olivais é de sequeiro...

E é precisamente neste contexto de adversidade que estas gentes de Malpica do Tejo se uniram em torno de uma cultura como o azeite e fizeram dela uma perpetuação de uma riqueza intergeracional (curioso que o meu avô me contava que quando casou com a minha avó todos lhe diziam que tinha casado com uma mulher “rica” pois tinha no seu dote muitos pés de oliveira...). Diz-se por terras da Beira Baixa que:

O mel é mimo,  
O vinho nobreza e  
O azeite riqueza.

A aplicação mais pragmática que conheço deste lema – a união faz a força – é precisamente nesta aldeia de Malpica do Tejo. Na realidade, as suas gentes promoveram aquilo a que apelido de uma “reforma agrária” tranquila ao longo dos últimos 100 anos. Uma freguesia com quase 25.000 hectares e dominada pela grande propriedade, desde 1908, que as suas gentes foram adquirindo coletivamente propriedades de dimensão relevante, que retalharam, sem muros, distribuindo parcelas para os vários fins: pão, azincho, horta e plantação de oliveiras. E assim ao longo de várias gerações se foi moldando o território e sobretudo o caráter de um povo, que unido conseguiu, tranquila e pacificamente plantar milhares de oliveiras, em redor da aldeia.

A sequência natural foi a criação da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Malpica do Tejo em 1952 e a consequente construção do seu lagar de azeite em 1954, que mais uma vez, evidencia a capacidade unificadora em torno de objetivos comuns...

Dou um salto (nesta fase do texto) de mais de 40 anos para “aterrar” em 1998, altura em que um grupo de filhos e netos dos malpiqueiros que construíram o lagar de azeite nos anos 50, decidiram dar-lhe um novo fôlego e liberta-lo do risco de encerramento face aos diversos constrangimentos técnicos, económicos, ambientais que o rodeavam. Eu fui um dos netos dessa geração que abraçou este projeto e do qual ainda me orgulho de fazer parte... Recordo-me que nós (porque nestes processos o trabalho de equipa é o segredo do sucesso), sabendo das dificuldades de fazer um novo lagar de azeite, sempre acreditámos que seria possível, pois acho que os nossos pais e avós nos conseguiram transmitir essa força da união para emprendermos e lutarmos por aquilo que queríamos. Um dos fatores decisivos para inves-





tir num lagar de azeite foi e continua a ser os movimentos de migração inversa nos meses de novembro das gentes de Malpica que espalhadas por esse país fora e até no estrangeiro, rumam à aldeia para colher a azeitona. Este sentimento de pertença e até de crítica social indireta a quem não colhia as oliveiras herdadas foi o principal mote para refundar o lagar de azeite obsoleto, pois garantia a matéria-prima disponível para a laboração do lagar. Hoje passado 12 anos assistiu-se e motivado pelo novo lagar de azeite ao rejuvenescimento dos colhedores de azeitona. Na aldeia onde residem cerca de 600 pessoas, a população triplica na altura da azeitona.

Na realidade foi impressionante, e diria arrepiante, assistir à mobilização de toda a aldeia em torno do novo “(a)lagar de azeite” (como se diz em Malpica), o qual se materializou, não apenas em testemunhos de apoio e incentivo, mas no contributo de 400 euros de cada sócio para a sua Cooperativa. Em 2001 inaugurámos o lagar de azeite completamente remodelado adequado às novas exigências e com condições de produção de azeites de elevada qualidade.

Em 2002 ficámos na história agrária da Beira Baixa com o lançamento no mercado do primeiro azeite qualificado como *Azeite da Beira Baixa* - Denominação de Origem Protegida, mercê da criação Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior (APABI), no ano de 2000, na qual a nossa Cooperativa assumiu um papel fundamental e a respetiva presidência da sua Direção; e este, é o terceiro e último tributo ao tema que tem norteado o presente texto.

Até há 10 anos o setor de azeite não estava organizado na Beira Baixa - apesar de constituir a terceira região produtora de Portugal - e como tal a sua notoriedade era escassa. Passados estes anos, associaram-se cerca de 50 lagares da Região, apareceram cerca de 10 marcas de azeite, o volume de embalamento aumentou exponencialmente e a qualidade dos azeites produzidos disparou (note-se os prémios ganhos por vários produtores) e, tudo isto, graças à capacidade de mobilização de interesses comuns, neste caso regionais, que permitem a partilha técnica, comercial e humana e a constituição de um lobby de produto e território junto das entidades oficiais. O expoente máximo desta atitude, para além dos mencionados, traduz-se na organização da *Bienal do Azeite*, pela APABI em parceria com a Câmara Municipal de Castelo Branco que atrai ao território cerca de 90% do azeite produzido em Portugal e confere uma posição de relevo à capacidade criativa e organizativa dos agentes regionais.

A região da Beira Baixa tem ainda muitos atrasos por recuperar, a inexistência de estruturas organizadas penalizou grandemente a região face às outras regiões produtoras de azeite, contudo os atrasos podem transformar-se em vantagens. Atualmente é a região que mais azeitona galega produz (*ex-libris* das variedades nacionais) e existe um subsetor pouco explorado: a azeitona de mesa.

Numa perspetiva mais abrangente, a abordagem futura ao setor do azeite na Beira enquadra-se nos seguintes níveis:

I) **Económica**, na perspetiva de uma cultura empresarialmente interessante e sobretudo direcionada em escala para o mercado. Neste sentido decorre um projeto para instalação de uma Central de Embalamento e Comercialização do Azeite da Beira Baixa, para que, mais uma vez, unindo e concentrando as pequenas quantidades



de azeite dispersas pelas dezenas de lagares da região se possam reunir volumes de azeite que incrementem a capacidade negocial e sobretudo remunerem de forma justa o produtor, e o incentive a continuar e, se possível, a produzir mais. É o apelidado ciclo virtuoso do negócio....;

II) **Ambiental/ patrimonial**, a riqueza paisagística e museológica da região é um potencial fantástico, já com excelentes exemplos implementados no terreno (caso do museu de Proença-a-Velha) que carecem de uma ponte comum: a criação de uma rota “Pelos caminhos do Azeite e da Azeitona da Beira Baixa” que crie uma malha cruzada com o turismo e os outros produtos da terra. Note-se a magnificência dos olivais, nas margens do Tejo, avistados na viagem de comboio da linha da Beira Baixa...

III) **Social**, a região da Beira Baixa tem a particularidade de ser a região do país com o maior número de lagares e esta característica não pode ser descurada: em muitas aldeias é a única agroindústria existente que emprega pessoas e oferece um serviço de proximidade às populações locais. Num período em que desertificação assumiu proporções atroz a manutenção de nano e micro empresas revela-se crucial para a continuidade dos poucos que ainda resistem e se recusam a transformar os seus territórios em reservas de caça...

Não sei se terão chegado ao fim do texto mas tenho a certeza que o azeite como união de gentes e terras não vos deixará certamente indiferentes...

“ *Se chamarmos paixão ao interesse pelo qual a individualidade se entrega totalmente, com esquecimento de todos os interesses múltiplos que temos ou poderemos vir a ter, e nos fixamos num objetivo com todas as forças da sua vontade, concentrando nesse objetivo todos os apetites ou energias, devemos dizer que nada de grande se realizou no Mundo sem paixão* “

# AS REGIÕES DO INTERIOR E O FUTURO ...

Carlos Maia

[Presidente do Instituto Politécnico  
de Castelo Branco]

Num momento em que Portugal assiste a profundas mudanças económicas e sociais foram conhecidos os resultados preliminares dos censos 2011. Da sua análise verifica-se que apesar de em termos globais se ter verificado, desde 2001, um acréscimo de população de 1,9%, atingindo 10.555.853 indivíduos, esse crescimento deveu-se essencialmente ao saldo migratório, isto é, à vinda de estrangeiros para Portugal.

Para além do contínuo envelhecimento da população portuguesa, verifica-se o reforço do fenómeno da *litoralização* da população e um agravamento do despovoamento do interior, o que *configura um dos grandes problemas nacionais*, como afirmou Sua Excelência o Presidente da República na sessão solene do Dia de Portugal, cujas comemorações se realizaram em Castelo Branco. A tendência para a desertificação do interior tem-se acentuado e na nossa região continua a verificar-se um saldo negativo em várias NUTS. Apesar de alguns concelhos terem ganho população, decorrente do inevitável movimento populacional das zonas rurais para as regiões urbanas, a Beira Interior perdeu mais de 30 mil pessoas desde 2001. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) dizem-nos ainda que a descendência média em Portugal diminuiu de 2,99 em 1971 para 1,32 filhos por mulher em 2009, para além do primeiro filho ser cada vez mais adiado.

Como se combatem estes números, que tendem a agravar-se e que poem em causa a sustentabilidade e o desenvolvimento do interior?





## “...AS POLÍTICAS NACIONAIS COMO LOCAIS DEVEM INCLUIR A CRIAÇÃO DE INCENTIVOS À NATALIDADE E À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS...”

Em primeiro lugar, é preciso assumir que contrariar o declínio demográfico das últimas décadas é uma questão eminentemente política. Em segundo lugar é necessário reconhecer que qualquer medida a implementar vai demorar muito tempo até produzir efeitos, uma vez que Portugal não renova as suas gerações há 28 anos. Este último aspeto, ou seja, a não produção imediata de efeitos, poderá ser uma das principais razões para o facto de ainda não se terem implementado medidas de fundo que permitam iniciar a reversão da situação, uma vez que os mandatos dos cargos políticos duram quatro anos e os efeitos das medidas a implementar só serão visíveis, na melhor das hipóteses, daqui a 30 ou 40 anos. Mas uma visão estratégica para o futuro de Portugal tem de ir muito para além da gestão da “*agenda política*” e obriga à implementação de medidas estruturais que garantam o aproveitamento e desenvolvimento do potencial do interior, transformando-o em vantagens competitivas. E a nossa região tem potencialidades em várias áreas, a começar pela elevada qualidade de vida, pelas acessibilidades de que a região dispõe, nomeadamente através da A23 e da linha da Beira Baixa, assim como a proximidade com Espanha, que lhe confere uma centralidade que constitui um potencial de desenvolvimento a explorar; a economia rural e a agricultura, que seguramente vai voltar a ter relevância no nosso país e, particularmente na nossa região, nomeadamente a agricultura de consumo; o setor agroalimentar com a existência de um vasto conjunto de produtos de reconhecida qualidade, muitos dos quais se encontram certificados; a existência de pequenas e médias empresas de diferentes ramos; as características geográficas como fator de desenvolvimento do turismo regional e transfronteiriço, a exploração da floresta como setor produtivo, a área da produção de energia, com particular relevância para as energias renováveis.

Estas potencialidades, entre outras, existem na nossa região. Importa, no entanto, que sejam criadas condições para o seu desenvolvimento através da implementação de medidas estruturais, as quais terão obrigatoriamente de ser concertadas, e resultar da comunhão de esforços entre os vários agentes e forças políticas, sociais e culturais. O Estado, a administração local e as instituições de ensino superior (IES) são alguns desses agentes, se bem que com responsabilidades a diferentes níveis.

Do Estado espera-se uma postura *territorialista*, que incida em todo o país de acordo com as necessidades de cada região, o que obriga a ter a capacidade, e por vezes a *coragem*, de tratar de forma diferente aquilo que é efetivamente diferente. Isso implicará a adoção e implementação de políticas e medidas que contribuam para a diferenciação positiva das regiões do interior e potenciem o seu desenvolvimento e a fixação de população.

Da administração local espera-se um papel catalisador, com a criação de infraestruturas e de condições favoráveis à instalação de empresas e projetos, que ajudem a criar emprego.

Tanto as políticas nacionais como locais devem incluir a criação de incentivos à natalidade e à educação das crianças assim como a criação de incentivos efetivos ao investimento, que facilitem a fixação de empresas, através de uma tributação mais reduzida, proporcional ao número de postos de trabalho criados. Estas são duas das medidas que terão de ser implementadas e/ou reforçadas, porque só dessa forma é possível dinamizar o tecido empresarial, revigorar a base económica e social das regiões e, consequentemente, fixar pessoas e repovoar o interior.

Das IES espera-se que constituam um motor de desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. Todo o investimento feito para instalar as IES valorizou enormemente as regiões, não só em termos de infraestruturas físicas e equipamentos, mas essencialmente pela qualificação da população, que de outra forma não seria possível em muitos casos. Muitos jovens não teriam tido a possibilidade de frequentar o ensino superior, se não houvesse IES no interior do país. Num cenário de profunda crise económica em que Portugal está mergulhado, as IES terão um papel central para ajudar as regiões e o país a enfrentar e ultrapassar esta situação, através de uma sólida formação científica, técnica, cultural e humanista das novas gerações, pela valorização económica e social do conhecimento, pela valorização da formação ao longo da vida, pela capacidade de requalificar ativos, de acreditar competências, de promover a reconversão profissional. São estes os fatores que mais poderão contribuir para aumentar a competitividade do nosso país. É por isso fundamental que seja reconhecido, pelos responsáveis governamentais, o papel que as IES, essencialmente as do interior do país, têm desempenhado, mas fundamentalmente que sejam proporcionadas condições adequadas para que possam continuar a desempenhar o papel que lhes cabe na consolidação e desenvolvimento das regiões. ■



# PRODUZIR MAIS OU CONSUMIR MELHOR?

João José Fernandes

[Diretor Executivo da Oikos - Cooperação e Desenvolvimento]

Em Portugal, após três décadas em que a maioria da opinião pública e publicada vendia os serviços e o turismo como a alternativa ao setor primário, a crise da dívida soberana evidenciou a relevância da produção agrícola nacional. Contudo, influenciáveis pelas modas, os nossos decisores políticos e os cronistas de ocasião, parecem esquecer que o desenvolvimento agropecuário sustentável carece de uma adequada parceria entre produtores e consumidores.





Ao contrário do que as prosélicas campanhas publicitárias das grandes superfícies comerciais nos querem fazer acreditar, não é uma qualquer sacra aliança, entre a *Grande Distribuição* e uma centena de produtores nacionais, que tem o potencial de inverter os números do desemprego ou da dependência de importações agroalimentares. Pelo contrário, qualquer solução sustentável deverá passar por questionar a infraestrutura de abastecimento e distribuição.

A esmagadora maioria das campanhas que procuram incentivar o consumo de produtos nacionais, enquadram-se num conceito utilitarista de “consumo sustentável”. O consumo é valorizado como meio para aumentar a utilidade (bem-estar), e o fator de decisão é a informação e conhecimento que permitam a maximização racional da utilidade. Neste contexto, os instrumentos de consumo sustentável são a certificação (selos) de consumo “verde” e os incentivos fiscais ao consumo de produtos “amigos do ambiente”, “produtos nacionais” ou de “denominação de origem controlada”. A escala da análise é o indivíduo. À luz deste paradigma, o consumo surge como resposta a um estímulo do meio social ou às necessidades psicológicas. Neste contexto surgiram as correntes de consumo sustentável impulsionadas pelo marketing social, orientadas para o fomento de “estilos de vida mais amigos do ambiente”; Consumir um produto “verde” é considerado um ato “ecológico”; consumir “nacional” um ato “patriótico”.

Em nossa opinião, o consumo é um ato determinado pela infraestrutura de abastecimento e distribuição. A escala de análise é a sociedade; o consumo é entendido como um hábito de rotina, quase impercetível. O consumo sustentável passa a ser diferenciado, não apenas pela preferência individual do consumidor, mas pelas

iniciativas – normalmente à escala local – que pretendem ultrapassar os constrangimentos impostos pela formação das cadeias globais de fornecimento de bens e serviços. Um bom exemplo é constituído pelas iniciativas locais de ligação entre produtores e consumidores, que contornam a intermediação das grandes superfícies comerciais.

Esta última abordagem ao consumo sustentável é, na verdade, uma transformação muito profunda nos padrões de consumo, enquadrável no movimento da denominada “Nova Economia”, por oposição às correntes do consumo sustentável da economia *mainstreaming* (dominante). Na tabela 1, resumem-se os principais elementos diferenciadores da corrente do consumo sustentável da “Nova Economia”, face à noção de sustentabilidade presente na economia dominante.

A “nova economia” remete-nos para os limites do crescimento como motor de progresso e bem-estar humano. Portugal não poderá nas próximas décadas crescer economicamente ao ritmo das economias de países emergentes como o Brasil, a China ou a Índia. Porém, os cidadãos portugueses deverão produzir de forma mais eficiente e consumir melhor. Aos promotores do desenvolvimento local caberá trilhar caminhos que permitam relacionar o produtor e o consumidor. Se o objetivo for o lucro e o crescimento económico do produto, o único meio ao nosso alcance é o endividamento. Se, pelo contrário, o objetivo for o de garantir um mínimo ético de bem-estar a todos os cidadãos, teremos de recorrer mais frequentemente ao capital social, ou seja, ao relacionamento próximo entre todos os atores da cadeia económica, eliminando alguns dos custos de intermediação. ■

**Tabela 1 – Correntes Económicas e Consumo Sustentável. Elementos diferenciadores**

	<b>Consumo Sustentável – Economia Mainstreaming</b>	<b>Consumo Sustentável – Nova Economia</b>
<b>Objetivo</b>	Melhoramentos incrementais na eficiência dos recursos; crescimento económico contínuo, através do “consumir diferente”.	Mudanças sistémicas nas infraestruturas de fornecimento com a finalidade de garantir uma redução do consumo em termos absolutos.
<b>Mecanismo</b>	Os consumidores sustentáveis enviam sinais ao mercado, revelando uma procura por bens e serviços produzidos de forma sustentável, o que origina inovação e melhoria contínua.	A ação coletiva reconfigura a infraestrutura social e tecnológica de abastecimento, criando novos sistemas e, quando necessário, alternativas ao sistema de mercado.
<b>Consumidores</b>	Consumidores individuais, com preocupações ambientais.	Cidadãos “ecológicos” em comunidades de território, prática e interesse.
<b>Exemplos</b>	Consumo ético e consumo verde; “greening” do capitalismo das grandes multinacionais; marketing social.	Aprovisionamento local (e.g. mercados do produtor); sistemas mutualistas; autossuficiência alimentar; desenvolvimento de pegada ecológica reduzida.

Fonte: Adaptado de Seyfang (2009)

<sup>1</sup> Seyfang, G., (2009). The New Economics of Sustainable Consumption: Seeds of Change. Plagrave Macmillan, University of East Anglia, UK.

# A UNIÃO FAZ A FORÇA VELHA GAITEIRA



Num período em que a opção da maioria dos jovens é emigrar para as grandes cidades ou mesmo para o estrangeiro, a Velha Gaiteira é a prova da veracidade do ditado popular “a união faz a força”. Este coletivo de três jovens músicos da Beira Baixa encontra nas suas gentes a força necessária para resistir nas situações mais adversas. O seu percurso é prova disso.

A Velha Gaiteira formou-se em junho de 2007 e, após algumas alterações, apresenta-se com esta formação desde agosto de 2008. Pelo meio, atuações um pouco por todo o país e nos mais diversos eventos. De salientar a primeira internacionalização do grupo em dezembro de 2007/janeiro de 2008, numa visita à Irlanda, onde tiveram oportunidade de tocar em dois espaços e de participar num programa da Balcony Tv (Dublin), tendo sido nomeados para o prémio Best International Act 2007.

Desde então, a Velha Gaiteira já marcou presença em grandes eventos portugueses. De destacar o Festival MED, Festival Andanças, Chocalhos – Festival Caminhos da Transumância, Festival Tribal, Festa do Avante!, L Burro I L Gueiteiro, Projeto Megafone e Boom Festival.

Com mais de 70 concertos dados em 2009, a Velha Gaiteira afirma-se cada vez mais como um grupo sólido e promissor no panorama “trad / folk” português.

Em 2010 lançaram o seu primeiro álbum, gravado no Cine-Teatro de Castelo Branco e que contou com a participação especial de, entre outros, Joana Negrão (Dazkarieh) e Ti Zita (Adufeiras do Paul). O álbum homónimo da Velha Gaiteira foi considerado por António Pires como um dos cinco melhores álbuns de música portuguesa de 2010.

Em 2011 já levaram a cultura portuguesa aos seguintes países: Espanha, Irlanda, França e Eslovénia. Segue-se o Brasil e o Canadá.

Além das arruadas e concertos, a Velha Gaiteira estende o seu trabalho à divulgação dos instrumentos nas escolas, junto dos mais novos, em ações de sensibilização para a música tradicional. Os seus elementos são formadores dos instrumentos que tocam em vários eventos promovidos por associações ligadas à preservação da cultura tradicional e outras entidades análogas. Alguns exemplos: Festival Tribal (oficina de percussão tradicional), Andanças<sup>1</sup> (oficina de percussão tradicional), Oficinas de São Martinho<sup>2</sup> (gaita de fole transmontana e adufe).

No plano da produção de eventos, a Velha Gaiteira em parceria com o grupo paulense de percussão Tok’Avakalhar, aliou-se aos festejos em por três anos consecutivos aos festejos em honra de Santa Bebiãna, que ocorre em dezembro no Paul, contribuindo para esta festa com o seu próprio espaço, denominado “Toka da Velha”.

Em 2009 organizou em parceria com o CERAS<sup>3</sup> (Centro de Estudo e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco), o Festival Música pelo CERAS, que se realizou no Centro Artístico Albicastrense. Em 2011, em parceria com a QUERCUS ANCN - Núcleo de Castelo Branco, organizou o II Festival de Música pelo CERAS, apelidado de SALVA A TERRA, em homenagem ao nosso planeta e à aldeia onde o festival teve lugar: Salvaterra do Extremo.

A opção de levar a cabo um festival numa aldeia com estas características prende-se com a necessidade cada vez mais urgente de chamar a atenção para as pequenas aldeias que todos os dias perdem habitantes e que têm em risco a sua existência.

Os campos perderam gente e perderam as músicas associadas ao trabalho. Cada vez há menos pastores, menos gado, menos tecidos e menos peles para bombos. A música feita nas aldeias é substituída por música de altifalantes. Há cada vez menos gente a cantar. Há cada vez menos jovens a dar vida ao Interior.

O futuro da Beira Baixa e de todo o Interior tem que passar necessariamente pela fixação de jovens na região, dando-lhes perspetivas de vida com qualidade e estabilidade. Para que tal aconteça há que proteger a produção autóctone, quer agrícola quer cultural. Saber a que povo pertencemos é fundamental para dele fazermos parte.

Para conseguirmos dinamizar a nossa região há que unir esforços quer civis quer institucionais a bem da nossa produção. Terá que haver uma campanha coletiva de valorização e divulgação. Uma campanha mais de estímulo que de panfleto. A melhor publicidade é aquela que é praticada pelas instituições e pelas pessoas.

Porque a união faz a força, apoiemos em conjunto o que de melhor temos. Valorize-se o que por cá fazemos. Mostremos que, apesar das dificuldades, sabemos fazer bem. Com carinho e qualidade. ■

<sup>1</sup> Organizado entre outros pela Associação Pé de Xumbo ([www.pedexumbo.com](http://www.pedexumbo.com))

<sup>2</sup> Organizado pelo Coletivo Rodobalho ([www.rodobalho.com](http://www.rodobalho.com))

<sup>3</sup> [www.cerascb.blogspot.com](http://www.cerascb.blogspot.com)



# A SUA EMPRESA TEM URUBUS?

José de Almeida

[Partner - Ideias e Desafios - [www.ideiasedesafios.com](http://www.ideiasedesafios.com)]

Um dos fenómenos mais comuns nos ecossistemas das empresas tem a ver com a vivência e convivência de todo o tipo de espécies.

Hoje, na edição do “National Geographic”, gostaria de me centrar na espécie Urubu.

Pelo nome não deve estar a ver quem são, mas se eu começar a descrevê-lo talvez identifique uns quantos na sua empresa.

Vestem normalmente de negro, ou não. Chegam de manhã, trazendo atrás de si um rasto de destruição emocional, elétrica e biológica.

Quando passam, as luzes fundem-se, as plantas murcham e de repente todos à sua volta começam a sentir os efeitos nefastos das suas palavras ou, melhor dizendo, das suas corrosivas palavras.

É de facto uma espécie estranha.

Quando à sexta-feira estamos todos contentes porque o fim de semana está à porta e caímos na asneira de comentar esse facto com eles, o seu comentário típico passa por algo do género:

“Só faltam dois dias para segunda-feira”. Esta espécie tem também características vampíricas.

Quando lhes falamos de um eventual projeto com o qual estamos entusiasmados, têm sempre uma palavra “simpática” para o deitar por terra.

Mas sempre com a “melhor” das intenções.

Já os identificou?

Claro que sim.

Agora num registo um pouco mais sério.

Este tipo de pessoas normalmente não se dá conta do mal que provoca nas empresas.

As pessoas têm uma capacidade inata de influenciar positiva ou negativamente as pessoas à sua volta com a sua energia e com o seu estado de espírito.

Se não tomamos nota do nosso registo emocional e o deixamos vaguear livremente, mais cedo ou mais tarde podemos estar a tirar a energia de que a nossa empresa tanto precisa.

Como líderes, temos de dar atenção ao facto de que o exemplo tem de vir de cima.

Temos na nossa mão a capacidade para motivar, mas também para desmotivar com a mesma facilidade.

Se os líderes devem ser seguidos, principalmente pelo exemplo, que liderados acha que iremos ter, caso não tenhamos a capacidade para gerir o nosso estado emocional?

Claro! Vai ser um pouco complicado.

A gestão emocional do líder pode ser tão simples como não “despejarmos” as nossas frustrações em cima dos liderados, ou tão complexa como não deixarmos transparecer para baixo questões mais delicadas que estejam a existir.

Por vezes o trabalho do líder é precisamente conseguir funcionar como almofada para “pancadas” maiores que venham dos lados ou de cima.

Este escudo que o líder propicia à sua equipa é por vezes fundamental ao bom funcionamento da mesma.

Em muitas situações do meu passado como gestor tive precisamente de adotar esta postura. A do “Farol” que guia o barco através da tempestade.

E por vezes é precisamente em momentos de tempestade que os líderes se afirmam ou se forjam de uma forma mais eficaz.

E quando troveja e o mar fica agitado é quando surgem com mais frequência os “Urubus”.

Sejam eles o líder que não aguenta a pressão emocional da situação e a descarrega na sua equipa, seja no seio da equipa algum dos elementos que por medo se erga como um “Urubu”.

Numa situação normal dir-se-ia que o melhor a fazer com estas pessoas é afastá-las da equipa.

Normalmente contagiam o ambiente da equipa e funcionam como forças de bloqueio quando queremos levar o barco a bom porto.

Mas numa situação de crise, normalmente esta não é uma situação viável. A única forma é jogar com os elementos que temos, melhores ou piores.

Caso a pessoa em questão até tenha valor, uma das formas de lidar com ela é precisamente trazê-la para o nosso lado e dar-lhe responsabilidade.

Provavelmente está a pensar:

“Mas e ele não vai estragar tudo?”.

Provavelmente sim.

Provavelmente teremos ainda de lidar com a frustração dos outros elementos da equipa por termos dado a responsabilidade ao “Urubu” e não a eles, que até são melhores.

Mas por vezes é um mal necessário. Ao “forçá-lo” a uma responsabilidade, podem ocorrer duas situações:

Ele até cumpre e temos o problema resolvido. Ele não cumpre e a sua influência sobre a equipa fica bastante reduzida.

É claro que é uma situação de compromisso, mas em situações de crise trata-se precisamente disso. “Compromisso”.

Como líder, nestas situações ajuda perceber a forma como os nossos liderados funcionam como pessoas, o que é que as faz correr, e, acima de tudo, como criar empatia com cada um deles, é fundamental. ■

SEIS MUNICÍPIOS UNIDOS POR NATUREZA

# GEOPARK NATURTEJO: A UNIÃO FAZ A FORÇA...

Armindo Jacinto

[Presidente do Geopark Naturtejo]

O turismo é atualmente considerado um dos setores económicos de maior crescimento a nível mundial, almejando um grande investimento das diversas entidades envolvidas neste ramo.

Atenta a esta realidade, a Naturtejo aposta na implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, com o chapéu do “Turismo de Natureza” aplicado numa perspetiva abrangente de integração do Homem no Ambiente, de forma a prosseguir com o desenvolvimento da atividade turística no seu território de ação. Constituída pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, esta empresa de turismo tem alargado os seus horizontes desde a entrada do Geopark Naturtejo nas Redes Europeia e Global de Geoparques da UNESCO.

O Geopark Naturtejo da Meseta Meridional tem permitido ao território integrar duas organizações de cariz internacional que possuem uma importante experiência acumulada, constituindo redes privilegiadas para acesso a novos mercados, passando a estar suportado numa marca forte, credível, com imagem sólida e fiável, da UNESCO, o que representa um elevado valor acrescentado em termos de promoção turística.

Com o objetivo de valorizar os locais que agem como testemunhos-chave da História da Terra, fomentando o emprego e riqueza, o Geopark Naturtejo reforçou a sua atuação num novo paradigma de evolução, com um enfoque particular no património, na certificação e qualificação do destino, do alojamento, restauração, animação, serviços, produtos tradicionais, promovendo a integração de um número alargado de atores locais, o aparecimento de novos investidores e a criação de cadeias de valor regional, que oferecem ao mercado a sua cultura e saber-fazer ancestrais na forma de produtos turísticos integrados e competitivos, com um já reconhecido toque de inovação.

O conceito de Geopark alia ainda a conservação da natureza à melhoria da qualidade de vida das populações que o integram. Deste modo, no contexto das Redes Europeias e Global de Geoparques, tem sido possível estimular as atividades económicas a nível local e regional em equilíbrio com a preservação do património natural e histórico-cultural, conseguindo que as populações locais se sintam envolvidas em todo o processo de desenvolvimento, incutindo-lhes uma nova cultura de exigência e permitindo a descoberta de soluções diferentes para as suas necessidades.

O Geopark Naturtejo oferece no seu conjunto um vasto e diversificado património natural que vai desde o património geológico à biodiversidade. Da fauna e flora, às áreas protegidas, aos sítios Rede Natura 2000 e Áreas de especial Importância para as Aves, bem como aos espaços de interesse geomineiro, à arqueologia, às árvores monumentais e aos 16 geomonumentos, o território contextualiza 600 milhões de anos de dinâmica do Planeta. No universo do património histórico-cultural, o Geopark Naturtejo também apresenta inúmeros fatores de atração como cinco Aldeias de Xisto, duas Aldeias Históricas, diferentes museus, igrejas e capelas medievais, artesanato típico, gastronomia ímpar, castelos e fortalezas templários, setenta monumentos classificados, entre muito outro vasto património material e imaterial.

Este território, com cerca de 4.617 km<sup>2</sup>, oferece muitas opções para sentir e usufruir a natureza, a cultura, saúde e bem-estar, a religião, o património histórico e o desporto na natureza.

Os percursos pedestres devidamente assinalados, que levam os pedestrianistas a conhecer os geomonumentos e o vasto património, a canoagem, a observação de aves, os passeios de barco, de BTT e de burro, o paraquedismo, a escalada, as praias fluviais, as termas, os SPAS, são algumas das maravilhas desta região, que podem ser aliadas a uma vasta gama de excelentes unidades hoteleiras, que partilham um denominador comum: o bem receber, tão característico da forma de estar destas gentes.

Para as pessoas que procuram conhecer todo este excelente património do Geopark Naturtejo, existe um conjunto de programas turísticos para se viverem experiências e emoções autênticas e originais que incluem atividades de animação e alojamento, sendo exemplos os Geotrails, a Aventura na rocha, na água, no ar e em Terra, as Rotas dos Abutres e dos Veados, das Aldeias Históricas, das Aldeias de Xisto, dos Cavaleiros Templários, dos Sabores, da Cultura, do Tejo Aurífero, dos Prazeres Alentejanos, da Ciência com Tradição e das Montanhas.

Para mais informações consulte a página web [www.naturtejo.com](http://www.naturtejo.com), onde poderá efetuar a sua reserva através da nossa Central de Reservas. ■





# O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR E A UNIVERSIDADE: SITUAÇÃO ATUAL

João Queiroz

[Reitor da Universidade da Beira Interior]

Portugal e a Europa atravessam períodos de incerteza. O caminho traçado desde a década de 50 do século XX para o desenvolvimento da Europa foi posto em causa pelas hesitações dos líderes mundiais em aprofundar um processo de integração, de paz e solidariedade entre os Povos. O país abraçou o processo de integração europeia a partir do seu processo de democratização em meados dos anos 70 do século passado, tendo integrado a União Europeia em 1986. Pensou-se então que o caminho do crescimento e do progresso não teria fim. A par dessa realidade, despovoaram-se vastas regiões do interior de Portugal, com ênfase nas regiões raianas. Não obstante, o processo de democratização trouxe também aspetos muito positivos para estas regiões do interior de Portugal. A regulamentação das reservas agrícolas e ecológicas nacionais e dos parques nacionais e naturais trouxe uma nova perspetiva de desenvolvimento sustentável. Ademais, de um paradigma de vivências transfronteiriças ligadas a atividades muitas vezes ilegais, passou-se para um paradigma de são e leal comércio e colaboração entre as duas partes da raia ibérica. Paralelamente a estes processos, as cidades de média dimensão conseguiram através das políticas de desenvolvimento regional, centradas no investimento público e nomeadamente no ensino superior, suster, em grande parte o êxodo demográfico e a emigração massiva para outros países. E neste ambiente de incerteza põe-se a questão: para onde vamos? O que fazer agora que percebemos que os recursos são cada vez mais escassos? A melhor resposta que podemos ter neste momento é a de acentuar as colaborações existentes entre as instituições, certos de que isolados não seremos capazes de ganhar a escala e a competitividade que se exige, quaisquer que sejam os desenvolvimentos futuros que, são, em larga medida, como já referi, independentes dos agentes locais.

A Universidade da Beira Interior - UBI assume cada vez mais claramente essa nova postura de colaboração com o exterior. Nos últimos anos, a UBI tem-se envolvido através dos seus Serviços de Ação Social, em parcerias com associações desportivas locais, como o Sporting da Covilhã e a Associação Desportiva da Estação ou Oriental de S. Martinho, por exemplo. Estas parcerias, além de fomentarem a prática desportiva da comunidade académica e local, promovem a dinâmica associativa gerando sinergias entre os mais variados recursos assentes no bem-estar e saúde de todos os agentes. Desta forma, torna a Universidade não só uma fonte de saber mas também uma fonte geradora de bem-estar, potenciando igualmente a cooperação com outras áreas de ação.

As colaborações da UBI com o tecido empresarial são muito vastas. Têm-se acentuado os protocolos com PME's locais e regionais, que têm interesse em resolver determinados problemas técnicos ou tecnológicos ou encetar algumas inovações no processo produtivo ou nos seus produtos e em que a UBI se compromete a afetar parte dos seus recursos humanos e materiais para a resolução desses problemas ou garante a colocação de estagiários da área de especialidade da empresa para trabalharem no mesmo. A par deste envolvimento, a UBI decidiu recentemente envolver-se ativamente em grandes parcerias com grandes empresas nacionais e multinacionais, como por exemplo a GALP, através do projeto 'campus sustentável', no âmbito do qual será criado um laboratório de eficiência energética dentro da UBI, com a PT, através de promoção de projetos de investigação conjuntos e de financiamento de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento em ambiente empresarial e com a DELTA, cujo elemento mais marcante é a parceria com a escola de empreendedorismo para os mais novos, estando também previstos projetos de investigação conjuntos.

A UBI encontra-se ainda ativamente empenhada em colaborar com os Institutos Politécnicos de Castelo Branco e da Guarda na partilha de recursos, com vista à oferta integrada de cursos. As parcerias com outras universidades e institutos de investigação da rede nacional de ensino superior e de ciência espelham-se através da constituição de consórcios para ofertas de cursos de formação avançada, nomeadamente mestrados e doutoramentos, e na constituição quer de pólos de unidades de investigação sedeadas noutras instituições quer de pólos de unidades de investigação da UBI, noutras instituições. A UBI assume-se assim, e cada vez mais, como um parceiro indispensável da rede universitária e científica nacional.

Uma vez que por definição a instituição universitária tem carácter universal, a UBI tem firmado com universidades estrangeiras, com ênfase em Espanha e no Brasil, múltiplos protocolos de dupla titulação. Estes protocolos pretendem garantir aos estudantes uma experiência internacional e o seu enriquecimento curricular.

Ciente de um mundo em rápida mudança, a UBI está crescentemente comprometida com a região que a envolve e com parceiros internacionais, com o objetivo último de melhorar o bem-estar e a vida das pessoas que localmente a rodeiam e constituem com ela uma vasta comunidade territorial do interior de Portugal. ■

# A COOPERAÇÃO CONFLITUAL PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIÃO QUE FAZ A DIFERENÇA

Calisto Tamor

**1.** Dois Presidentes de Câmaras Municipais vizinhas, sentados no gabinete de um deles, conversam sobre os problemas da falta de recursos financeiros para poder fazer as obras que as populações anseiam.

Dizia o presidente A:

- Com os cortes e estas chatices do limite ao endividamento, não consigo construir o lar para a terceira idade. E, como sabes, esta é uma reivindicação das mais antigas, se não consigo construir o lar até às próximas eleições, correm comigo. É uma grande chatice que me traz enervado.

- Acalma-te! - respondia o presidente B - olha, não estás sozinho. Eu encontro-me exatamente na mesma situação. Até já tentei começar a obra para ver se calava o pessoal, mas nada, estão cada vez mais exaltados e não querem saber onde se vai buscar o dinheiro! Já mandei fazer todos os cálculos, e não consigo arranjar mais de 40 ou 50% dos custos. Aquilo tem que ter capacidade para os velhos do concelho e para os que vêm de fora porque, como sabes, se não tiver uma certa capacidade, não é sustentável. Há gastos fixos que são iguais, quer tenhamos 100 camas ou 150. Sinto-me amarrado e não sei por onde me virar! É... temos de ver como sair desta situação!

**2.** A conversa continuou. Falaram das intrigas locais, dos concorrentes políticos, das expectativas locais e nacionais para as próximas eleições para os respetivos partidos, mandaram vir um cafezinho e, às tantas, diz o presidente A:

- Olha lá! E se fizéssemos uma vaquinha para construir esse lar para os velhos?

- Como assim?

- Então, tu arranjas os teus 40 ou 50 % e eu talvez consiga arranjar o resto...

- Estás mas é maluco, e construímos isso onde? Se gasto nem que seja um tostão a fazer uma obra fora do concelho, então é que correm comigo até Marrocos. Não... essa não é uma solução.

- Não sejas casmurro, olha, se for preciso arranjam um local em cima da fronteira, a meio caminho entre os dois e, depois, com o dinheiro que os dois poupamos, poupando cada um a sua metade, arranjam transportes para ir e vir dos dois lados.

- Epá, não vai ser fácil, há aqui um sério conflito de interesses, cada lado quer o seu lar.

- E depois? Olha já sei... tu só tens dinheiro para metade dum lar e vais fazer um mini infantário, não é? Diz lá... Tu fazes o lar e eu faço o infantário, as duas coisas como devem de ser para servir os dois, vamos lá dizer-lhes isso, o pessoal é um pouco tapado das mentes, mas vão entender. Apesar do conflito de interesses, cada um por si, podemos cooperar em benefício de todos, se os dois dermos o exemplo é possível que outros nos sigam e ainda nos façam uma estátua. ■





**Helder Henriques** é natural de Pedrógão de S. Pedro - Penamacor. Docente da Escola Superior de Educação de Portalegre. Doutorando em Ciências da Educação – História da Educação na Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Investigação Interdisciplinar do Instituto Politécnico de Portalegre. Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Publicou vários estudos dedicados à História da Educação e História Regional e Local.



## “A UNIÃO FAZ A DIFERENÇA: SUGESTÕES”

Hoje vivemos tempos de incerteza! Tempos difíceis que todos nós sentimos, mas o diagnóstico está feito há muito tempo! Mais do que lamentar o estado a que o País chegou é preciso agir e participar ativamente na sociedade construindo um projeto de esperança que convoque os Portugueses, em especial os do interior, para dinamizar as suas regiões, os seus espaços, as suas identidades coletivas. Proponho nesta curta intervenção escrita uma reflexão em torno de três eixos possíveis de análise, todos eles articulados, de desenvolvimento para a região da Beira Interior Sul: em primeiro lugar, o combate à desertificação do território; em segundo lugar, a aposta numa qualificação dirigida; em terceiro lugar, a importância da preservação do património e da cultura articulados com as potencialidades da animação e do turismo.

Ao contrário do que alguns imaginam o problema da desertificação da nossa região não é novo. Se olharmos para a evolução demográfica do concelho de Penamacor (de onde sou natural) entre a década de 60 e os alvares do novo milénio percebemos que a população residente passou de cerca de 20.000 habitantes para pouco mais de 5.000<sup>1</sup>. É preciso infletir esta tendência e criar condições para o fazer. A forma “mais simples” é, naturalmente, incentivar a natalidade dos casais residentes construindo soluções de emprego, nomeadamente incentivando a criação de micro-empresas em áreas cirúrgicas que podem passar desde a agricultura, pelas tecnologias ou ao próprio empreendedorismo social. Mas há outras formas de pensar esta questão... porque não criar também condições para o regresso de alguns filhos da terra? Seria relevante a constituição do Gabinete de Apoio ao Retorno do Emigrante. Este gabinete podia servir de plataforma de diálogo entre as necessidades dos emigrantes e aquilo que podemos fazer para criar condições para o seu regresso a Portugal e à Beira Interior Sul concretamente. Também a fixação dos jovens estudantes provenientes de outros locais do país deve ser uma aposta da Beira Interior Sul. Devemos promover o estímulo e o gosto pela vida nesta região recheada de potencialidades, muitas delas ainda por descobrir. Por fim, porque o texto não permite mais, a concertação de uma política ibérica dedicada

à raia apresenta-se cada vez mais como uma necessidade que pode permitir mobilizar esforços dos dois lados da linha fronteiriça no combate urgente à desertificação.

O segundo eixo de análise prende-se com a importância da articulação da formação existente na Beira Interior ao nível do ensino secundário, dos cursos técnicos e profissionais e também do ensino superior face às reais necessidades das populações. Uma Beira Interior mais qualificada é a garantia de, a médio e longo prazo, se alcançar um maior nível maior de progresso e bem-estar da população. Torna-se urgente o trabalho em rede onde as autarquias, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, instituições de foro privado ou outro tipo de organizações possam mobilizar esforços para manter na Beira Interior os jovens que aqui são formados. É uma tarefa muito difícil, mas o trabalho de sol a sol dos nossos antepassados não era mais fácil! Os jovens têm um papel decisivo na construção de uma Beira Interior melhor e para isso devem participar ativamente no exercício contínuo da cidadania. Não se devem demitir da ação política, da intervenção social e cultural. Os jovens representam o projeto de esperança onde a criatividade e a inventividade têm lugar assegurado, ajudando a ultrapassar as dificuldades da interioridade.

Por fim, em articulação com o que dissemos anteriormente, é preciso criar sinergias em torno do Património, enquanto conceito amplo e aberto, para a preservação das identidades locais. Pois a conservação do património edificado, oral, etnográfico, etc..., pode permitir a integração da Beira Interior Sul em redes de desenvolvimento turístico a nível mundial que por certo geram emprego. Neste caso a articulação entre os diferentes municípios e as instituições de ensino superior, as redes de turismo, etc... podem constituir a força e a diferença no estímulo à visita destes locais. Por outro lado, o património exige articulação com a animação sociocultural e turística que apresentam e potenciam o vasto património que possuímos desde os tempos pré-históricos aos nossos dias! É preciso apostar no conhecimento sobre as regiões e aqui os Historiadores que se interessam pela História Regional e Local devem ter uma palavra a dizer e a oferecer aos potenciais visitantes. Porque, como dizia alguém, a terra quanto mais se conhece mais se ama! Nos tempos que correm a união faz a diferença! ■

<sup>1</sup> MOREIRA, Maria João Guardado (2009), “Realidades demográficas de fronteira: Penamacor nos últimos duzentos anos” in HENRIQUES, Helder Manuel Guerra, *Penamacor - 800 Anos de História*, Edição da Câmara Municipal de Penamacor, 156.

**Joana Barros**

22 anos

Covilhã/Almada

Estudante 4º ano de Arquitetura na Universidade da Beira Interior.

Curso Tecnológico Design de Equipamento, Almada



## A FORÇA DA UNIÃO

A palavra “União” deriva de uma palavra indo-europeia “OINOS”, através do latim “UNUS”, que significa um, ou seja, dois ou mais indivíduos que agora são um.

A palavra “união” desde muito cedo que possui um grande significado para o Homem assim como para a sua evolução. O Homem como hoje o conhecemos, foco principal de uma vida em sociedade, não seria o mesmo se não tivesse passado por um processo de união e desenvolvimento ao longo dos tempos.

O Homem começou a perceber as vantagens da “união” ainda nos tempos primórdios da evolução, altura em que a distinção entre Homem e primata era quase nula, a sobrevivência e continuidade da espécie eram fatores importantíssimos, daí se distingue a evolução do Homem através de grupos que se unem com um único propósito. As caçadas, a defesa do território, as construções tornam-se mais eficientes e rápidas, o que permitiu à espécie humana vingar ao longo dos anos.

A vida em sociedade e o pensamento em plural, reflexo da união, têm sido para cada indivíduo uma enorme mais-valia, em que cada um de nós aproveita de modos distintos e com objetivos diferentes as vantagens da união. Quer seja para praticar o bem ou o mal, esta é, sem dúvida, a melhor tática do Homem, a união tem-nos trazido revoluções, guerras, repúblicas, religiões, cultos, empreendimentos, movimentos, empresas, associações e FAMÍLIAS! O que há em comum em cada um destes agrupamentos? Sem dúvida é a união e a pluralidade que os constituem. Somos o reflexo de uma sociedade, a nossa aprendizagem ocorre através da observação e cooperação com um todo e não de forma individual.

**“A UNIÃO FAZ  
A FORÇA, ELA  
É O MÚSCULO  
QUE BOMBEIA O  
SANGUE PARA A  
EVOLUÇÃO.”**

Não seríamos capazes das proezas que alcançamos até hoje sem a força de um grupo. Esta interação em que o indivíduo dá e recebe, através de uma participação recíproca, tem sido a receita de sucesso para todo o desenvolvimento da vida humana - vida em sociedade. Porque um homem sozinho sobrevive; e um Homem em comunidade vive. É aí que reside a diferença, e que nos permite perceber qual a evolução pela qual passámos, desde a sobrevivência até à vivência, ou seja, desde os tempos primórdios até aos nossos dias. A realidade é que o Humano é um ser vivo dependente da sociedade e da interação proveniente da mesma, necessitamos dela para nos tornarmos mais fortes e para o nosso desenvolvimento. Toda a nossa evolução em milhares de anos de história pode ser resumida e contextualizada dentro desta palavra tão pequena mas com enorme significado - União. ■



**Luís Emanuel Ventura Valadares**

Licenciado em Marketing na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

**A UNIÃO COM SOLUÇÃO**

Um Agricultor dono de uma herdade muito promissora estava gravemente doente, preocupado devido ao desacordo dos seus quatro filhos em relação à Herdade resolveu dar-lhes uma lição. Chamou-os, e mostrou-lhes um conjunto de paus amarrados e disse: “Como vocês sabem, estou doente e posso morrer a qualquer momento. Aquele que conseguir partir estes paus só com as mãos será o meu único herdeiro”. Os filhos estranharam, mas aceitaram o desafio. Entretanto, nenhum deles conseguiu partir os paus. Indignados com a tarefa impossível proposta pelo pai, puseram-se a reclamar. Foi quando o agricultor pediu o molho de paus e anunciou que ele mesmo iria partir os paus. Incrédulos, os filhos deram-lhe o molho de paus e, espantados, assistiram ao pai que, deitado, foi retirando os paus do molho e quebrando-os um a um, para depois concluir:

**VOCÊS SÃO COMO ESTE  
MOLHO. ENQUANTO  
ESTIVEREM UNIDOS,  
SEMPRE PODERÃO  
CONTAR COM O APOIO  
UM DO OUTRO. PORÉM,  
SEPARADOS, VOCÊS SÃO  
TÃO FRÁGEIS COMO CADA  
UM DESTES PAUS.**

Esta é apenas uma história, como tantas outras que existem com a mesma moral: a união faz a força. Mas, se abriremos os olhos e observarmos em nosso redor, podemos perceber que existe uma verdade da qual não podemos negar.

A moral desta história aplica-se de uma forma muito semelhante às empresas, desde sempre têm sido feitas fusões, aquisições e joint ventures, mas foram intensificadas no decorrer da última década. A procura por uma maior competitividade tem conduzido o mercado a um processo de concentração. Tendo como objetivo unir empresas de forma a reduzir os seus custos operacionais entre outras vantagens.

Os exemplos referidos aplicam-se em empresas como por exemplo: Itaú e Unibanco no setor bancário, Citroën e a Peugeot no setor automobilístico, Nestlé e a Coca-Cola no setor alimentar, Coelima, JMA e António Almeida & Filhos no setor têxtil.

É de referir que em todos estes casos estamos diante de grandes empresas. Deste modo, desde sempre as grandes corporações compreenderam que melhor que fazer concorrência (do qual poderia resultar em prejuízo) é ter um bom acordo, de forma que em muitos mercados encontramos a polarização da disputa pela liderança entre duas ou três companhias

No entanto, entre as pequenas e médias empresas o quadro é bem diferente, elas tendem a cultivar uma grande rivalidade, vendo os concorrentes como inimigos do qual dão muita importância. Neste contexto, chegam até a praticar dumping (vender abaixo do custo) para ganhar clientes ou para fidelizar clientes de tal modo que o final desta história é sempre a guerra de preços que reduz as margens de lucro e fragiliza as empresas, podendo estas abrirem mesmo falência, como os inúmeros casos que se têm verificado no panorama atual. ■

## PRODER. EIXO III – GAL BIS (1º AVISO) - OS NÚMEROS

ACÇÃO 3.1.1 - DIVERSIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA					
Beneficiário	Designação do Projecto	Breve descrição	Comp. %	Total Elegível	Complicação Pública
Carlos José Dias Lourenço	Herdade da Urgueira - TER	Reabilitação de edificações para a criação de 6 apartamentos turísticos (3 tipologia T1 e 3 tipologia T2) ao que corresponderá um total de 9 quartos.	60%	261,000.00	156,600.00
Monte do Vale Mosteiro - Agro Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda.	Monte do Vale Mosteiro - TER	Reconstrução e ampliação de uma edificação tradicional com o fim de criar um empreendimento turístico com 7 quartos e capacidade para 14 pessoas.	60%	239,129.68	143,477.81
Carlos José Pinto Gomes	Centro de Interpretação da Paisagem Vegetal	Criação de um centro de interpretação da paisagem vegetal que irá integrar e fortalecer a rede de infraestruturas culturais e ambientais constituindo-se como um recurso complementar à rede de oferta turística local.	60%	74,747.24	44,848.34
<b>SUBTOTAL</b>				<b>574,876.92</b>	<b>344,926.15</b>
ACÇÃO 3.1.2 - CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS					
A Caminho do Tejo, Unipessoal, Lda.	Espaço de Promoção e Comercialização de Produtos Regionais	O projecto consiste na criação de um espaço de promoção e comercialização de produtos tradicionais de qualidade.	60%	220,991.89	132,595.13
A Malpiqueira, Lda.	A Malpiqueira, Lda.	Ampliação, remodelação e modernização da unidade industrial de panificação.	60%	174,504.65	104,702.79
Dolores dos Santos Ricardo Lucas	Padaria & Confeitaria "O Lagar" - Dolores dos Santos Ricardo Lucas	Ampliação, remodelação e modernização de padaria e confeitaria tradicional.	60%	67,292.48	40,375.49
Hupera - Serviços Veterinários, Lda.	Designação e Expansão de Clínica Veterinária em Alcains	Equipar a clínica veterinária com meios de diagnóstico e tecnologia de ponta que permitam melhorar a resposta ao cliente em tempo útil.	50%	147,796.03	73,898.02
Ricardo L. Jóia - Instalações Eléctricas e Telefónicas, Sociedade Unipessoal Lda.	Desenvolver a Empresa Ricardo L. Jóia, Unipessoal Lda.	Construção de um pavilhão como forma de melhorar substancialmente as condições de exercício da sua actividade possibilitando a expansão da empresa através do aumento do seu volume de negócios.	60%	151,327.53	90,796.52
Borpil - Produtos Alimentares, Lda.	Borpil - Produtos Alimentares, Lda.	Aquisição e instalação de maquinaria especializada destinada ao fabrico e comercialização de produtos em rafia e poliuretano.	60%	204,970.78	122,982.47
<b>SUBTOTAL</b>				<b>966,883.36</b>	<b>565,350.41</b>
ACÇÃO 3.1.3 - DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER					
Rotas do Lince, Lda	Reabilitação Rural - Centro de Acolhimento com Terapias Alternativas	Requalificação de edificações tradicionais dotando-as de condições para a finalidade turística. Este projecto pretende aliar a tradição e a história do local, um antigo moinho de água, com a inovação e benefícios das terapias alternativas.	50%	148,273.44	74,136.72
João Ludgero Moreira dos Santos	Quinta dos Tevos - Turismo em Espaço Rural - Casas de Campo	Refuncionalização de edifício adaptando-o à modalidade turística "Casa de Campo" ficando com um T1 e 2 quartos duplos.	45%	46,397.85	20,879.03
Investel - Investimentos Hoteleiros, Lda	Herdade do Regato - Centro de Lazer e Turismo Gastronómico	Requalificação de um antigo lagar de azeite convertido num museu/restaurante, desenvolvendo actividades ligadas ao turismo gastronómico, integrando um percurso/rota do azeite.	60%	286,437.27	171,862.36
Recantos de Lazer - Soc. Inov. Desenv. Turismo e Desporto, Anima. Turis., Unipessoal Lda.	Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer no Concelho de Penamacor	Desenvolver a animação turística e outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural contribuindo para o crescimento económico.	50%	20,885.00	10,442.50
Lopesal - Sociedade de Turismo Rural, Lda.	Casa D'Acha - Empreendimento de Turismo em Espaço Rural	Remodelação do edifício e sua afectação a unidade de Turismo em Espaço Rural ficando dotada com 6 quartos.	60%	174,747.16	104,848.30
<b>SUBTOTAL</b>				<b>676,740.72</b>	<b>382,168.91</b>
ACÇÃO 3.2.1 - CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL					
Associação Progestur	Portugalidade: Um Destino de Tradições Culturais	A operação consiste na identificação de uma dinâmica de actividade de animação turística que promova o turismo cultural da BIS, incidindo no que de mais genuíno existe na cultura da região e se diferencia no contexto nacional e internacional.	60%	99,900.00	59,940.00
Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão	Vidas e Memórias de uma Comunidade	Estimular a reflexão em torno da importância do património cultural e promover a valorização do património arquitectónico tradicional dando-lhe novas utilizações.	60%	28,986.67	17,392.00
Município de Castelo Branco	Recuperação de Edifício para Actividades Culturais	Realização de obras de conservação, reparação e melhoramento de um edifício tradicional, permitindo-lhe a sua refuncionalização para actividades associadas à valorização e preservação da cultura local.	60%	190,050.00	114,030.00
Freguesia de Lousa	Danças das Virgens, dos Homens e das Tesouras	Preservação, promoção, divulgação e continuidade das práticas culturais associadas às danças tradicionais da Lousa, enraizadas em costumes cheios de originalidade.	60%	23,013.40	13,808.04
Associação Cultural e Recreativa "O Cancioneiro de Castelo Branco"	Museu Etnográfico - Tradições da Beira Baixa	Preservar e salvaguardar as tradições etnográficas e de folclore do Concelho de Castelo Branco, desenvolvendo para o efeito a concepção e produção de um livro onde será enquadrada a história agrícola da região e as danças tradicionais referentes.	60%	42,877.77	25,726.66
<b>SUBTOTAL</b>				<b>384,827.84</b>	<b>230,896.70</b>
ACÇÃO 3.2.2 - SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL					
Associação Recreativa de Caça e Pesca Alcinense	Melhorias 2009 - Inovações/Mais Valias Sociais	Criar melhorias na zona social da associação permitindo recuperar e criar espaços e condições que permitam a realização e dinamização de actividades de carácter recreativo e cultural dirigidas à população local.	75%	60,000.00	45,000.00
Orquestra Típica Alcabastrense	Aquisição de Equipamento de Som	Dotar a orquestra de equipamento de som que permita promover a sua actividade com maior qualidade.	75%	16,748.47	12,561.35
Lar Dona Bárbara Tavares da Silva	Serviços Básicos para a População Rural	Requalificação do património existente, criando mais e melhores condições aos utentes e colaboradores da instituição, assim como assegurar e manter a segurança dos utentes. Para o efeito procede-se à remodelação da cozinha e economato, e diverso equipamento.	75%	146,518.51	109,888.88
Associação Recreativa da Caça - A Raiz	Edifício Multifunções de Apoio à População das Soalheiras	Construção de um edifício que dará apoio às actividades da associação.	75%	166,185.59	124,639.19
Centro Social dos Beneméritos de Póvoa de Rio de Moinhos	Lar de Idosos - PR Moinhos - Electricidade e Climatização	Apoiar parte da construção do lar de idosos nomeadamente ao nível das infraestruturas eléctricas e de climatização, de modo a garantir melhores condições habitabilidade aos futuros utentes.	75%	300,000.00	225,000.00
CMCD de Idanha-a-Nova	Mente e Saúde	Reforçar e alargar os serviços da Rede de Inserção Social com introdução das vertentes: telealarme, animação socio-cultural e reabilitação física.	75%	123,731.10	92,798.33
APPACDM de Castelo Branco	Animação e Turismo	O projecto de animação e turismo apresenta-se para dar respostas inclusivas (centradas na promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência) e crescimento económico. A implementação de um percurso de animação turística proporcionará um conjunto de actividades diversas para clientes e população em geral.	75%	125,338.00	94,003.50
Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão	Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão	Apoiar parte da obra de ampliação do edifício lar da Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão, nomeadamente o apoio à construção do Piso 1, sendo esse o Piso que estará mais directamente relacionado com o aumento da acessibilidade a serviços diferenciados.	75%	266,500.00	199,875.00
<b>SUBTOTAL</b>				<b>1,205,021.67</b>	<b>903,766.26</b>
<b>TOTAL</b>				<b>3,808,350.51</b>	<b>2,427,108.43</b>



## PRODER. EIXO III — GAL BIS (1º AVISO) - OS PROJECTOS

### APPACDM — Animação e Turismo

**Medida: 3.2. Melhoria da qualidade de vida**

**Ação: 3.2.2. Serviços básicos para a população rural**



A APPACDM possui uma quinta com 23 hectares, conduzida em modo de produção biológica onde se desenvolvem atividades de horta pedagógica, carpintaria, criação de bichos da seda, fição e tecelagem, entre outras, sempre visando a ocupação e lazer das pessoas com deficiência. Armando Fernandes pretende agora, com a ajuda do PRODER, estender este projeto de intervenção transdisciplinar, através da “reabilitação de um percurso turístico-pedagógico, que já fazíamos com os nossos utentes apenas de trator, tentando valorizar os pontos de interesse que estão espalhados pela quinta, como antiguidades que se encontram degradadas e atividades tradicionais”, explica. O projeto de Animação e Turismo destina-se a dar respostas inclusivas (centradas na promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência) e crescimento económico. Prevê a implementação de um percurso de Animação Turística com o objetivo de proporcionar um conjunto de atividades às pessoas com deficiência ou incapacidade numa perspetiva de equilíbrio sócio-afetivo, terapêutico, promoção do seu bem-estar e autoconfiança, não esquecendo a sua valorização pessoal e socialização. O investimento da APPACDM contribui ainda para que os seus clientes possam partilhar lugares, desenvolver capacidades, crescer nas relações e ter um papel socialmente valorizado, favorecendo a sua inclusão social e mudança de atitudes da comunidade em relação à deficiência, já que os diferentes locais de visita serão também abertos à população em geral, mediante a cobrança de um bilhete. “As pessoas de fora terão de pagar a entrada, pois temos de rentabilizar as nossas diversas valências e trazer algum financiamento para a própria instituição, uma vez que sendo de carácter social não dispõe de disponibilidade financeira para se manter sozinha. “, salienta o beneficiário do projeto. O percurso será completamente alcatroado e não terá qualquer barreira arquitetónica, “para fácil acesso a pessoas de mobilidade reduzida, de forma o mais independente possível”, será dotado de sinalética para pessoas com deficiência visual e fica inserido dentro de uma área rural, onde além do património cultural a visitar, se pode observar também a natureza (fauna e flora) e participar em atividades agrícolas e tradicionais.

### Clínica Veterinária de Alcains

**Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego**

**Ação: 3.1.2 Criação e desenvolvimento de microempresas**



A Clínica Veterinária de Alcains é uma clínica jovem, mas com provas dadas no distrito. Raquel Venâncio, sócia-gerente e médica veterinária quis “apostar pela diferença, sobretudo numa altura de crise”. O apoio do PRODER vai ser dirigido para o desenvolvimento e equipamento da clínica com meios de diagnóstico de ponta que permitam melhorar a resposta ao cliente em tempo útil.

Este aumento de oferta de serviços possibilitará incrementar e desenvolver a região, aumentar a qualidade de vida e bem-estar do binómio Homem/animal, descentralizar a prática clínica das grandes cidades do nosso distrito, aproximando-a da população rural atualmente carenciada destes serviços, de forma simples, prática e cómoda, com equipamentos de ponta (raio X, ecógrafo, sala de banhos e tosquias, laboratório de análises - sangue, citologia, coprologia, internamento, cirurgia com anestesia volátil), durante 24 horas por dia.

Pretende-se dar uma melhor resposta recorrendo a melhores meios, diminuindo a prevalência de doenças endémicas transmissíveis ao Homem, graças à medicina preventiva e ao esclarecimento das medidas profiláticas à população em geral (através de protocolos estabelecidos com entidades, como a Escola Superior Agrária de Castelo Branco). “Uma saúde animal correta tem muita importância em termos de saúde pública. Se os nossos animais estiverem corretamente vacinados, desparasitados, com boa saúde, significa menos riscos para nós, humanos, de irmos apanhar algumas doenças que são transmissíveis por eles. Como tal, além de poder potenciar uma resposta eficaz aos nossos clientes, e evitar que eles se desloquem aos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, onde se situam as clínicas de referência, temos agora também nós um grande conjunto de máquinas ao dispor dos clientes e pessoal técnico qualificado para os poder realizar. Isto acaba por dinamizar toda a nossa zona que tem sido algo carenciada em certo tipo de serviços, nomeadamente na área da medicina veterinária”, sintetiza a beneficiária do projeto.

## Monte do Vale Mosteiro — TER

**Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego**

**Ação: 3.1.1. Diversificação de atividades na exploração agrícola**



Luísa Cerejo tinha um sonho muito antigo de recuperar e valorizar o Monte do Vale Mosteiro, no Rosmaninhal, do qual é proprietária juntamente com o marido. Já há muito que procurava diversos tipos de apoio para dar corpo à sua ideia. “Procurei na internet, nos sites da ADRACES, da Câmara Municipal e de outras entidades que gerem este tipos de programas, formas de apoio para este investimento. E foi assim que cheguei ao PRODER”, explica a beneficiária.

O projeto consiste no apoio à construção de uma unidade de turismo em espaço rural, dotada de condições para a realização de eventos diversos, na freguesia de Rosmaninhal. Prevê a construção e a ampliação de uma edificação rústica tradicional, toda ela em xisto, ficando com sete quartos destinados a hóspedes, todos com casa de banho privativa, receção, lavandaria, copa, um amplo salão (sala de estar e jantar) com lareira, sala de jogos e preparação de espaço para piscina. Com este projeto, Luísa Cerejo anseia atrair mais turistas para a freguesia e, conseqüentemente, arrastar uma revitalização económica para a região. “Rosmaninhal está situado num cantinho que ainda não consegue atrair muitos turistas. Pretendemos dar a conhecer a nossa fauna e flora riquíssimas, enquanto proporcionamos o máximo de bem-estar a quem nos visita. Ao mesmo tempo, este investimento vai permitir diversificar a atividade agrícola, na medida em que vamos apostar na agricultura biológica, sobretudo no olival de grande extensão que temos na propriedade e na produção de hortícolas. Todos os produtos resultantes serão para consumo interno nas refeições dos hóspedes.”, atesta Luísa.

Há, portanto, uma clara aposta na valorização do potencial endógeno da comunidade rural envolvente, sua riqueza cultural e hospitalidade, oferecendo aos hóspedes um contacto privilegiado com o meio rural, através de novas experiências e sensações em atividades desenvolvidas na exploração agrícola.

## Empresa Ricardo L. Joia

**Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego**

**Ação: 3.1.2 Criação e Desenvolvimento de Microempresas**



Um amigo falou-lhe da existência do programa PRODER. Ricardo Lourenço Joia pediu informação especializada e decidiu solicitar ajuda financeira para um projeto para a sua empresa. O investimento que solicitou o apoio do PRODER baseou-se fundamentalmente na construção de um Pavilhão para a empresa de construção e instalação (eletricidade, telefones, sistemas de segurança e vigilância), na Zona Industrial de Idanha-a-Nova, como forma de melhorar substancialmente as condições de exercício da sua atividade e de incrementar as expectativas de expansão da empresa com base no aumento do volume de negócios.

O sócio-gerente da empresa Ricardo L. Joia já havia adquirido o terreno, mas confessa que “este investimento não teria sido possível sem a ajuda do PRODER, pelo menos no que toca em termos de dimensão do projeto”.

As razões que justificam a apresentação do pedido radicam num passado empresarial de sucesso, sobretudo assente num conhecimento profundo do ramo de atividade, do mercado e das empresas que já tem como clientes, e na profissionalização e qualificação dos seus recursos humanos.

A operação de investimento é inovadora para a empresa, na medida em que vai estabelecer mais qualidade de espaço, de ação e trabalho, traduzindo-se num crescimento significativo tanto da empresa, como da economia da região. “Em primeiro lugar, trouxe conforto ao meu trabalho. Depois, foi uma boa ajuda, com uma comparticipação de 60% dos custos envolvidos. Ainda assim acabei por gastar mais do que estava previsto, suportando eu essa despesa, e apostei na construção de um refeitório para os meus funcionários. Dessa forma, também melhorei as condições de trabalho dos meus empregados. É bom para mim e para eles”, remata Ricardo Joia.



## Recantos de Lazer — Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer no concelho de Penamacor

**Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego**

**Ação: 3.1.3. Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer**



Este projeto PRODER pretende apetrechar a empresa “Recantos de Lazer”, em Penamacor, com equipamento básico que permita a organização de atividades de animação turística e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego. “Nós já tínhamos alguns investimentos feitos e, portanto, o PRODER foi uma ajuda na aquisição de outros materiais de animação turística. A grande mais-valia foi permitir realmente a aquisição de outros equipamentos para diversificarmos o leque de atividades disponíveis ao público”, sublinha o beneficiário do projeto, Filipe Batista.

Numa perspetiva de promoção de animação turística, este investimento pretende proporcionar a oferta de um produto integrado e diversificado que permita contemplar, desfrutar e retirar benefícios do património natural, paisagístico, cultural e arquitetónico através do planeamento e programação de atividades várias, como passeios pedestres, manutenção física, atividades náuticas, expedições fotográficas, observação de fauna e flora, entre outras. A proximidade com o país vizinho permitirá que a empresa possa vir concorrer com o mercado espanhol, atraindo potenciais clientes desse mesmo mercado. “Nós também temos atividades de ginásio e esses equipamentos também foram candidatados ao PRODER. Aqui na piscina coberta tínhamos um grande público de Espanha. Os pais trazem os filhos para as aulas de natação, mas não tínhamos nenhum tipo de ocupação para eles enquanto esperavam pelas crianças. E como dispúnhamos de espaço disponível na piscina, perguntaram-me porque não colocava alguns equipamentos para eles usarem durante o tempo de espera das aulas. Foi daí que decidi adquirir o material e, de facto, o ginásio acaba por ser um meio para nós divulgarmos outras atividades. Temos fidelização desses clientes no ginásio e eles acabam por participar noutras atividades que fazamos”, adianta ainda Filipe Batista.

## Padaria & Confeitaria “O LAGAR”

**Medida: 3.1. Diversificação da economia e criação de emprego**

**Ação: 3.1.2. Criação e desenvolvimento de microempresas**



O apoio do PRODER visa a criação de uma zona de venda ao público integrada no edifício da empresa “Padaria & Confeitaria O Lagar”, em Salvador, dotada de uma área de 15 metros quadrados de reconstrução, incluindo uma lajeta de teto a 3 metros de altura, uma parede em alvenaria para divisão da zona de venda ao público da zona de produção, reboco e pintura de paredes, assentamentos de mosaico em toda a área, assim como o arranjo de portado e acessos exteriores.

Este investimento motivou-se com a necessidade de diversificação de produtos para uma rentabilização máxima da atividade. “Nós sentimos que aqui tínhamos uma oportunidade, porque inicialmente a padaria estava vocacionada mais para pão e bolos de azeite tradicionais, que continua a fazer, mas, como em termos de bolos tradicionais temos alguma folga em termos de produção, coisa que não acontece com o pão e com os bolos de azeite, que têm de ser produzidos diariamente, sentimos que com os bolos tínhamos hipótese de poder rentabilizar mais o investimento que aqui foi feito. Os bolos têm a validade de um mês, são bolos secos, sem grandes produtos que se possam deteriorar, têm boa capacidade de armazenamento e podem ser enviados para diversos sítios, nomeadamente, o que nós queremos é que eles sejam colocados nas superfícies dos centros comerciais do distrito”, explica Nuno Lucas, responsável técnico do pedido de apoio.

O aumento da produção de bolos e a ajuda do Programa já justificaram a criação de mais um posto de trabalho. “Esta empresa inicialmente foi criada com um propósito de criar apenas três postos de trabalho, hoje já tem seis. Com o apoio do PRODER e com mais algum capital próprio ficou o investimento realizado sem encargos para o futuro. Daí a possibilidade de estarmos a trabalhar com uma margem de manobra boa, que nos possibilitou criar mais um posto de trabalho, senão teríamos de sacrificar os recursos que tínhamos”, adianta Nuno Lucas.

Apostando no processo produtivo artesanal e tradicional e na aquisição de matérias-primas junto dos produtores locais, a empresa pretende criar um produto genuíno e distinto, de alta qualidade, certificado já pela marca “Terras do Lince”. “Todas as matérias-primas, desde o mel, o azeite, etc, são comprados localmente, o que permite alguma dinâmica económica na freguesia. Criámos também um rótulo muito apelativo para cativar o cliente”, conclui.

## Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

**Medida: 3.2. Melhoria da qualidade de vida**  
**Ação: 3.2.2. Serviços básicos para a população rural**



Este projeto do PRODER inclui-se numa mais abrangente obra de ampliação, no entanto, a operação visa o apoio à construção do Edifício Lar I na parte sul da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão. “O espaço inicial foi construído há cerca de 20 anos e, portanto, já não responde às exigências que hoje nos são colocadas. Tivemos uma grande procura, daí que houve necessidade de que alguns espaços sociais fossem adaptados a quartos. O que pretendemos fazer é passar as pessoas que estão nesses espaços para quartos feitos já de raiz. Para além disso, pretendemos criar espaços que permitam desenvolver outros serviços que não tínhamos, desde ginástica a fisioterapia, dando resposta a outro tipo de necessidades”, sustenta Luís Pereira, provedor da Santa Casa.

O investimento prevê o apoio à construção de cinco quartos duplos, duas instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada, arrumos, zona de sujos, instalações sanitárias masculinas e femininas, e novas áreas funcionais e de convívio, como por exemplo, uma sala de estar e de convívio, varanda social e dois refeitórios, aquisição de equipamentos básicos e específicos modernos.

A importância social do projeto percebe-se mais facilmente se atendermos ao contexto geográfico, sócio-demográfico e económico do território em que se insere. O concelho é eminentemente rural, com preocupantes taxas de desertificação e envelhecimento (das mais altas do país). Dada a fragilidade da região, a instituição é constantemente solicitada para resolver situações de precariedade social, “altamente dramáticas”, na maioria dos casos de idosos de idade muito avançada que vivem em deficientes condições habitacionais, fisicamente dependentes. Com o aumento das instalações, “penso que conseguimos reduzir substancialmente a lista de espera e permite-nos dar uma resposta quase imediata às solicitações das pessoas”, frisa Luís Pereira. Simultaneamente, a instituição consegue tornar-se “sustentável e saber que no final do projeto tem um futuro pela frente, sem grandes problemas”.

## Vidas e Memórias de Uma Comunidade — Biblioteca José Batista Martins

**Medida: 3.2. Melhoria da Qualidade de Vida**  
**Ação: 3.2.1. Conservação e valorização do património rural**



O projeto “Vidas e Memórias de uma Comunidade” é uma iniciativa do município de Vila Velha de Ródão que pretende recolher, preservar e divulgar o património cultural, material e imaterial deste concelho. “Muitas das memórias, práticas e vivências deste território estão em vias de serem esquecidas. Se, após o seu desaparecimento, delas nada restar, será como se séculos de história nunca tivessem existido e todo um conjunto enorme de saberes se apagasse. Portanto, é da maior relevância recolher e preservar os modos de vida e as memórias sobre o trabalho, os divertimentos, as celebrações, as festas, as escolas e a vida social”, salienta Graça Batista, da Biblioteca Municipal José Batista Martins, onde o projeto se encontra a ser implementado.

Na sua qualidade de “agente essencial na recolha, preservação e promoção da cultura local em toda a sua diversidade”, como preconizam as diretrizes da UNESCO, a Biblioteca é beneficiária de um investimento do PRODER que inclui, para além do site recentemente disponibilizado ([www.memoriasderodao.net](http://www.memoriasderodao.net)), a edição de várias publicações - “O Cancioneiro Popular de Vila Velha de Ródão, com organização e textos de António Catana, e “Os Nossos Médicos - Vila Velha de Ródão (1883-1983)” de Lurdes Cardoso são já exemplo disso -, a realização de exposições, ateliês para crianças, ações de formação para pessoas envolvidas no processo de recolha e posterior tratamento documental dos testemunhos (inventariação, classificação e indexação, e tratamento interpretativo, edificação de painéis de xisto para afixação de sinalética cultural, para além de outras atividades.

O projeto pretende estimular a reflexão em torno da importância do património cultural, numa estratégia de combate à iliteracia e à exclusão de adultos e idosos, bem como criar fontes de informação (digitais/papel) para académicos, empresários, estudantes e população, que possam apoiar futuras ações de desenvolvimento local. “Em Portugal, a criação de catálogos de recursos online de testemunhos culturais e vivenciais é ainda pouco utilizada. Vemos este projeto como um arquivo vivo, em permanente construção, de informação histórica, etnográfica e sociológica do mundo rural deste território, em que qualquer pessoa pode dar o seu contributo, seja através de testemunhos orais ou pelo facultamento de documentos”, remata Graça Batista.



# EM ALMACEDA... O LINHO ESTÁ VIVO E RECOMENDA-SE!

Dia 9 de julho. A azáfama pairava no ar. O dia amanheceu solarengo e prometia festa rija, pelo que as 12 formandas do curso “Cultura de linho têxtil”, que a ADRACES dirigiu em Almededa, não queriam desapontar os pedestrianistas que dali a pouco despontariam na piscina fluvial da freguesia, curiosos em assistir à aguardada exposição ao vivo de produção do linho anunciada no programa. Depois de montado o original leque de imagens suspenso sobre os ramos das oliveiras envolventes, as senhoras, tradicionalmente trajadas, ocuparam os seus postos e deram início à demonstração “in loco” de cada momento envolvido na produção e transformação da planta linácea. A assistência rejubilou com a possibilidade de conhecer em pormenor uma atividade secular quase caída em esquecimento, através do manuseamento dos instrumentos de madeira usados na transformação desta cultura têxtil. Afinal o linho está vivo e recomenda-se!

Houve ainda tempo e boa disposição para jogos e tradições locais; apresentação e degustação gastronómica tradicional relacionada com a atividade do linho e/ou confeccionada com ingredientes resultantes do linho (farinha de linhaça, óleo de linhaça, etc); ateliers para crianças; entre outras tradições relacionadas com o linho...

A ADRACES e a Junta de Freguesia de Almededa realizaram em parceria o evento “Memórias do Linho”, no dia 9 de julho, em Almededa, onde se destacou o percurso pedestre “PR2 Caminhos de Xisto de Martim Branco”, seguido de uma exposição ao vivo de demonstração da produção/transformação das várias fases do linho.

As duas atividades associaram-se de forma complementar, permitindo que os participantes do percurso pedestre que se realiza anualmente pudessem conhecer esta cultura tradicional e a sua transformação através da tecelagem artesanal, que representou uma importante fonte de rendimento da população local, mas que gradualmente tem vindo a perder expressão.

Esta mostra surgiu no seguimento da implementação pela ADRACES da ação de formação de nível 2 “Cultura de linho têxtil” na freguesia, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano, dirigida à população ativa com idade superior a 18 anos, na qual participaram 12 formandas.

O curso permitiu às participantes efetuar as operações inerentes à instalação, manutenção e colheita da cultura de linho, bem como a extração das fibras de linho e a sua aplicação teórica na área do têxtil.







## DESFIANDO MEMÓRIAS SOBRE O LINHO...

**A pedido da formadora Sílvia Vale, as 12 formandas soltaram as rédeas do tempo e deixaram-no correr em direção ao passado, onde habitam ainda vívidas as suas recordações de infância entre campos de linho, mulheres e seus teares, cantigas, brincadeiras e guloseimas.**

“As minhas memórias sobre o linho são poucas, nunca o trabalhei, contudo lembro-me de a minha mãe o fazer juntamente com as vizinhas. Nessa altura eu era criança e apenas fazia colares e pulseiras da baganha do linho que eu adorava.” - **Maria da Conceição**

“Lembro-me de todas as fases do ciclo do linho, mas só me lembro de participar quando arrancávamos e mondávamos o linho. Lembro-me da minha mãe fiar com as minhas irmãs nos serões. As vizinhas juntavam-se à noite à volta da fogueira para fiar, cantavam-se lindas cantigas e belas histórias.” - **Benvinda**

“Lembro-me muito pouco sobre a produção de linho. Apenas me lembro da minha mãe semear, arrancar e ripar o linho. Desta última lembro-me bem, porque com a baganha fazíamos várias brincadeiras. Lembro-me também que as meadas de linho eram colocadas numa mistura de água com cinza, de modo a que o linho ficasse mais branco.” - **Ermelinda**

“O linho é uma planta herbácea que chega a atingir 1 m de altura e pertence à família das lináceas. O linho era semeado em terras de regadio abundante ou húmidas, esta condição permitia uma melhor desenvolvimento da planta. A qualidade do linho depende do seu bom desenvolvimento.” - **Hélia**

“Na minha adolescência ainda ajudei em quase todas as tarefas do linho. A tarefa que mais gostava era quando íamos por os molhos do linho na ribeira. Tínhamos que colocar pedras em cima dos molhos para que a água não os levasse. Mas o mais divertido era que, nesse momento, aproveitávamos para andar na água.” - **Idalina**

“Recordo-me da minha mãe semear e arrancar o linho. Eu ainda ajudei a bater a terra da planta. Lembro-me de fazermos os manojos e de fazer a ripagem.” - **Elvira**

“Lembro-me de pequena ir com os meus pais para o monte. Íamos no carro de vacas e na terra faziam-se sementeiras de trigo, centeio, cevada e linho. O linho era semeado nas terras mais molhadas - Lodeiros. As pessoas nestes momentos cantavam cantigas, como a do São João: São João, para ver as moças, nem amigo nem amado.” - **Maria Jorge**

“A história do linho contada à minha maneira: A minha mãe produzia linho. Recordo-me desse tempo que me traz muitas saudades, apesar de eu ser muito nova nessa altura. Eu ajudava a minha mãe em certas tarefas como andar em frente dos bois para o meu pai lavrar a terra, ajudava a espalhar o estrume, mondava o linho mas não gostava deste trabalho. Quanto arrancávamos o linho, o que eu mais gostava era pegar na baganha para fazer fios e outras brincadeiras. Recordo-me da única boneca que tive, foi feita pelas vizinhas da minha mãe, que vinham para fiarem o linho à noite ao serão. Recordo-me também de umas cantigas: Ó luar da meia-noite alumia cá para baixo, que eu perdi o meu amor e às escuras não o acho. O meu amor disse que vinha antes da lua nascer, ó lua que vais tão alta e meu amor sem aparecer.” - **Maria do Céu**

“Após semear e apanhar o linho tiramos a baganha com os vizinhos, depois desta tarefa temos as papas de carolo... Depois segue-se o alagamento, o maçar que é uma tarefa dos homens, o tascar que é feito pelas mulheres, de vez em quando comemos umas velhós (filhós) com mel. A parte que eu mais gosto é a de tecer, tarefa que ainda hoje faço.” - **Crisálida**

“As minhas memórias do linho do tempo em que ainda se cultivava o linho não são muitas, eu era muito nova. Lembro-me de apanhar a baganha e fazer cordões e pulseiras para irmos todas vaidosas para a escola. Também me lembro de ver a minha mãe e a minha avó a ripar, a tascar e a fiar à lareira. Uma vez no Carnaval estava a minha mãe a fiar à lareira e, de repente, o meu pai pega num pau da lareira e deita fogo à roca que a minha mãe tinha na mão. Foi uma festa ver o linho a arder. São estas as histórias que me lembro do linho.” - **Fernanda**

“Lembro-me de quando arrancava o linho, era muito engraçado. Como era um trabalho mais de mulheres, as vizinhas juntavam-se todas. Então cantavam, contavam anedotas e o tempo não custava a passar. E no fim havia sempre um lanche melhorado. A lavagem do linho era uma autêntica brincadeira, no fim havia sempre o banho da praxe. Isto, nós, os mais novitos.” - **Esmeralda**

“Lembro-me dos trabalhos do linho, a preparação da terra, a sementeira e a apanha quando está amarelo. Depois é ripado, e da baganha seca tira-se a semente para usar no ano a seguir. Depois de apanhado é posto na água, e, posteriormente, lavado e seco. Mais tarde, com o maço é batido numa pedra, tascado, espadanado, fiado e por fim é tecido o linho.” - **Carmelinda** ■



## “MISSÃO ALMOFADA” ADRACES DOA 100 ALMOFADAS AO LAR D. BÁRBARA TAVARES DA SILVA

Citando Madre Teresa de Calcutá: *“O importante não é o que se dá, mas o amor com que se dá.”*, e foi com esse sentimento espelhado no brilhar do olhar de cada elemento da comitiva, que aconteceu a entrega de 100 Almofoadas, que a ADRACES doou ao Lar D. Barbara Tavares da Silva em Penamacor, no passado dia 13 julho, no âmbito do projeto “Missão Almofoada”. Esta atividade de voluntariado é o resultado da participação conjunta de dois grupos coordenados pelo Pólo Raiano da ADRACES - a turma do Curso EFA de Geriatria, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), e o Grupo das Tertúlias, aos quais se juntou também a preciosa ajuda do Grupo 163 de Escoteiros de Penamacor, extraordinariamente chefiados pela Chefe Júlia Cruz.

Foi durante a apresentação de uma palestra sobre “Úlceras de Pressão” integrada no módulo da unidade “Prevenção e Primeiros Socorros - Geriatria”, que decorreu no Lar, que o grupo de formandos tomou conhecimento de que eram necessárias no mínimo oito almofoadas para amparar cada velhinho acamado. A assiduidade na troca de almofoadas justifica a sua existência em grande número e há dificuldade em consegui-las em quantidade adequada às necessidades. E assim nasceu a ideia: Para retribuir a amável cedência das instalações para a realização da palestra, a turma pôs em prática o projeto “Missão Almofoada”, que consistiu em angariar o maior número possível de almofoadas para ofertar aos velhinhos, contribuindo para o apaziguamento das suas dores.

Todos saíram do Lar com a clara convicção de um missão cumprida mas inacabada... porque praticar o bem será hoje e sempre e, voltando a citar Madre Teresa de Calcutá, *“... sentirmos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”* ■

## BAZAR DO FUNDO DO BAÚ E EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS DO CURSO EFA DE GERIATRIA

A 8ª Edição do Bazar do Fundo do Baú aconteceu, como as anteriores, no Jardim da Republica, no passado dia 28 de Agosto, entre objectos saídos do fundo dos baús e das Oficinas das *“Artes e saberes - Horas a Fio”*. As vendas destinam-se à angariação de fundos para contribuir para ajuda a Instituições de Solidariedade Social e/ou pessoas do concelho que necessitem de algum apoio. Mais uma edição realizada, e fica já a certeza de que, para o ano, se não antes, haverá outra edição do Bazar do Fundo do Baú, da responsabilidade do Grupo das Tertúlias, um Grupo promovido pelo Pólo Raiano da ADRACES.

Em simultâneo e no mesmo espaço, decorreu uma Exposição dos trabalhos do Curso EFA de Geriatria, da responsabilidade da ADRACES e ministrado em Penamacor.

Nesta Exposição estiveram patentes vários trabalhos que os formandos realizaram ao logo do Curso, entre os quais se destacam *“O Livro da Vida - Marcas que o Tempo deixou...”* e o *“Jogo - Saber Geriatria”* - dois produtos que os formandos realizaram como *“Temas de Vida”*. Durante a Exposição, os formandos apresentaram uma pequena peça de teatro, com *“fantocheiro”* e fantoches, feitos pelos próprios. A apresentação teatral serviu para animar os muitos passeantes que circularam por ali, durante a manhã calorenta de Verão que se fez sentir no Jardim da Republica de Penamacor... ■

## SÃO VICENTE DA BEIRA E TERMAS DE MONFORTINHO DESFILE DE MODA PROMOVE INTERCÂMBIO CRIATIVO ENTRE FORMANDOS

Depois do sucesso em São Vicente da Beira, as piscinas municipais das Termas de Monfortinho foram o palco da II edição do desfile de moda, que decorreu no dia 8 de Julho, com trabalhos resultantes das formações na área do têxtil, recorrendo às técnicas de Patchwork e IKAT e Tie-dye, que a ADRACES desenvolveu nas freguesias de São Vicente da Beira, de Dezembro de 2010 a Março de 2011, e de Monfortinho, em Abril do corrente ano.

Muitas velas distribuídas por vários candelabros construídos com materiais recicláveis pelos artistas Paula Soares, em Monfortinho, e por João Ludgero da Quinta dos Trevos, em São Vicente da Beira, garantiram um cheirinho de glamour em ambiente veraneante para as cerca de 350 pessoas que assistiram aos dois eventos. Os formandos foram os modelos de serviço e desfilaram mais de 40 peças. Não faltou o vestido da noiva, presença obrigatória em qualquer desfile, e um encerramento original, com a entrada em passerelle de um modelo de camisa de dormir masculina, inspirado na fantasia dos contos de fadas.

O evento culminou com a entrega dos certificados de formação destes cursos de técnicas de execução de patchwork / trapologia e técnicas de aplicações em tecido, de nível IV, dirigido à população em idade activa, dos 18 aos 65 anos, e com o 3º ciclo de escolaridade concluído.

Esta acção de formação garantiu os conhecimentos teórico-práticos necessários de aplicações em tecidos aos formandos para que pudessem identificar e manusear correctamente materiais, ferramentas e equipamentos e, posteriormente, projectar, montar e confeccionar peças.

O conjunto dos dois desfiles (17 de Junho em São Vicente da Beira e 8 de Julho em Termas de Monfortinho) pretendeu ser uma mostra dos trabalhos criativos desenvolvidos pelos formandos durante as aulas dos cursos. ■



## PÉ DA SERRA, SARZEDAS (CASTELO BRANCO)

A aldeia descansa tranquilamente sob os pés da serra do Moradal. As fachadas que se erguem em xisto são o ombro que ampara as durezas das gentes nascidas da seiva da terra, dos campos férteis de folha, árvore e fruto em ferida solidão. Em cada rosto se desenham as vincadas linhas que cosem a vida em complexos labirintos. Mas basta o calor de uma nova presença para que a austeridade das rugas se desmanche em doces trinados, como se de aves de primavera em livres voos se tratassem... ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo: Ardesira Rita; Delfina Maria Ramos; Jaime Alves; Maria Júlia





# ALFRÍVIDA, PERAIS (VILA VELHA DE RÓDÃO)



da esquerda para a direita, de cima para baixo: Américo Cabaço; Maria da Luz Oliveira; Tiago Nunes; Maria da Piedade São Pedro; Olívia Cabaço

Com o olhar a voar pelo horizonte, mas o cajado a prendê-lo à terra. Assim encontrámos o pastor de Alfrívinda, à entrada da aldeia, absorto em mil pensamentos, derretidos pela canícula estival própria da época. Gosta do que faz, “dá para pensar na vida e ninguém me chateia”, responde alegremente, enquanto chama o cão à responsabilidade que, no seu sossego de animal, acabou por adormecer na frescura fofa da erva, esquecendo os seus deveres de guarda de ovelhas.

Proseguimos caminho, a aldeia está despida de gente. O silêncio. São precisos muitos metros percorridos até escutar vozes sopradas pela quente brisa da manhã e encontrar atividade. A drogaria vende produtos em troca de amena cavaqueira. Mais à frente, um casal de emigrantes reformados cuida do jardim e acolhe-nos com um largo sorriso. Dois dedos de conversa e ganhamos novos amigos.

Um jovem passa de carro. Abre a janela, cumprimenta os presentes e deixa escapar “Não há nada como viver na aldeia. As pessoas da cidade é que ainda não se aperceberam das vantagens que têm em viver nesta tranquilidade”. Ufa, afinal ainda há quem queira continuar a habitar por aqui! ■



# TOULÕES (IDANHA-A-NOVA)

A palavra **Toulões**, quando mal pronunciada, por vezes percebe-se “Tão longe”, mas, na realidade e fazendo o enquadramento geográfico, esta é uma pequena freguesia do concelho de Idanha-a-Nova.

Assim que coloco os pés no chão, ainda mal tinha saído do carro, oiço: “Vai estar quanto tempo?”, “Tem que pagar 50 euros pelo estacionamento” - já estava a ser abordado por dois senhores com idades de 84 e 85 anos, sentados num banco junto a uma capela a observar quem passa. A abordagem feita num contexto de brincadeira lá serviu de pretexto para meterem conversa, curiosos por saber quem chegava e o que ia lá fazer.

Após uns minutos de conversa percebe-se que nesta pequena freguesia há poucas crianças e as que por ali se encontram estão de férias com os familiares, restando os resistentes à desertificação, que são os mais velhos, os que sempre ali viveram.

Mas para o registo fica o momento em que estas pessoas, sempre muito vaidosas para a fotografia, desabafam um pouco da sua vida e se “abrem” contando algumas histórias pessoais e da aldeia, ricas em termos culturais e testemunhas vivas da identidade de um território. Uns verdadeiros “contadores de *Estórias*”. ■

da esquerda para a direita, de cima para baixo: Maria Isabel Cruz; José Lopes Amorim; Ana Manteigas; José Guardado; Francisco Parrota; Daniela Antunes João; Maria Jesus Nogueira; Pereira Alentejano





## NA TERRA ONDE SE “MATA A ARANHA”... A FAMÍLIA GERALDES EXALA MÚSICA DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO...

No ano em que o Rancho Folclórico de Aranhas completa a *catita* idade de 75 anos de existência, a persistência da Família Geraldes deve ser uma fonte de inspiração para muitos jovens (e menos jovens) deste Mundo que cada vez mais se perde entre as novas tecnologias e se esquece das mais típicas tradições. Fomos encontrar o Paulo, o Eduardo, o Sr.º António e a D. Ludovina, três gerações da mesma família da freguesia de Aranhas que teimam em preservar a música tradicional da Raia Beirã, quer no Rancho Folclórico da terra, quer no Grupo Musical 2ª Geração, que iniciou o seu projeto em 1994.

Mas desengane-se quem pensa que são só eles os quatro a fazerem parte destes dois grupos; atualmente outros membros da família os acompanham... a Inês, a Márcia, a Rita, o Luciano, a Helena e a Rosa. No entanto, já houve alturas em que chegaram a ser 17 os elementos da família que dançavam, cantavam e encantavam entre os microfones e os “*culotes*”...

Nesta família “*respira-se*” música... Eles e elas cantam, dançam, tocam concertina, adufe, zamburra, acordeão, bateria, guitarra... Como afirma o Paulo (na sua página do facebook): “**O palco é vida, sem ele não seria o mesmo, seja com que instrumento for, o que interessa é estar a fazer o que gosto.**” E quem os vê atuar nota-lhes nos rostos e nas expressões de alegria que este sentimento é comum a todos. Pois a música está-lhes na Alma. Quer seja no Grupo Musical 2ª Geração, quer na música tradicional no Rancho Folclórico, todos eles sabem tão bem transmitir-nos a Alegria, o poder e a energia que a música tem. ■

[www.facebook.com/home.php#!/profile.php?id=100002207843957&sk=info](http://www.facebook.com/home.php#!/profile.php?id=100002207843957&sk=info)  
[www.segunda-geracao.com](http://www.segunda-geracao.com)

da esquerda para a direita Ludovina; António; Eduardo; Paulo





# “TECENDO HISTÓRIAS: DO PADRÃO PARA O MUNDO”



Pelas recônditas veredas do Padrão, perto das sinuosas encostas de Alameda, fomos encontrar duas vidas de natureza incomum.

O sol começava a doirar a paisagem, quando

Maria e Crisálida nos receberam na sua propriedade agrícola. De sachola na mão e gargalhada vibrante a roçar a folhagem, as manas trabalham alegremente sob a brisa sadia do campo. O seu espírito generoso e aberto ao mundo exterior faz delas um verdadeiro exemplo de desenvolvimento social tão necessário às gentes da BIS.

Maria e Crisálida Jorge têm 54 e 59 anos respetivamente. Nasceram com as mãos na terra do Padrão, provenientes de uma família que vivia exclusivamente de rendimentos extraídos do trabalho do campo, com produção de gado, pinhal, mel e linho. Hoje, são as únicas encarregues pelo negócio da família e por conservar viva a tradição secular que se mantém por gerações na estirpe - a arte de tecer.

**Duas irmãs nascidas, criadas e vividas no Padrão, se tivessem oportunidade de agora ir viver para Castelo Branco, aceitavam?**

**Maria** - Eu não. Trocar a vida do campo pela cidade não me atrai. Não há coisa mais triste que uma pessoa viver enclausurada entre quatro paredes. E depois? Deixava cá as minhas ovelhinhas, os meus gatinhos, as abelhinhas? Nem pensar!

Além disso, nós todos os anos vamos passar férias à cidade. A cidade só serve mesmo para passar férias. Somos de uma aldeia pequenina, mas conhecemos bem Portugal.

**Aquele preconceito que existe, de que as pessoas que vivem na aldeia estão isoladas de tudo e não conhecem nada, é mentira?**

**Crisálida** - Mas completamente! Pelo menos, no nosso caso.

**Maria** - Sempre gostámos muito de viajar. E não é de autocarro. Pegamos no carro e vamos à descoberta. Ainda quando fizemos férias no Norte, na casa de uns primos, todos os dias, íamos conhecer uma cidade diferente de Espanha.



**Essas saídas são importantes para vos fazer gostar ainda mais do Padrão?**

**Crisálida** - Com certeza. Nós gostamos muito de ver e de aprender coisas novas e isso ajuda a dar mais valor àquilo que temos. Quando a minha irmã esteve na Turquia, aprendeu lá uma técnica deles de fazer tapetes e veio para cá experimentar nas peças que fazemos. Foram mais uns conhecimentos que adquirimos para aplicar no nosso próprio trabalho.

**E de onde é que vem toda essa força e juventude?**

**Maria** - O nosso pai, que já conta 87 anos, desde sempre corria todas as feiras de agricultura de Portugal e Espanha. Além disso, tínhamos dois tios que organizavam excursões, sobretudo ao Norte, para participação nas festas religiosas, durante oito dias. Eles alugavam um autocarro e depois convidavam gente da família para ajudar a encher o autocarro. Eu lembro-me de ser bem pequenina, com quatro ou cinco anos e já participar nisso. Portanto, este gosto foi-nos inculcado pelos pais e familiares.

Normalmente, as pessoas dos meios mais pequenos adoram ouvir Roberto Carlos e Roberto Leal. Eu nunca gostei. Eu gosto de música clássica. Tenho uma coleção de vinis de Beethoven, Mozart, Chopin. Tenho as coleções dos Beatles e do Elvis Presley. Também a cultura musical vem por influência da família. É como ler. Desde que somos pequenas que sempre se leram jornais em casa da avó. E é um hábito que mantenho até hoje. Desde jornais regionais a nacionais, leio tudo. Gosto de estar a par do que se passa no mundo.

**Apesar de não terem estudos, têm hábitos próprios de gente com formação.**

**Crisálida** - Só nós as duas é que não estudámos, na família. Os nossos avós e pais já fizeram todos a terceira classe, que era muita instrução naquela altura. Nós não estudámos mais, ficámos só com a quarta classe, assim quis a vida. De resto, toda a família da nossa geração já é formada e frequenta círculos altos da sociedade. Mas, quando nos vêm visitar, não há cá doutores nem engenheiros. Eles estudaram, nós não, mas aqui em casa somos todos iguais.

**Por que nunca casaram?**

**Maria** - A minha bisavó tinha um tio que era padre. A minha mãe tinha um primo que era padre. Nós temos um primo que é padre. Isto já vem de gerações e os padres continuam a existir ainda hoje na nossa família. Talvez devido a isso, a família pensou que éramos as manas ideais para governar os negócios do campo e também nós acabámos por nunca encontrar marido.



**E de onde vem a arte de tecelagem?**

**Maria** - Já vem dos tempos da nossa bisavó. Nesta família, teceu-se toda a vida. Todas as mulheres desta família aprenderam a tecer. As irmãs do meu pai aprenderam e ensinaram-nos a nós e às nossas primas. Mas só nós as duas é que fazemos vida disto.

**Hoje ainda semeiam linho?**

**Crisálida** - Não. Antigamente, era todos os anos. Até porque naqueles tempos não havia o tecido à venda, como hoje se encontra. E havia muito mais procura de artigos em linho do que hoje em dia. A roupa interior era toda de linho. Os lençóis, os colchões (enxergas) também eram de estopa de linho. Havia muito mais aplicações do linho antigamente do que agora.

**Maria** - Agora só semeamos alguns vasilhos para demonstrações. Para tecer, sai mais barato comprar do que produzi-lo. Compramos já a estriga para poder fiar.



### Qual é o processo de transformação do linho?

**Crisálida** - Semeia-se o linho, depois dá a flor e a baganha (que é a bolinha da planta já seca). Depois colhe-se, só quando estiver amarelo, ripa-se para tirar a baganha e coloca-se num monte ao sol para acabar de secar. E ata-se aos molinhos, a que chamamos de manoios. No fim de estar bem seco, leva-se à ribeira e está cerca de 8 dias de molho. Depois desse tempo, volta a colocar-se ao sol para secar, depois amassa-se, tasca-se (ripa-se), é espadanado e acedado (passado por pente) e é fiado na roca. No fim, vai para a dobadora e daí se fazem as meadas que posteriormente vão ser lavadas. Já lavadinhas vão para o argadilho, onde são feitas em novelos e vão para uma roda das canelas para ser penteado novamente. No fim do processo vai para o tear para fazer o tecido. O grande truque do linho, quando se está a fiar, é levar saliva. A saliva é salgada e faz com que o linho se mantenha torcido e se conserve para que nunca apodreça. E depois transformamos o linho em peças lindas como colchas, panos, cortinados, tapetes, etc.

### E o negócio do linho ainda se vai aguentando?

**Maria** - O negócio está mau, está praticamente parado. São modas como qualquer outra. Hoje em dia, o linho não está na moda. De qualquer forma, nunca recusamos um convite para participar em feiras e em demonstrações da tecelagem e do cultivo do linho. Já recebemos convites para expor em hotéis em Albufeira, em Lisboa, em Cascais...

### As feiras são uma oportunidade de negócio?

**Crisálida** - Às vezes, ainda se vai vendendo qualquer coisa. Outras vezes, nem dá para cobrir as despesas com o combustível. Mas o nosso objetivo de ir às feiras passa muito por mostrar às outras pessoas uma arte tradicional que se está a perder.

**Maria** - E quando há concorrência nas feiras é bom. Não há duas pessoas a tecer da mesma maneira; eu e a minha irmã aprendemos com as mesmas tias e tecemos de forma completamente diferente. Logo, se houver mais senhoras na feira a expor trabalhos em linho é ótimo, porque assim podemos conhecer novos desenhos, novas cores e novas formas de trabalhar o linho.

### Como é que há tempo para fazer tanta coisa? O vosso dia tem mais do que 24 horas?

**Crisálida** - Há sempre tempo, até para dormir uma sestasinha. O nosso dia começa bem cedo, lá para as seis da manhã. E quando o calor começa a atacar, levantamo-nos ainda mais cedo. Desde que seja com vontade, temos sempre tempo para fazermos tudo. E, pelo menos uma vez por semana, temos de ir a Castelo Branco fazer as compras e os pagamentos. Mas, nesses dias, quando saímos do Padrão às 9h já vamos com meio-dia feito aqui, com a horta regada e o almocinho feito.

### Qual é a vantagem de viver numa aldeia?

**Maria** - Sempre tivemos acesso à cidade, e nunca nos sentimos inferiorizadas por sermos da aldeia. A maior parte das pessoas que vive na aldeia envergonha-se e fecha-se ao resto do mundo e depois queixa-se que as coisas não lhes chega. Nós não.

Na aldeia conseguimos ter uma melhor qualidade de vida. E cá também temos barulho! De madrugada, acordamos com o chilrear das andorinhas, com o sino de meia em meia hora a tocar, com o galo a cantar. Se, por exemplo, há um dia em que não ouvimos as andorinhas, fico logo a pensar se não terá sido o gato a comê-las!

### Qual é a vossa opinião de verem as aldeias ficar sem gente?

**Maria** - Eu acho que as pessoas fazem bem em ir para a cidade trabalhar, mas não percebo porque foram para lá morar. Numa aldeia como esta que fica apenas a 20 quilómetros de Castelo Branco e que tem autocarros a toda a hora para lá, não se justifica sair para ir morar nos caixotes da cidade. O mais engraçado é que agora vem gente de fora (Lisboa, Bombarral...) comprar casa aqui, porque começam a fugir do rebuliço das grandes cidades. E mesmo os naturais que foram embora, talvez um dia ainda voltem. Até porque aos fins de semana, a aldeia enche.

### Que podem vocês dizer como forma de atrair as pessoas para a vida do campo?

**Maria** - A nova geração pensa que é um trabalho sujo e ingrato. A geração dos meus pais está acabada, a nossa geração já não volta, porque já por cá andou e teve uma vida de sacrifício. Os filhos já não foram educados para isto. E, embora as crianças gostem do contacto com a natureza, têm as mães e as avós atrás sempre a dizer “não te sujes”, “olha que cais”, “não apanhes sol que dói a cabeça”, “não vás para a rua que está frio e constipas-te”, “não te metas com as galinhas porque picam”. Nós andamos cá e não temos mais doenças do que os que andam na cidade!

**Crisálida** - Temos aqui uma menina que vem de Lisboa que não fazia ideia de que o leite vinha das cabras. Esteve cá nas férias da Páscoa e aprendeu a ordenhá-las. Ficou de tal forma entusiasmada que diz que volta nas férias do verão para ordenhá-las outra vez.

O trabalho do campo tem muitas coisas boas e satisfatórias. O segredo está em não encarar esta vida como um sacrifício, mas em tirar o maior partido deste trabalho. É duro, mas muito recompensador. ■





# O ESTADO LOCAL

Domingos Santos

[Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)]

O balanço geral da experiência do poder autárquico é, em Portugal, largamente positivo. O poder local afirmou-se, ao longo das últimas décadas, como um instrumento de desenvolvimento que produziu resultados incontestavelmente favoráveis no nível e na qualidade de vida das populações. Tornou-se a espinha dorsal da estrutura político-social de base do nosso País.

Os municípios posicionaram-se basicamente como prestadores de bens e serviços de natureza pública. Providenciaram a construção de infraestruturas básicas ligadas ao fornecimento de água, ao saneamento básico, às acessibilidades; dotaram os seus concelhos com equipamentos de índole social, cultural e desportiva que permitiram tornar a vida mais agradável e amena; e, para além de outras atividades, desenvolveram importantes funções ao nível do planeamento físico e da gestão urbanística.

Cumprido que está, em larga medida, esse ciclo de construção de obras públicas, as autarquias locais, defrontam-se, atualmente, com um novo conjunto de desafios. Por um lado, é imperioso, agora, erigir e implementar políticas de animação (cultural, desportiva, ...) que permitam rentabilizar o investimento em betão e, por outro lado, num plano diverso, é fundamental dar resposta adequada às questões atinentes à proteção do emprego e à defesa e promoção do tecido produtivo.

Este último parece-me ser o desafio mais complexo que os municípios enfrentam atualmente: aumentar a sua prosperidade económica e a sua competitividade, reduzindo o desemprego e a exclusão social, a par da qualificação do meio ambiente. A globalização, a desmaterialização da economia e a crescente concorrência internacional são, simultaneamente, oportunidades e ameaças. Responder a estes novos desafios económicos, sociais e ambientais não se afigura tarefa fácil – e isso requer um poder local qualificado e competente.

Agora que entrou na agenda política a questão da reorganização territorial do Estado, com a eventual diminuição do número de autarquias locais, é importante não perder de vista que Portugal é o país mais centralizado da Europa Ocidental. A própria França que era, tradicionalmente, a campeã do centralismo, iniciou, em 1982, um conjunto de reformas que fizeram dela um Estado descentralizado. Atualmente, as autarquias francesas (municípios, departamentos, regiões) realizam cerca de 65% da despesa pública, mais do quádruplo do que se verifica em Portugal.

A reforma territorial e administrativa de Portugal não pode ser realizada sem perder de vista este argumento - o que claramente está em causa é a profunda necessidade de reformar todo o Estado, o que, por vicissitudes várias, tem sido adiado ao longo de décadas, obedecendo a uma lógica centralista que vem de longe. A este propósito, parece-me decisivo combater a ideia instalada em alguns meios de que os municípios são um Estado fora do Estado.

Haverá certamente Estado a mais em alguns setores, creio que outros existirá a menos. Haverá certamente Estado a mais em algumas zonas do país, noutras certamente existirá a menos. O que me parece mais crítico, nesta fase, é a necessidade de perceber claramente que o peso excessivo do Estado Central não está nas periferias. Quando se sabe que, em muitas áreas ministeriais, mais de dois terços do número total de funcionários está em Lisboa, compreende-se facilmente onde se tem que “mexer”!

Se é verdade que o país mudou, que muitos municípios possuem, atualmente, limiares demográficos que permitem questionar a sua sustentabilidade, não é menos verdade que a autonomia local não pode, pelo menos não deve, ser entendida numa aceção estritamente jurídica nem económico-financeira. A autonomia local é, em primeira instância, a expressão da identidade de uma comunidade de cidadãos. A reorganização administrativa do país não deve acontecer sem uma alteração estrutural da relação do Estado com os municípios, orientada por critérios de eficiência mas também, não menos importante, de eficácia, no sentido de garantir voz a todos os territórios e o reforço das políticas de proximidade e de dinamização do tecido social e económico local. ■



## TEM A PALAVRA

Presidente da Junta de Freguesia de Lousa  
José Teles Chaves, 59 anos

Nasceu na Lousa, mas a aldeia só gravou na memória os tempos das suas traquinices de menino de escola primária. Aos 10 anos, rumou à capital para prosseguir estudos, onde viveu com uma irmã até à maioridade. Moçambique foi o país que lhe garantiu a formação militar. Regressou em fevereiro de 1975, à terra que lhe deu vida e lhe piscou o olho na hora de constituir família: na Lousa casou e teve os seus dois filhos.

Durante mais de 20 anos, José Chaves dedicou trabalho intensivo de pesquisa e de levantamento do património cultural da Lousa. Facto a que não ficou alheio o presidente da Câmara de Castelo Branco, Joaquim Morão, na hora de o convidar para se candidatar ao comando dos destinos da freguesia. Na altura, recentemente aposentado da PT, Teles Chaves aceitou o desafio e cumpre agora o seu segundo mandato.

## “AS PESSOAS SÃO O MELHOR BEM QUE A LOUSA TEM”

### Como estão os números a nível de população na freguesia?

Está complicado, como nas restantes freguesias rurais. A Lousa teve um decréscimo de população enorme, nos anos 60, com a emigração. Foi talvez das freguesias que mais sofreu. A nossa história, baseada na economia da atividade primária (ramo da azeitona e da cortiça), conta que as pessoas trabalhavam à jorna e que grande parte saiu em procura de melhores condições de vida. Hoje, temos cerca de metade da população dos decorridos anos 60. Os últimos Censos apontam para cerca de 630 pessoas.

### Quanto aos que ainda a habitam, a Lousa serve como dormitório ou ainda consegue criar algum emprego e dinâmica económica?

As duas coisas. Tenho andado a fazer um trabalho engraçado sobre esse assunto e cheguei à conclusão que a maior parte das empresas da Lousa são familiares, no campo da restauração e bebidas, pequenas mercearias e supermercados, algumas oficinas de pequena dimensão. Temos uma empresa de madeiras tratadas, que é talvez a segunda maior empresa do ramo a nível nacional, que cria cerca de 30 postos de trabalho. Temos a Casa Agrícola Vaz Preto, hoje com menor dimensão, mas que

ainda mantém cerca de meia dúzia de pessoas. Temos o Centro de Dia e o Infantário que também dão algum trabalho; a própria Junta de Freguesia é um empregador. E temos o empreiteiro de obras públicas J. Sousa Baltazar, que emprega cerca de uma centena. O resto das pessoas, principalmente a malta mais nova, vai para Castelo Branco trabalhar. Para estes, a aldeia serve como dormitório, mas podemos dizer que a Lousa ainda mantém alguma base económica em funcionamento.

### Ainda conservam a escola primária?

Não, infelizmente. Foi das primeiras medidas que tomei logo no primeiro mandato. Tive de o fazer. Como solução, os pais dos alunos cá da terra manifestaram interesse em que os miúdos fossem estudar para Belgais, pela forte atividade cultural desenvolvida, e nós conseguimos, junto da Câmara Municipal e da Direção Escolar, que as crianças fossem deslocadas para aquela Escola. Infelizmente, Belgais fechou, mas o agrupamento da Mata tem estado a fazer um trabalho meritório. Mas custou muito fechar a nossa escola. Abri-a como aluno e fechei-a como autarca. A funcionar ainda temos o infantário, com muito apoio da Junta. Consideramos que não é uma despesa, mas sim um investimento na educação e no bem-estar das nossas crianças.



**De que forma é que a união das pessoas da Lousa pode fazer a força para dar um salto social qualitativo no desenvolvimento desta aldeia?**

É uma questão complicada, porque vem numa das piores alturas de crise. Embora também considere que, em fases de dificuldade, há uma tendência generalizada de as pessoas se mobilizarem mais em torno de objetivos comuns. Mas também é sempre mais difícil de concretizar essas ideias, porque não há meios financeiros. Eu entendo que o maior bem que a Lousa tem são as pessoas e, nesse aspeto, tudo fazemos para que as pessoas tenham boa qualidade de vida. Este ano, já ganhámos mais três casais, sendo que dois deles trazem filhos pequenos. Aqui, mesmo em frente à Junta de Freguesia, estamos a construir uma nova urbanização, que irá permitir a fixação de mais algumas pessoas que escolham a Lousa como morada de vida. E julgo que, com estas dificuldades, as pessoas se vão unir mais. Até porque as pessoas têm andado muito dispersas, fruto da ostentação em que todos nós temos vivido. Hoje não falta nada. E quando não falta nada, independentemente de estarmos a viver ou não acima das nossas possibilidades, não nos preocupamos com os objetivos das pessoas a quem falta. Agora que todos começamos a sentir maiores dificuldades, principia um sentimento de maior mobilização.

**Esta freguesia tem potencial para o turismo? Seja natural, cultural, religioso...**

Tem. Nalgumas alturas sazonais, conseguimos atrair um número considerável de visitantes. Temos uma tradição e cultura ricas em originalidades. A nossa festa da Nossa Senhora dos Altos Céus remonta a origens muito singulares e que estão documentadas desde 1711. Temos as danças tradicionais da Lousa, agregadas a esta mesma festa, que são únicas no país - Dança dos Homens, Dança das Virgens e Dança das Tesouras, que realizamos sempre no terceiro domingo de maio da festa da Nossa Senhora dos Altos Céus. Acabámos de editar recentemente um livro sobre essas danças - "As Danças Tradicionais da Lousa: Um Património da Beira Baixa", ao abrigo de um projeto do PRODOR, que contemplou também a aquisição de equipamento de som e de trajes novos. Temos um Museu Etnográfico, precisamente construído num antigo lagar, que congrega dois núcleos - Núcleo do Azeite e o Núcleo das Danças Tradicionais, este último com uma sala dedicada à sua história e com a exposição dos trajes e instrumentos musicais usados, também eles únicos no país - geneves e viola beiroa.

**Não tem pretensão de atrair mais gente de fora, mesmo de outras regiões do país?**

Eu trazia as pessoas todas, se pudesse. O problema é trazê-las. Têm de existir outros meios de apoio, porque ninguém pode ter a pretensão de que uma pequena terra consiga atrair exclusivamente os turistas. Das duas, uma: ou teríamos paisagens extraordinárias de beleza natural, com infraestruturas de turismo rural desenvolvidas para albergar pessoas por alguns dias, que não temos, ou então a atratividade destas aldeias só pode ser conseguida através de roteiros pré-definidos, que é um trabalho que a Câmara Municipal de Castelo Branco terá de fazer. As

aldeias estão muito próximas e penso que será fácil fazer circuitos turísticos com o melhor que cada aldeia tem, através de uma ação concertada.

Outro recurso mobilizador é a caça. Temos excelentes condições para a cinegética - uma reserva associativa e duas reservas turísticas que ao longo do ano movimentam muita gente, sobretudo nas esperas ao javali e ao tordo. Posso dizer que, na Lousa, não havendo alojamento para o efeito, há pessoas que compram as suas portas para a caça ao tordo durante a época venatória e que depois alugam uma casa a particulares durante dois ou três meses, para habitar durante os fins de semana. Esta situação acaba por criar algum retorno económico aos negócios na aldeia.

**Durante o tempo de mandato que já exerceu, qual é a obra que mais se orgulha de ter realizado?**

Orgulho-me de todas. Nós virámos um pouco as prioridades da freguesia, esquecemos a ultrapassada era do betão. Temos tido uma incidência grande no campo cultural numa tentativa de fixar os que restam e de trazer novas pessoas. Uma ação dentro dessa linha estratégica tem sido a de dar condições de funcionamento às associações da freguesia. Não é difícil arranjar associações, mas é muito difícil arranjar pessoas que queiram gerir essas associações. Eu entendo que as associações são a vida das freguesias e, por isso, nós tentamos dar o maior apoio possível para que elas se mantenham e para que hajam atividades em que as pessoas se sintam bem. Outra ideia foi a de colocar as crianças pequenas do infantário a almoçar juntamente com os idosos do Centro de Dia. Tentamos preservar este convívio entre gerações tão diferentes.

**É curioso o encontro geracional que se mantém. Será que esta relação permite que as crianças, ao terem contacto com as histórias e tradições contadas pelos mais velhos, possam criar uma ligação maior com a terra?**

Tenho alguma reserva em admitir que este tipo de relação pode fazer com que as crianças fiquem cá. A vida das pessoas vai depender de muitos fatores que nós não conseguimos controlar. Contudo, pretendemos manter tudo o que diga respeito a uma melhor aprendizagem e formação das crianças e à defesa dos valores sociais e culturais da aldeia. Só criando este tipo de valores, poderemos encontrar mais tarde quem queira gerir associações, quem assuma o comando em frente de juntas de freguesia, etc.

**Receia que os seus projetos possam vir a ser inviabilizados pelos tempos austeros que se vivem?**

Numa altura de dificuldades económicas e em que se tem esbanjado tanto dinheiro, começa-se a pensar duas vezes antes de colocar as ideias em prática. Em termos de necessidades imediatas, a Lousa está bem servida. Tudo aquilo que agora pudermos fazer, vem por acréscimo. Eu faço sempre apanágio da cultura, por fazer cultura que nos diga alguma coisa em termos tradicionais. Não me interessa incentivar atividades culturais que não estejam ligadas com a nossa tradição, com a nossa etnografia, com as nossas raízes. E isso consegue-se fazer com relativa facilidade, com alguma mobilização e poucos recursos. ■



# INDIVIDUALISMO E ADN

Lopes Marcelo

[Economista, especialista na área dos estudos Sócio-económicos e de Desenvolvimento Regionais]





**1. Se a união faz a força, como diz o povo;** fará também a maior diferença no sentido da concertação de esforços e de vontades, à volta de objetivos comuns, dentro de opções estratégicas e o coerente assumir de prioridades.

Contudo, uma dimensão é a dos conceitos e o quadro de desejos e perspetivas, outra é a realidade nas suas vertentes histórica e social. Ora, na matriz rural sempre predominou uma lógica de resistência e de luta pela sobrevivência. O contexto foi sempre de abandono do mundo rural, sendo natural que o individualismo seja uma característica das populações pois é dominante a desconfiança perante as promessas. Noutra dimensão, que respeita às atividades e tradições rurais, a entreaajuda e o trabalho solidário fazem parte da matriz cultural rural que ainda persistem na colheita da azeitona, nas vindimas, na matação do porco e nas festas e romarias.

Perante tal realidade, a principal questão consiste em se tentar **entender se o individualismo e a desconfiança são intrínsecos à população (ao seu ADN como agora se diz); ou se serão fruto do ambiente político e social que tem enquadrado o mundo rural.** Por mim, penso não se tratar de uma tese teórica a merecer especulação mas, antes, merece aprofundamento tendo-se os pés bem assentes no terreno concreto da nossa realidade.

**2. Em termos políticos, durante quase 50 anos** do designado Estado Novo, a população do mundo rural viveu isolada e forçada a viver à sua custa. Era um regime elitista que não reconhecia os mais elementares direitos de participação sobretudo a quem vivia nos campos. Não votavam, não iam além de saber ler e contar e deviam abastecer a sociedade de produtos alimentares a baixo preço para que **o valor cabaz social (composto pelos bens de consumo de primeira necessidade)** fosse baixo de modo a que os salários pagos na indústria e nos serviços fossem, também, baixos. A compressão dos salários só foi possível devido à estagnação nos campos.

Com o 25 de Abril e a mudança de regime, a nova arquitetura política, a pretexto da institucionalização da liberdade consagrou na Constituição Política grandes privilégios aos Partidos. "Sem Partidos não há liberdade", foi uma divisa fundadora da nova República. Contudo, quatro décadas depois, com a legislação e a ação dos governos sempre a proteger os aparelhos dos Partidos, estes transformaram-se em máquinas preocupadas com o mercado dos votos e não com o território e as populações. Vivendo do financiamento público generoso, contando com verbas exageradas para as campanhas eleitorais por um lado e, por outro, com o Sistema eleitoral baseado em listas fechadas e cozinhadas no seu interior, **os cidadãos e o território reveem-se cada vez menos nos Partidos.** Os responsáveis locais dos Partidos, tantas vezes se comportam apenas como agentes da lógica centralizada do aparelho, assumindo-se donos da sua "quinta" e sem prestarem contas, bastando-lhes estar nas boas graças de que manda no Partido para se manterem designados para os seus cargos. Assim, fica comprometida a verdadeira representatividade do território pois não tem genuínos porta-vozes, frustrando-se a participação dos cidadãos, remetidos ao esforço individual. Por mim, **entendo que só**

**os círculos uninominais ligados a um território concreto, com os candidatos a darem a cara pelos problemas e necessidades reais da população, poderão dar resposta adequada à cidadania territorial que defendo.**

**3. Do ponto de vista social, a escola pública** elitista do Estado Novo sempre menosprezou o mundo rural. Contribuiu para gravar na sociedade a imagem dos rurais como atrasados e brutos. Depois a escola massificou-se mas não se abriu à realidade, aos problemas e necessidades dos territórios. A rígida uniformização dos programas, o peso asfixiante das orientações pedagógicas e administrativas impostas de forma centralizada, comprometem o papel de agente transformador e revitalizador que a escola devia ter no território onde se insere e por causa dele se justifica!

**4. No que respeita às intervenções no território** que podiam motivar uma mudança de atitude no mundo rural, também deixam muito a desejar. Por um lado, os regulamentos dos fundos de apoio são definidos nos gabinetes centrais e revelam-se desconcertantes e irrealistas. Não existe um verdadeiro caderno de encargos para os programas nem para as candidaturas que contemplem os objetivos, a aplicação e a avaliação coerente com o território e as pessoas concretas.

Os organismos envolvidos nesses apoios, constituem entre si uma rede que se financia consumindo parte considerável dos fundos e funcionando em gabinetes e escritórios, com uma fraca disponibilidade para o contacto direto e intermediação com quem está no terreno.

A própria intervenção das Autarquias Locais, não podendo assegurar a efetiva governação do território, tem muitas limitações. Cada concelho, só por si e com os autarcas concorrendo e rivalizando entre si, afadigados na gestão corrente e esgotando recursos (e até contraíndo dívidas) para equipamentos públicos; pouco interferem com o tecido produtivo nem contrariam **o processo em curso de desertificação e progressiva morte das identidades do nosso território.**

Por outro lado, os eixos de desenvolvimento sustentável, não se compadecem com a pequena escala dos concelhos. As funções nobres de planeamento e de intervenção no tecido produtivo, exige uma dimensão maior. Assumam-se as NUTs III, de que é exemplo a BIS (Beira interior sul), como base para a definição de estratégias e projetos âncora com dimensão e impacto no território, em termos produtivos de marketing e defesa das identidades locais.

**5. Pelo que conheço do território,** entendo que o individualismo e a desconfiança não estão inscritos no ADN das pessoas. Tratou-se de um longo processo histórico e deve de forma esclarecida e empenhada ser motivada a mudança de mentalidades e de atitudes. Esta perspetiva e dimensão imaterial do desenvolvimento, novas metodologias e processos de trabalho, são fundamentais e urgentes para melhorar a autoestima e a confiança das pessoas. ■



## CENSOS 2011 BEIRA INTERIOR SUL GANHA MAIS FAMÍLIAS

A Beira Interior Sul aumentou o seu número de famílias em 2,20%, indicam os resultados preliminares dos Censos 2011. No total, a região regista um incremento de 689 novas famílias e a construção de mais 4365 alojamentos nos últimos 10 anos.

O resultado positivo é derivado exclusivamente do aumento expressivo do número de famílias e de população residente no concelho de Castelo Branco. A capital de distrito e suas freguesias contam com mais 1737 famílias e um acréscimo de 325 pessoas residentes comparativamente ao ano de 2001.

Contudo, os restantes concelhos que compõem a Beira Interior Sul (Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) registaram perdas quanto ao número de agregados familiares e de moradores. Em análise dos resultados - onde se verifica que o aumento de famílias é superior em Castelo Branco do que no total da BIS - fica demonstrado que uma parte significativa do acréscimo de famílias no concelho albacastrense surge como consequência da migração interna dos núcleos familiares das zonas mais rurais da região para as áreas mais urbanas, concentradas em Castelo Branco e freguesias anexas.

Um resultado risonho para o global da região da BIS, mas que não deixa de ser preocupante para os concelhos mais rurais que assistem a um adensar sombrio do seu despovoamento. ■

## QUANDO A POESIA NOS ADOÇA O CORAÇÃO

(MURMÚRIO ÀS ÁRVORES DA FLORESTA)

### I

Quem melhor conhece a minha alma  
Vós, árvores da floresta que muito me vistes  
Quando eu, as vossas sombras frequentava  
Quantas vezes assim me permitistes,  
De desfrutar do poder dos vossos ramos, e refrescava  
Me cobrindo do calor, que também vós sentistes  
Quando no Céu, o majestoso astro culminava  
E nas vossas profundezas, quantas vezes tristes  
Momentos...que até a silenciosa nuvem nos mostrava  
Deixando o Sol passar, e lhe resististes  
Enquanto, debaixo do vosso manto eu descansava,  
Sonhando e esquecendo o calor, que do astro emanava.

### II

Sabeis que a pedra, onde por vezes um bicho corre  
Uma humilde gota de água cai de flor em flor,  
Um pássaro, uma nuvem me ocupam o dia e me descobre  
A sua contemplação me enche o coração de amor,  
Vós me ouvistes em noites escuras de vida pobre  
Pronunciar, o que o espírito diz à natureza e com fervor,  
Murmurar muito baixinho, enquanto o tempo corre  
Pensativo, olhando a erva viçosa de verde cor,  
Atento aos ruídos que circundam em redor,  
Vós me vistes com o olhar embora pecador,  
Meditar, pensar e desejar um futuro melhor,  
Que só a natureza com a sua beleza sabe pôr  
Nas pontas dos vossos ramos e com ardor.

**Emílio Magro Martins**  
(Salvaterra do Extremo)



P.L.P: – FINALMENTE A PARIDADE?

## O TRIÂNGULO DAS BERMUDAS, OU DAS BERLENGAS?

Abel Cuncas

Estimadíssimos conterrâneos, gente simples mas não parva cá da BIS: (mais uma vez... eu explico! "BIS"- quer dizer Beira Interior Sul = Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão) cá prós CUNCAS significa sobretudo, Ocreza, Ponsul e Erges, as três principais estradas aquáticas por onde certos invernos mais transbordantes, nos rolam com tanta força, que se não encontrarmos buraquinho onde nos encaihemos, somos empurrados "borda fora" para a grande autoestrada da água que é o Tejo... a partir daí... nem Neptuno (*Deus de alguns mares mas provavelmente não destes*) nos consegue salvar. Acontece-nos o mesmo que àqueles barcos que desaparecem sem deixar rasto, lá por aquelas paragens chamadas de "Triângulo das Bermudas". É uma tragédia, cada vez que por estas terras os patrões fazem greve ao dar emprego, desaparecemos metade da família, afundamo-nos como os barcos no "Triângulo das Bermudas"... alguns, nunca mais os vemos, outros, felizmente, voltam já desdentados... mas voltam! Antes de naufragar... fugimos! Esta é a sina dos Cuncas... de toda a lusa Cuncaria! Até os nossos primos, os Cuncas de sequeiro, esses calhaus que esturram pelos montes mal murcha o lírio roxo do campo, aí vão eles, a caminho de outros "mares navegados"!

Entre os que ficam... estão os que querem governar o nosso barco... coitadinhos, como dizia a minha bisavó Ortília (sepultada nas margens do Ocreza junto à foz do Cobreão (lugar de peregrinação da Cuncaria da BIS): - Deus queira que em pequenos não tenham batido com a "pensadeira" em Cunca dura, senão... vai ser só desgraças! E lá vamos nós outra vez salgar os mares!

Rezemos... à Virgem de Fátima ou às outras cá da BIS, que também por cá as temos com grande influência nos céus, para que este jardim (contenente) não deslize ingovernável até esse novo "triângulo tenebroso" já chamado de "triângulo das Berlengas", das BERLENGAS e não das Bermudas, porque, pelo menos e por enquanto, ainda são nossas... e podem muito bem vir a servir para pagar alguma dívida, oh... se podem!

Como dizem por aí... no atual "contesto" o melhor é ir metendo alguma coisinha na panela, porque como diz o meu primo Belinho dos Cuncas de Segura, "vai praí o concalho."

Nas incertas condições do presente, Deus dê forcinha ao pauzinho do Pedro, contenção à carência da Dona Laura e muita discricção ao Paulo; porque bem precisados estamos de paz e harmonia neste triângulo nacional. - o que é nacional é bom!

Para contentamento dos alegres carentes e das "ratings ladronas", de todas as praças financeiras e das outras, temos que afirmar a nossa invulgar condição de nação tolerante e intercultural, sempre atenta a promover a pluralidade de géneros.

De joelhos, mas de cabeça bem erguida para não sermos surpreendidos, rezemos para que a BIS e Portugal não desapareçam por causa desse "triângulo das Berlengas", outro misterioso lugar onde forças contrárias criem um vacuum (buraco) negro, que a todos nos chupe (absorva) sem deixar rasto, engolidos, supõe-se, por forças mais tenebrosas e incontroláveis que as do velho adamastor, pavor maior da lusa marinhagem de outrora.

A Nós, os Cuncas Bisenses rolados por estes leitões fundos da BIS, desde que éramos pequeninos grãos de areia, sempre nos ensinaram a ter muito cuidado para não nos deixarmos arrastar por promessas vãs até à corrente maior para onde todos os nossos "fluidos" se esvaem. Tanto Mar, onde navegar foi preciso... e lá se vai a festa pá.

**Dos Cuncas húmidos do vale aurífero do Ocreza**

**Consultor p'rá ciência da eterna pedraria e guardião-mor da Concavidade Real das terras da BIS.**



## NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

### GRANDE TEMA 16

“Confirmando Garcia Marquez, a solidão dos Beirões impediu a solidariedade naquilo que era economicamente mais relevante: o associativismo com propósitos comerciais. A Beira Baixa tem uma baixa densidade de cooperativismo e, pior, viu degradar muitas dessas estruturas por excesso de solidão na sua vertente pior, a dos que gerem solitariamente e em seu próprio proveito, essas estruturas”.

António de Abruñhosa

“O desafio é colossal, porém inadiável. Urge reformar o presente, passando do isolamento ao relacionamento, do valor aos valores, do tangível aos talentos, da submissão à emancipação. Urge renovar o arquétipo socioeconómico, sob pena de transformar consumidores em consumidos. Urge contemplar além do microcosmo da nossa insignificância. Urge colocarmo-nos permanentemente em causa. Urge mudar, porque esperar pela mudança do outro é não mudar. Urge agir para transformar, sem receios nem auto-censuras”.

António Canoso



### AO SABOR DA PENA 51

“A reforma territorial e administrativa de Portugal não pode ser realizada sem perder de vista este argumento - o que claramente está em causa é a profunda necessidade de reformar todo o Estado, o que, por vicissitudes várias, tem sido adiado ao longo de décadas, obedecendo a uma lógica centralista que vem de longe. A este propósito, parece-me decisivo combater a ideia instalada em alguns meios de que os municípios são um Estado fora do Estado”.

Domingos Santos

### SENTIR A BEIRA 54

“A própria intervenção das Autarquias Locais, não podendo assegurar a efetiva governação do território, tem muitas limitações. Cada concelho, só por si e com os autarcas concorrendo e rivalizando entre si, afadigados na gestão corrente e esgotando recursos (e até contraindo dívidas) para equipamentos públicos; pouco interferem com o tecido produtivo nem contrariam o processo em curso de desertificação e progressiva morte das identidades do nosso território”.

Lopes Marcelo